

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GRAZIELA CRISTINA GONÇALVES

**A (IN)VISIBILIDADE DOS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS) NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA**

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

GRAZIELA CRISTINA GONÇALVES

**A (IN)VISIBILIDADE DOS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS) NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Políticas Educacionais, Ensino e Formação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geovana Mendonça Lunardi Mendes

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Gonçalves, Graziela Cristina

Á (in)visibilidade dos(as) estudantes negros(as) na produção científica no campo da educação especial. / Graziela Cristina Gonçalves. -- 2022.

126 p.

Orientador: Geovana Mendonça Lunardi Mendes
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

1. Estudantes Negros(as). 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva. 4. Interseccionalidade. 5. Produções Científicas. I. Mendes, Geovana Mendonça Lunardi . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

GRAZIELA CRISTINA GONÇALVES

**A (IN)VISIBILIDADE DOS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS) NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Políticas Educacionais, Ensino e Formação.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina– UDESC

Membros:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Denise Pletsch

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Juvenal Cruz

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Suplente:

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Rosangela de Oliveira Lucas

Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo, primeiramente, a minha família que foi e sempre será a minha base. Em especial a minha mãe, que me ensinou a amar e a lutar pela educação. E ao amigo Hemerson Filipe Pereira, um jovem negro com deficiência aqui representando todos os estudantes negros(as) que são público da educação especial.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me guiar por caminhos que me trouxeram grandes ensinamentos. Sempre me protegendo e guardando-me, para que eu cumprisse meu objetivo.

A minha família e amigos, que me incentivaram e apoiaram-me em todo o processo da pós-graduação, e que sempre buscaram ser compreensivos nas minhas ausências enquanto filha, irmã, mãe e amiga.

A minha orientadora, Geovana Mendonça Lunardi Mendes pelo apoio, incentivo e envolvimento neste estudo, mas principalmente pelo respeito aos meus posicionamentos e decisões. Suas considerações e seu olhar crítico, desafiaram-me ir além, explorando novos caminhos e perspectivas.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), pelo suporte e também formação ao longo deste curso, que contribuiu para a produção dessa dissertação. Meu agradecimento especial, à Professora Maria Helena Tomaz, coordenadora do núcleo, e à bolsista Janine Moraes.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) por todos os debates e ensinamentos.

Por fim, aos meus excelentíssimos colegas pesquisadores do Observatório de Práticas Escolares (OPE), por me acolherem de forma tão carinhosa e pelos ensinamentos e contribuições para este meu estudo que passou a ser nosso estudo.

RESUMO

A Educação Especial é um campo de produção científica, que suscita importantes discussões e relevantes indagações para pesquisas contemporâneas, sobretudo na área da educação e seus sujeitos atendidos. Com o intuito de aprimorar e qualificar as discussões para este campo de pesquisa, a presente proposta de investigação foi desenvolvida no âmbito da linha de Políticas Educacionais, Ensino e Formação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC), e está vinculado aos projetos de pesquisa: “Something Borrowed”: que trata de empréstimos de políticas, educação inclusiva e contextos locais.”, e “Following the idea: políticas, discursos e produção científica sobre educação inclusiva”. Os supracitados projetos visam contribuir substancialmente também com os estudos produzidos pelo Observatório de Práticas Escolares (OPE), no qual esta pesquisa também está vinculada. Este estudo tem como temática: “A (in)visibilidade dos(as) estudantes negros(as) nas produções científicas no campo da educação especial brasileira”, tendo como objetivo geral compreender como a pauta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a Educação das Relações Étnico-Raciais se interseccionam nas produções científicas no campo da Educação Especial para pensar no(a) estudante negro(a). Como objetivos específicos estabelecemos: a) mapear as produções científicas que discutem e dialogam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional; b) analisar e compreender como os(as) estudantes negros(as) são (in)visibilizados nas produções científicas no campo da Educação Especial; e c) identificar as perspectivas interseccionais considerando os níveis de abordagem e abstração nas produções científicas no campo da Educação Especial no contexto nacional que (in)visibilizam os(as) estudantes negros(as). A partir da questão que norteou esta pesquisa: *Como se apresenta a intersecção da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais nas produções científicas no campo da educação especial para pensar no(a) estudante negro(a)?*, buscamos responder, articulando ao referencial teórico fundamentado nas discussões de Mainardes; Tello (2016), Santos (2008), Kilomba (2019), Gomes (2005, 2011, 2012), Cunha Júnior (2001), Crenshaw (1989;2002), Artiles; Kozleski (2019), Artiles (2016), Messiou (2017), Annamma; Connor; Ferri (2013), Fishman, Powers, Tefera (2018), Collins (2015), Almeida (2019), Carneiro (2003) e Pletsch (2020). Com vista a alcançar os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa nos fundamentos da metapesquisa que, por meio da pesquisa bibliográfica, analisamos a perspectiva interseccional nas produções científicas e os níveis de abordagem e abstração empregados nos artigos publicados entre os anos de 2003 a 2021. Não obstante, este estudo mapeou produções científicas que discutem e dialogam acerca da Educação Especial e estudantes negros(as) no contexto nacional, analisando como estes estudantes público-alvo da educação especial são representados nas produções científicas no campo da Educação Especial no contexto nacional; principalmente compreender como as produções científicas deste campo (in) visibilizam os estudantes negros(as). Os resultados deste estudo apontaram os impactos do racismo estrutural no âmbito da educação e na construção social das identidades dos(as) estudante negros(as) público-alvo da educação especial: o que evidencia a emergência e o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação especial na perspectiva interseccional. Contudo, verifica-se a exiguidade de produções na supra referida área de estudo, sobretudo, inexistência de materiais sistematizados e integrados a nível nacional, que tratam de estudantes negros(as) na educação especial.

Palavras-chaves: Estudantes Negros(as); Educação Especial; Educação Inclusiva; Interseccionalidade; Produções Científicas.

ABSTRACT

Special Education is a field of scientific production, which rouses important discussions and relevant inquiries for contemporary research. In order to contribute to the discussions in this field of research, the present investigation proposal was developed within the scope of the line of Educational Policies, Teaching and Training of the Graduate Program in Education at the University of the State of Santa Catarina (PPGE/ UDESC). The research is also linked to the Observatório de Práticas Escolares (OPE) [free translation: Observatory of School Practices] and articulated to the research projects: “Something Borrowed”: which deals with policy borrowing, inclusive education and local contexts.”, and “Following the idea: policies, discourses and scientific production on inclusive education”. This study has as its theme: "The (in) visibility of male and female black students in scientific productions in the field of Brazilian special education", having as general objective comprehending how Special Education from the perspective of Inclusive Education and the Education of Ethnic-Racial Relations intersect in scientific productions in the field of Special Education to think about the black student. As specific objectives we established: a) mapping the scientific productions that discuss and dialogue about special education and black students in the national context; b) analyzing and understanding how black students are (in) visibilized in scientific productions in the field of Special Education, and c) identifying intersectional perspectives considering the levels of approach and abstraction in scientific productions in the field of Special Education in the national context that (in) visibilize black students. The research was oriented by the following question: How does the intersection of special education present itself in the perspective of inclusive education and education of ethnic-racial relations in scientific productions in the field of special education to think about the black student? We sought to respond, connecting to the theoretical framework based on the discussions of Mainardes; Tello (2016), Santos (2008), Kilomba (2019), Gomes (2005, 2011, 2012), Cunha Júnior (2001), Crenshaw (1989;2002), Artiles; Kozleski (2019), Artiles (2016), Messiou (2017), Annamma; Connor; Ferri (2013), Fishman, Powers, Tefera (2018), Collins (2015), Almeida (2019), Carneiro (2003) and Pletsch (2020). Seeking to achieve the proposed objectives, we carried out research of exploratory character, with a qualitative approach on the grounds of meta-research. Through bibliographic research, we sought to analyze the intersectional perspective in the productions and the levels of approach and abstraction used in the articles published between the years 2003 to 2021. Nevertheless, this study mapped scientific productions that discuss and dialogue about special education and black students in the national context, analyzing how these students who are the target audience of special education are represented in scientific productions in the field of Special Education in the national context; mainly to understand how the scientific productions of this field (in) visibilize black students. The results of this study pointed out the impacts of structural racism in the scope of education and in the social construction of the identities of black students who are the target audience of special education, which highlights the emergence and development of research in the field of special education in the intersectional perspective. However, there is a paucity of productions in this field about these subjects and the lack of systematized and integrated materials at the national level that deal with black students in special education.

Keywords: Black Students; Special education; Inclusive education; intersectionality; Scientific Productions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População segundo o sexo e a cor ou raça, gênero e com alguma deficiência em termos percentuais	22
Tabela 2 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência visual em termos percentuais	23
Tabela 3 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência auditiva em termos percentuais	24
Tabela 4 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência motora em termos percentuais	25
Tabela 5 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência mental/intelectual em termos percentuais	26
Tabela 6 – Estudantes segundo sexo, cor ou raça matriculados em classes comuns e classes exclusivas em termos percentuais.....	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões por Nancy Fraser.....	36
Figura 2 - Interseccionalidade.....	38
Figura 3 – Critérios de inclusão e exclusão.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de publicações por ano nas bases de dados.....	62
Gráfico 2 - Temática dos estudos nos periódicos.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicativo das fontes de informações e instrumentos de coleta articulados aos objetivos específicos.....	60
Quadro 2- Artigos recuperados no SciELO.....	61
Quadro 3 – Produções científicas recuperadas no Google Acadêmico.....	61
Quadro 4 – Produções científicas recuperadas no Educ@.....	62
Quadro 5- Levantamento das produções científicas.....	65
Quadro 6 – Categorias, subcategorias e objetivos específicos das análises.....	75
Quadro 7 – Autores, título dos estudos e respectivos objetivos.....	78
Quadro 8 – Abordagens, níveis de abstração e tipo de pesquisa dos estudos selecionados.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPEE	Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
ACT	Admissão por Contrato Temporário
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DISCRIT	Estudos da Deficiência e Teoria Crítica da Raça
DI	Deficiência Intelectual
ERER	Educação das Relações Étnicorraciais
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FEDERER	Fórum Estadual da Educação e Relações Étnicorraciais
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FOMEDE	Fórum Macrorregional de Educação e Relações Étnicorraciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MNO	Movimento Negro Organizado

NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPE	Observatório de Práticas Escolares
OPEN	Observatórios de Educação Inclusiva e Políticas Curriculares
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
RBEE	Revista Brasileira de Educação Especial
REE	Revista Educação Especial
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO: CAMINHOS E ESCOLHAS QUE ME LEVARAM A SER UMA PESQUISADORA	16
2 INTRODUÇÃO: O INTERESSE DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO	18
3 OS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS) E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	35
3.1 CORPOS EXISTENTES E RESISTENTES, E A SUA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	40
3.1.1 Raça: a inevitável visibilidade da cor	44
3.1.2 As expressividades de classe na raça e no gênero	49
3.1.3 Gênero nas relações sociais	51
4 A METAPESQUISA COMO CAMINHO METODOLÓGICO: ELEMENTOS DELINEADORES DO ESTUDO	53
4.1 METAPESQUISA COMO METODOLOGIA PARA OS ESTUDOS DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	53
4.2 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CARACTERIZANDO AS FONTES DE PESQUISA.....	57
4.3 PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO E RESULTADOS	59
4.4 ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS ACHADOS: PRODUÇÕES CONSIDERADAS PARA ANÁLISE.....	63
5 DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE DOS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS), NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS	77
5.1 MARCADORES SOCIAIS DA DESIGUALDADE: OS IMPACTOS DAS ESTRUTURAS SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES DO(A) ESTUDANTE NEGRO(A) PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	82
5.2 NEGRO(A) COM DEFICIÊNCIA: REPRESENTAÇÃO E A PRODUÇÃO DE DUPLO ESTIGMA.....	88

5.3	EXISTE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL? ABORDAGENS, NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO E TIPOS DE ESTUDOS	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA LEITURA SUBJETIVA SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	101
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LEVANTADAS POR DESCRITORES.....	113

1 APRESENTAÇÃO: CAMINHOS E ESCOLHAS QUE ME LEVARAM A SER UMA PESQUISADORA

Minha trajetória profissional e acadêmica iniciou em 2000, quando comecei a atuar como professora admitida em caráter temporário – ACT, integrando assim paralelamente no mundo acadêmico. Aos 16 (dezesseis) anos, ingressei na carreira do magistério substituindo professores na escola em que minha mãe lecionava.

Atualmente, sou concursada e integrante do quadro permanente de professores da rede municipal de Itajaí, desde 2006. Tenho formação acadêmica em Letras pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Pós-graduada em Diversidade Étnicorracial pela Faculdade de Administração, Ciência, Educação e Letras - FACEL, e também sou atuante no Movimento Negro de Itajaí. Minha grande inspiração e influência pela área educacional são reflexos advindos da minha mãe: exemplo de mulher, cidadã e professora atuante no magistério público.

A partir de 2007, começo a participar do Movimento Negro Organizado – MNO, vindo a fundar um ano mais tarde, a entidade chamada Grupo Mariama: onde ainda permaneço como membro. O objetivo do grupo é discutir o contexto de discriminação no qual as mulheres negras são vítimas, refletindo e realizando ações de empoderamento. Nessa época, minha vida se subdividia em ser esposa, mãe, professora e presidente de uma entidade do movimento negro.

Em 2009, mediante a minha atuação no movimento negro e também participando de eventos ligados à temática, fui convidada para assumir um cargo político como Gestora das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Gênero e Pessoas com Deficiência: cargo este que permaneci por (08) oito anos, vivenciando e aprendendo novas experiências. Inúmeras vezes, pensei em desistir do cargo, talvez por encontrar algumas resistências em implantar ou executar determinadas políticas, contudo, minha militância falou mais alto e fui entrando nas brechas que o sistema me proporcionava. Com uma equipe de especialistas nas temáticas de gênero e da pessoa com deficiência, reativamos os Conselhos de Direitos da Mulher, da Comunidade Negra e da Pessoa com Deficiência, promovendo cursos de formação para servidores públicos de diversas áreas, realizando conferências, eventos em datas simbólicas e também organizamos uma Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Itajaí¹, instituída por lei, servindo de modelo para a região sul do país e para alguns municípios de outras regiões do país.

¹Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 6.105/2012

Durante oito anos atuando institucionalmente dentro das políticas, passei por diversas experiências que me permitiram compreender melhor todo o processo discriminatório - de preconceito e de invisibilidade imbuídos nos documentos políticos. Durante esse percurso profissional, atuei também por cerca de um ano como Presidente do Fórum Estadual da Educação e Relações Étnicorraciais – FEDERER, e Vice Coordenadora de Políticas da Promoção da Igualdade Racial da Região Sul do Brasil. Além disso, fui uma das fundadoras do Fórum Macrorregional de Educação das Relações Étnicorraciais da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI e membro dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e da Pessoa com Deficiência.

Entre tantos caminhos percorridos e escolhas realizadas, outrora percebi que poderia contribuir ainda mais com as lutas que envolvem essas temáticas, essencialmente o quão ambas são atingidas cruelmente por processos que pretendem invisibilizá-las, descaracterizá-las e oprimi-las. Todavia, deparo-me novamente com o meio acadêmico, contudo agora, com uma enorme vontade de tornar-me uma pesquisadora, contribuindo por intermédio da minha pesquisa, uma proposta de mudança e reflexão, com um olhar para as posturas dentro da educação, pois entende-se que as produções científicas se constituem como um dos instrumentos políticos.

2 INTRODUÇÃO: O INTERESSE DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

A produção científica no campo educacional do Brasil contribui também para o campo político e curricular, podendo ser utilizadas nos projetos de (re)formulação de políticas, resoluções de conflitos, análises de indicadores e compreensões de fenômenos e contextos sociais (BALL; MAINARDES, 2011).

Entende-se o campo científico por meio das produções científicas exercendo importante papel, trazendo consigo responsabilidades sociais e políticas, tanto na produção como na difusão dos conhecimentos, contribuindo assim nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de atender as coletividades sociais e de se fazer justiça social (BALL; MAINARDES, 2011). Mas, o campo científico também é considerado um lugar de interesses sociais, disputas e enfrentamentos entre indivíduos e instituições onde se busca o monopólio da autoridade científica, portanto, há um confronto de domínios da capacidade científica e influência social (BOURDIEU, 2004).

Percebendo o campo científico como um importante espaço dessa difusão de conhecimentos, os processos de produção das pesquisas, as metodologias adotadas, os teóricos selecionados para uma possível resposta ou compreensão dos problemas de pesquisa, possuem grande influência nas resoluções das demandas científicas, e requer muita atenção. É preciso reconfigurar as pesquisas futuras analisando quais os interesses da pesquisa, quais demandas sociais são priorizadas nos estudos, pois não podemos perpetuar práticas discriminatórias que, de certa maneira marginalizam contextos, fenômenos e grupos sociais que são pouco pesquisados.

Neste sentido, nos estudos de Santos (2008, p.57) identifica-se a prática da industrialização das pesquisas que estão engajadas “[...] com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas”. Percebe-se um domínio político, financeiro ideológico dentro dos campos científicos.

Discutindo ainda sobre o domínio ideológico, Kilomba (2019) pontua que a academia se constitui em um espaço de poder, não neutro, que determina o que é conhecimento válido e o que precisa ser pesquisado ou não, e que por conta dessas questões é necessário um olhar sob outras perspectivas e não somente a eurocêntrica. Tal domínio ideológico, predominantemente europeu, em maioria, pertencentes a pessoas não negras e masculina, que se reflete nas produções científicas, necessita passar por uma transformação a fim de reverter

o papel tradicional que se perpetua neste espaço, de grupos dominantes que dificultam diálogos com outros grupos e contextos sociais, determinando sobre quem se pesquisa. Sobre isso a autora Kilomba contata que:

Devido ao racismo, as pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas, metodologias utilizadas para explicar tais realidades podem diferenciar dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa “diferença” é distorcida do que conta como conhecimento válido (KILOMBA, 2019, p. 54).

Assim, o incentivo aos grupos diversos para adentrar nos centros científicos poderá proporcionar diálogos de forma plural, se reverter na construção de pesquisadores que se propõem a uma transformação social, e que considere todos os sujeitos em suas particularidades.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma população estimada de 211,8 milhões de habitantes² com características regionais e populacionais específicas/singulares, com diversas demandas, principalmente marcada por uma histórica desigualdade social, econômica, cultural, educacional, de gênero e raça, retratadas em dados estatísticos que revelam quais os grupos são privilegiados.

Diante destas justificativas, entende-se a urgência da produção de conhecimento nos espaços acadêmicos, que discutem os temas supracitados, sobretudo no campo educacional, uma vez que as produções acadêmicas desempenham também um papel de responsabilidade social e étnico muito importante na (re)elaboração das políticas educacionais (SILVA, 2009).

Neste sentido, é de suma importância compreender a população brasileira com todos os marcadores históricos de desigualdades que ela possui, com trajetórias diferenciadas que retrata, em especial, como a população negra está à margem também na área educacional (ROCHA, 2011). Destarte, é preciso provocar o mundo para tais questões, e como elas serão/são ou estão inseridas nas produções científicas.

De acordo com as informações disponibilizadas nos estudos e pesquisas do IBGE, apresentadas no livro “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (IBGE, 2019), as disparidades reveladas nas pesquisas estatísticas nos últimos anos apresentam dados acerca das condições entre a população negra comparada em especial à população branca que reside em nosso país. Essas questões que sempre foram levantadas por intelectuais negros e pelo próprio movimento negro organizado passam, neste momento, a ser expostas nos mais

²Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 Mar. 2021.

importantes indicadores e, principalmente, naqueles que se referem à educação: o que evidencia o racismo como um elemento estruturante das desigualdades sociais e raciais em nosso país. Segundo Gomes (2005):

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES,2005, p. 46).

Dessa maneira, tanto no contexto micro quanto macro, o debate sobre as desigualdades sociais e raciais vem ganhando espaços e compõem a pauta das discussões nas literaturas e nos encontros de pesquisadores que analisam os indicadores sociais, sobretudo os índices da educação que passam a ser questionados, uma vez que não atingem certos grupos sociais e o que os deixam na condição de vulnerabilidade e de marginalização. Entre esses grupos sociais não podemos negar que a população negra, nos últimos anos, obteve uma melhora nas condições de vida, resultados advindos das lutas travadas pelo movimento negro.

Ainda segundo Gomes (2011), umas das mais importantes e significantes conquistas está também na área da educação, com a sanção da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que trata da reivindicação política do movimento negro para uma construção da democracia e superação do racismo no campo educacional, onde estabelece que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008): § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

No entanto, nas práticas cotidianas, denota-se nos espaços de ensino, a possibilidade de verificar dificuldades na execução da lei supramencionada, pois são perceptíveis que alguns preceitos não são observados pelo corpo docente, havendo um silenciamento pedagógico por meio do currículo escolar, materiais pedagógicos, e através das imagens que circulam nos espaços pedagógicos; ou seja, são imagens que reafirmam a perspectiva excludente e racista.

Um estudo realizado por Borges (2014), no qual pretendia saber sobre a situação do ensino de História da África nas escolas públicas, especificamente no estado com maior número de população negra no Brasil, o Estado da Bahia, apenas para ilustração, concluiu que as matérias referidas pela lei, se encontra em um processo de consolidação para de fato serem inseridas na sua integralidade nos currículos, portanto, aparecem de forma pontual.

Como consequência da falta do conhecimento da referida temática, alguns resultados se tornam mais nítidos, tendo como consequência barreiras sociais e raciais que ocorrem nos espaços de ensino, verificando por um lado o desconhecimento das legislações pelos(as) professores(as) e, por outro, a falta de comprometimento do sistema educacional. Esses fenômenos sociais necessitam de uma cuidadosa atenção nas investigações científicas, pois se tratam de fenômenos historicamente vinculados a um paradigma dominante, tendo em vista que a educação brasileira se constituiu (re)produzindo narrativas e discursos ideologicamente eurocêntricos. Assim, o estudo e o conhecimento das Relações Étnico-raciais³ e da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena se configuram no exercício e promoção da dignidade humana e direito fundamental à igualdade e a não discriminação.

Na busca desses direitos está o campo científico, como argumentamos no início deste texto, sendo uma importante peça para a compreensão e/ou resolução de conflitos raciais, articulados com outros conflitos sociais, educacionais, culturais, de gênero e de classe, através de suas produções científicas. Segundo Cunha Júnior (2003), a academia necessita formar novos pesquisadores, principalmente, pesquisadores negros, levando em consideração a necessidade democrática, no sentido de alavancar novas discussões, compreensões e análises de toda a problemática que gira em torno das relações étnico-raciais.

Por isso, para que não ocorra a manutenção dos paradigmas dominantes, é necessário dialogar com intelectuais negros, com a finalidade de provocar, mobilizar e incentivar para que, além do conhecimento eurocêntrico, haja a interação do conhecimento afrocêntrico nos estudos e pesquisas (CUNHA JÚNIOR, 2001).

A partir dessas relações, ao nos debruçarmos em um estudo, pensando no indivíduo negro pertencente também a outras categorias tais como: gênero, classe social e deficiência, podemos analisar possíveis formas de intersecções dos marcadores sociais da diferença, o

³Ao longo do trabalho, será adotada a grafia de étnico-raciais visto que, de acordo com a nova ortografia o uso do hífen permanece para adjetivos compostos. Entretanto, esse entendimento não estava fixado quando boa parte da legislação sobre o tema foi promulgada, sendo encontrada nas citações também a grafia “eticorracial”.

agravamento da discriminação, que os tornam uma população mais vulnerável, marginalizada e estigmatizada.

Estudos dessa natureza são complexos se analisarmos conjuntamente todas as possíveis combinações, pois cada uma vem dotada de questões históricas e sociais de discriminação. Ao levarmos em consideração um estudo mais específico, utilizando as categorias negro e deficiência, já teríamos um estudo complexo no campo educacional, por exemplo, por se tratar de dois públicos que estão em desigualdade social.

Essas alianças estratégicas e coalizões nos estudos, envolvendo diferentes categorias que lutam por agendas inclusivas, podem resultar na obtenção de políticas mais comprometidas com a sociedade, e pensando no campo acadêmico, um maior financiamento de pesquisas sobre interseções que corroborariam para uma mudança científica no campo educacional (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Ao observarmos os dados do IBGE disponibilizados no ano de 2010, no que se refere aos dados censitários da população geral brasileira, considerando a classificação das pessoas com deficiência inseridas na categoria “Pelo menos uma das deficiências investigadas”, nos possibilita, a priori, identificarmos 50,94% da população autodeclaradas pretas e pardas que resulta na raça⁴ negra, pertencente à categoria deficiente, dados que automaticamente justificam um estudo em diversos campos, inclusive na esfera educacional. A tabela abaixo representa de forma específica a porcentagem total:

Tabela 1 - População segundo o sexo e a cor ou raça, gênero e com alguma deficiência em termos percentuais

População residente por tipo de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Amostra - Características Gerais da População						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil						
Cor ou raça	Tipo de deficiência permanente versus Sexo					
	Total			Pelo menos uma das deficiências investigadas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	48,97	51,03	23,91	10,38	13,53
Branca	47,51	22,77	24,74	11,14	4,77	6,37
Preta	7,52	3,9	3,62	2,04	0,92	1,12
Amarela	1,1	0,5	0,6	0,3	0,12	0,18
Parda	43,42	21,57	21,85	10,34	4,53	5,81
Indígena	0,43	0,22	0,22	0,09	0,04	0,05

Fonte: IBGE (2010)

⁴O conceito será melhor discutido e aprofundado no capítulo da fundamentação teórica.

Como vemos, referente aos dados censitários da população geral brasileira, identificamos que 50,94% da população é negra, considerando a somatória entre os autodeclarados pretos e pardos. Destes, somando-se os gêneros homem e mulher, 12,38% têm alguma deficiência, conforme a categoria “Pelo menos uma das deficiências investigadas”. Esse achado evidencia e justifica a relevância de estudos em diversos campos, inclusive na esfera educacional.

Continuando a análise, ao nos debruçarmos na leitura das informações por tipo de deficiência⁵ permanente, observaremos como estão divididos os 50,94% da população negra em cada tipo de deficiência na Tabela 2.

Tabela 2 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência visual em termos percentuais

População residente por tipo de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Amostra - Características Gerais da População						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil						
Cor ou raça	Tipo de deficiência permanente versus Sexo					
	Total			Deficiência visual - não consegue de modo algum		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	48,97	51,03	0,27	0,12	0,14
Branca	47,51	22,77	24,74	0,14	0,06	0,08
Preta	7,52	3,9	3,62	0,02	0,01	0,01
Amarela	1,1	0,5	0,6	0	0	0
Parda	43,42	21,57	21,85	0,1	0,05	0,05
Indígena	0,43	0,22	0,22	0	0	0

Fonte: IBGE (2010)

⁵A nomenclatura utilizada para tipificar as deficiências no censo de 2010 pelo IBGE, segundo a nota técnica da instituição 01/2018 buscou se adaptar à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001, bem como a concepção de deficiência da Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no âmbito das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006. Informações mais detalhadas a esse respeito podem ser encontradas no link: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf

Os dados contidos na Tabela 2 evidenciam que, dentre a população negra com deficiência, 0,12% dos negros e negras são deficientes visuais, havendo um equilíbrio entre os homens e mulheres. Contudo, se considerarmos a relação entre a cor, vemos a predominância da deficiência visual entre aqueles autodeclarados da cor parda com 0,1%, sendo que dentre os autodeclarados da cor preta temos 0,02%.

Referente aos deficientes auditivos, segundo as categorias já mencionadas, apresentamos os dados na Tabela 3.

Tabela 3 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência auditiva em termos percentuais

População residente por tipo de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Amostra - Características Gerais da População						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil						
Cor ou raça	Tipo de deficiência permanente versus Sexo					
	Total			Deficiência auditiva - não consegue de modo algum		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	48,97	51,03	0,18	0,09	0,09
Branca	47,51	22,77	24,74	0,09	0,05	0,05
Preta	7,52	3,9	3,62	0,01	0,01	0,01
Amarela	1,1	0,5	0,6	0	0	0
Parda	43,42	21,57	21,85	0,07	0,04	0,03
Indígena	0,43	0,22	0,22	0	0	0

Fonte: IBGE (2010)

Conforme os dados contidos na Tabela 3, demonstra-se que dentre a população negra com deficiência, 0,08% dos negros e negras são deficientes auditivos, havendo um relativo equilíbrio entre os homens e mulheres. Contudo, se considerarmos a relação entre a cor, vemos a predominância da deficiência auditiva entre aqueles autodeclarados da cor parda com 0,07%, sendo que dentre os autodeclarados da cor preta temos 0,01%.

Referente aos deficientes motores, segundo as categorias já mencionadas, apresentamos os dados na Tabela 4.

Tabela 4 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência motora em termos percentuais

População residente por tipo de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Amostra - Características Gerais da População						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil						
Cor ou raça	Tipo de deficiência permanente versus Sexo					
	Total			Deficiência motora - não consegue de modo algum		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	48,97	51,03	0,39	0,18	0,21
Branca	47,51	22,77	24,74	0,21	0,09	0,12
Preta	7,52	3,9	3,62	0,03	0,01	0,01
Amarela	1,1	0,5	0,6	0	0	0
Parda	43,42	21,57	21,85	0,14	0,07	0,07
Indígena	0,43	0,22	0,22	0	0	0

Fonte: IBGE (2010)

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, revela-se que dentre a população negra com deficiência, 0,17% dos negros e negras são deficientes motores, havendo também um equilíbrio entre os homens e mulheres. Contudo, se considerarmos a relação entre a cor, vemos a predominância da deficiência motora entre aqueles autodeclarados da cor parda com 0,03%, sendo que dentre os autodeclarados da cor preta temos 0,14%.

Referente aos deficientes mentais/intelectuais, segundo as categorias já mencionadas, apresentamos os dados na Tabela 5.

Tabela 5 - População segundo o sexo e a cor ou raça com deficiência mental/intelectual em termos percentuais

População residente por tipo de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Amostra - Características Gerais da População						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil						
	Tipo de deficiência permanente versus Sexo					
	Total			Mental/intelectual		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	48,97	51,03	1,37	0,74	0,63
Branca	47,51	22,77	24,74	0,63	0,32	0,31
Preta	7,52	3,9	3,62	0,12	0,07	0,05
Amarela	1,1	0,5	0,6	0,01	0,01	0,01
Parda	43,42	21,57	21,85	0,6	0,34	0,26
Indígena	0,43	0,22	0,22	0,01	0	0

Fonte: IBGE (2010)

Como vemos nos dados apresentados na Tabela 5, explicita-se que dentre a população negra com deficiência, 0,72% dos negros e negras são deficientes mentais/intelectuais, havendo uma maior incidência entre os homens. Contudo, se considerarmos a relação entre a cor, vemos a predominância da deficiência mental/intelectual entre aqueles autodeclarados da cor parda com 21,85%, já dentre os autodeclarados da cor preta temos 3,62%.

Os dados das tabelas anteriores evidenciam que uma grande parcela da população negra está alocada em algumas das categorias de deficiência e nas quais não sabemos em que condições estão inseridas na sociedade, muito embora saibamos, de acordo com a literatura antirracista e étnico-racial, que a sociedade brasileira é constituída e marcada pela discriminação de gênero, raça, classe e deficiência.

Uma outra importante fonte de dados que requer atenção vem do Censo Escolar da Educação Básica - 2020 que apresenta as características dos estudantes, incluindo a categoria deficiência. Este censo é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por meio de levantamento de dados estatísticos, de âmbito nacional, englobando estabelecimentos públicos e privados que fornecem informações sobre alunos, profissionais da educação, turmas e unidades de ensino.

Analisando as implicações da deficiência no contexto escolar para pensarmos a educação básica como um direito das pessoas com deficiência, observamos nos dados deste

censo, os contrastes e combinações entre as categorias gênero e raça. Observamos agora a tabela a seguir.

Tabela 6 – Estudantes segundo sexo, cor ou raça matriculados em classes comuns e classes exclusivas em termos percentuais

SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA						
CENSO ESCOLAR						
Cor ou raça	Brasil					
	Número de Matrículas da Educação Especial em <i>Classes Comuns</i> , por Sexo e Cor/Raça, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2020			Número de Matrículas da Educação Especial em <i>Classes Exclusivas</i> , por Sexo e Cor/Raça, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2020.		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100%	66,56%	33,44%	100%	60,41%	39,59%
Não Declarados		24,74%	24,68%		33,74%	35,34%
Branca		32,28%	32,58%		38,06%	38,47%
Preta		3,92%	3,92%		4,06%	3,75%
Parda		38,41%	38,05%		23,66%	21,98%
Amarela		0,31%	0,32%		0,29%	0,27%
Indígena		0,33%	0,45%		0,19%	0,20%

Fonte: INEP (2020)

Para tanto, analisamos então a incidência dos estudantes negros (pretos/pardos) matriculados com deficiência, em relação à cor/raça e sexo, totalizando 53,45% matriculados da educação especial em classes exclusivas, onde estão organizadas com um trabalho diferenciado e com estratégias específicas, mas com o mesmo conteúdo curricular oferecido a todos os estudantes neste estágio da escolarização. Esse detalhamento também nos possibilita observar o predomínio masculino e negro em relação a outros grupos. Vale ressaltar e considerar que as combinações negro e deficiência intensificam a desigualdade e a discriminação no processo de escolarização.

Ainda no campo educacional, a duplicidade de estigmas na qual estes sujeitos estão inseridos (negro/deficiente) é tratada por parte do sistema de ensino de forma desigual, fazendo com que essa combinação revele efeitos negativos acerca da autoestima e do processo de ensino e aprendizagem desses alunos (ANNAMMA; CONNOR; FERRI, 2013). Ainda

assim, salientamos a complexidade de relações estabelecidas a partir dos cenários de vivências nos espaços de ensino, por intermédio das práticas e metodologias educacionais adotadas ou não, que atendam essencialmente todas as especificidades e particularidades desses sujeitos.

Melo (2014), no estudo intitulado “Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma”, traça o conceito de duplo estigma direcionado às pessoas negras e com deficiência, reverberando a afirmativa da importância de se discutir racismo, preconceito e discriminação também no campo da educação especial. O autor esclarece:

[...] focar tal público, duplamente estigmatizado pelo seu pertencimento a categorização cruzada de negro e pessoa com deficiência, é já partir do pressuposto da existência tanto do racismo contra pessoas negras, quanto de formas de discriminação, preconceito e estigmatização contra pessoas com deficiência (MELO, 2014, p. 14).

Há uma importante relação na produção social de estigmas⁶ vivenciada por estudantes negros com deficiência nos espaços de ensino em função das dificuldades diante de atos discriminatórios, e também de racismo aqui compreendidos, como barreiras na perspectiva de inclusão e transformação social dentro da Educação.

Assim como as políticas públicas das relações étnico-raciais, a construção de uma política pública para educação especial é reflexo também de muitas caminhadas na luta por uma educação democrática, universal e principalmente responsável por transformações sociais. Apoiando nos aparatos legais para educação, a partir de uma perspectiva inclusiva, compreende-se também a importância de citar e apontar para as principais legislações que atuam na garantia de direitos, como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva e a Lei nº 13.146/2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Estas legislações são marcos da perspectiva inclusiva da educação, prevendo as formas e estruturas para a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional, em todos os níveis e aprendizado com garantia do poder público em assegurar, criar, desenvolver, programar, incentivar e acompanhar os desdobramentos a esta referida determinação (BRASIL, 2015).

⁶ Estigma segundo a definição de Erving Goffman é: “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 2004, p. 4).

Mais do que a garantia de um direito constitucional deste país, é possibilitar a formação educacional sob a ótica da cidadania, na qual a afirmativa das diferenças é positiva e força motriz da educação. Contudo, nota-se que é a partir desta concepção, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva começa a ser executada com ênfase nas pessoas públicos-alvo da educação especial. Em nível internacional, esse problema brasileiro também se faz presente quando a política apresenta respostas contraditórias ao movimento de inclusão, passando a ter um foco quase que exclusivo para a categoria da deficiência, excluindo as demais categorias de gênero, de classe social, racial (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Considera-se importante a perspectiva da educação inclusiva nos demais campos educacionais, contudo algumas preocupações e fragilidades despertam muita atenção. Segundo Artiles, Kozleski e Gonzalez (2011), essas e outras questões são importantes pautas para o campo educacional, e mais ainda na produção científica. Para análise e compreensão, os autores colocam que:

As fragilidades identificadas na educação inclusiva justificam o estímulo de uma postura reflexiva nesse campo, visando o engajamento sistemático com o papel do poder na estruturação de oportunidades educacionais e na promoção do projeto social reconstrucionista prometido pela educação inclusiva (ARTILLES; KOZLESKI; GONZALEZ, 2011, p. 285).

Ainda sobre isso, Pletsch (2020) entende que a perspectiva inclusiva deve estar alicerçada nos direitos humanos e que conceitos como classe, raça e gênero, entre outros devem se fazer presentes nas propostas de pesquisas científicas e na elaboração de políticas públicas.

Para Messiou (2017), o conceito de educação inclusiva⁷ é interpretado por diversos autores e de diferentes formas, não apenas centrado no campo da educação especial. Desse modo, a inclusão se refere ao atendimento dos estudantes públicos-alvo da educação especial, condição social, de gênero, racial e cultural, que servem de marcadores sociais de marginalização a depender de como se encontram nas estruturas sociais. Ainda segundo os autores Artiles, Kozleski e Gonzalez (2011), por meio de análises dos estudos no campo da educacional, ainda é possível encontrarmos pesquisadores e estudiosos que utilizam o conceito da educação inclusiva para se referir exclusivamente às deficiências em seus estudos. Portanto, para fins de análise, assumiremos neste estudo um posicionamento que, para as

⁷ O conceito será melhor discutido e aprofundado no capítulo da fundamentação teórica.

pesquisas no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, é fundamental considerar os marcadores sociais, o acesso, permanência, e as diversas barreiras contextuais.

Diante do exposto, nossa pesquisa se preocupou com estas emergentes e urgentes questões a partir do mapeamento e análise das produções científicas no campo da educação especial, sendo estes, artigos produzidos nas últimas duas décadas, com o intuito de compreender como a pauta da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais, interseccionam-se nas produções científicas no campo educação especial, para pensar no(a) estudante negro(a). Portanto, este estudo objetivou compreender como os(as) estudantes negros(as) estão representados nas produções científicas no campo da educação especial no contexto nacional.

A produção científica no campo da educação especial brasileira vem construindo uma diversidade de estudos na perspectiva inclusiva. No entanto, é preciso perceber o quanto tem se debruçado e como é percebida a questão racial, visto que deficiência e raça são duas categorias importantes para pensar as desigualdades na sociedade e suas formas de exclusão.

Para os autores Artiles; Kozleski (2019), uma possibilidade de se alcançar uma equidade, melhores garantias de direitos e uma justiça social, é importante pensar em alianças entre essas categorias. Ainda afirmam que:

Alianças estratégicas e coalizões entre o movimento de educação inclusiva e outros movimentos sociais poderiam contribuir para vários objetivos cruciais. Por exemplo, essas alianças poderiam pressionar por políticas mais responsivas e maior financiamento de pesquisa sobre as interseções de deficiência com outros marcadores de diferença, como raça, gênero, linguagem e classe social (ARTILES; KOZLESKI, 2019, p.817).

As pesquisas científicas na área da Educação podem nos trazer inúmeros reflexos das políticas educacionais ou, mesmo das ausências dessas políticas, buscando compreender e sanar demandas sociais que emergem para a educação. Todavia, é de suma importância que as produções científicas abordem as questões raciais no campo da educação especial de forma interseccional, visibilizando este público nas análises sobre educação no Brasil.

Entende-se a interseccionalidade⁸ como uma possibilidade de pesquisa em educação que considera o sujeito na sua completude, ou seja, a partir das variáveis que compõem o seu contexto e a sua identidade. Os autores Fishman, Powers, Tefera (2018), Artiles (2016), Messiou (2017), ao discutirem sobre a interseccionalidade, sinalizam que para contribuir com

⁸ O conceito será melhor discutido e aprofundado no capítulo da fundamentação teórica.

uma análise crítica da educação especial numa perspectiva de educação inclusiva, é necessário que se organize um outro modo de fazer pesquisa e de analisar todos os sujeitos envolvidos no campo da educação. Deste modo, analisando as diferenças e dialogando com demais áreas do conhecimento para compreender esse sujeito e o contexto em que está inserido, o que possibilita identificá-lo.

Considerando a importância de estudos em uma perspectiva inclusiva no campo da educação, levantou-se a seguinte questão problema: Como se apresenta a intersecção da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais nas produções científicas no campo da educação especial para pensar no(a) estudante negro(a)?

Com o intuito de responder esta questão, definimos como objetivo geral: compreender como a pauta da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação das relações étnico-raciais se interseccionam nas produções científicas no campo da educação especial para pensar no(a) estudante negro(a). Delimitamos o tema com os seguintes objetivos específicos:

1º - Mapear as produções científicas que discutem e dialogam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional;

2º - Analisar e compreender como os(as) estudantes negros(as) são ou não visibilizados nas produções científicas no campo da educação especial;

3º - Identificar as perspectivas interseccionais, considerando os níveis de abordagem e abstração nas produções científicas no campo da educação especial no contexto nacional que (in)visibilizam os(as) estudantes negros(as).

Esta pesquisa se limitou em mapear e analisar artigos científicos publicados nas revistas brasileiras de educação indexadas na base de dados Educ@, artigos publicados na base da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no buscador Google Acadêmico, entre os anos de 2003 a 2021, por ser tratar de um período da promulgação da legislação voltada para a temática das relações étnico-raciais (Lei 10.639/03 alterada pela 11.645/08) e de inclusão (Lei 13.146/15).

Definimos que o mapeamento dessas produções se limitaria aos estudos com o foco nos(as) estudantes negros(as) públicos-alvo da educação especial⁹. Para tanto, aplicamos um filtro de pesquisa por meio de palavras-chave específicas no primeiro campo sendo: “educação especial”, “necessidades especiais”, “necessidades educacionais especiais”,

⁹Adotamos a expressão público-alvo da educação especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

“deficiente”, “deficiência”, “inclusão”, “capacitismo”, “educação inclusiva” associados a “negro”, “negritude”, “afrodescendente”, “raça”, “racialismo”, “racial”, “educação das relações étnico-raciais”, “discriminação racial”, “preconceito racial”, “estudantes negros”, “alunos negros”, “criança negra”, “racismo oculto”, “viés racial”, “parcialidade racial”, “racismo velado”, “interseccionalidade” presentes no título, resumo ou nas palavras-chave como forma de garantir que o estudo estaria debruçado no público mencionado. Ademais, para a análise dos estudos que apresentarem o recorte racial e que discutam e problematizem as questões inerentes aos estudantes negros(as), nos orientamos pela questão problema desta pesquisa já mencionado.

Os dados coletados foram inseridos em uma planilha elaborada que facilitou a categorização e organização de acordo com os objetivos da pesquisa. Para o tratamento das informações, seguimos os seguintes critérios de análise: bases de dados, autor(a), edição e ano de publicação¹⁰, título do estudo, resumo, palavras-chave, sendo que nesses três últimos foram observados os descritores já mencionados. Essa categorização e organização das produções científicas encontradas tiveram por objetivo caracterizar, mapear e identificar o estudo.

Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória¹¹, com abordagem qualitativa,¹² fundamentada na metodologia da metapesquisa que é conceituada como pesquisa sobre pesquisas. Segundo Mainardes (2018), a metapesquisa busca sobretudo explicar os processos de construção de uma pesquisa e analisar as metodologias adotadas, as perspectivas, os fundamentos teóricos e epistemológicos das pesquisas, os resultados, seus impactos e as principais tendências do campo estudado; contudo, os elementos de análise em nossa dissertação se detiveram em identificar os tipos de estudos e as abordagens e níveis de abstração.

Salientamos que, a metapesquisa¹³ trata desse movimento reflexivo sobre o que foi investigado e sobre como a pesquisa foi conduzida, podendo atuar como uma metodologia de pesquisa para mapeamento de produções, compilação, sistematização, identificação,

¹⁰ Os passos metodológicos serão melhor discutidos no capítulo dos caminhos metodológicos.

¹¹ Pesquisas do tipo exploratória baseiam-se geralmente em levantamentos bibliográficos e documental, entrevista, observação e demais coletas de dados; isto é, procedimentos e técnicas, em geral, a primeira etapa de uma pesquisa, com o intuito de apresentar hipóteses ou proposições. Através de estudos bibliográficos, é indispensável para estudos históricos, apresentando vantagens ao pesquisador por ter disponíveis ferramentas e possibilidades para a obtenção das informações de forma facilitada não tendo assim, muitos obstáculos (GIL, 2008).

¹² Pesquisas de abordagem qualitativa se preocupam com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2008).

¹³ Este conceito será melhor aprofundado no capítulo metodológico.

avaliação, discussão e análise, além de possibilitar orientações para formulação e reformulação de políticas e práticas educacionais.

Aliada a esta metodologia, a interseccionalidade foi a nossa ferramenta de análise das produções científicas selecionadas. O termo cunhado primeiramente por Crenshaw (1989) foi interpretado aqui neste estudo, como um conceito que garantiu analisarmos as perspectivas interseccionais no campo da educação especial e assim, assumiu uma importância central nesta pesquisa. Sendo assim, a interseccionalidade preenche uma lacuna analítica do campo científico como mais uma categoria de análise dos estudos.

Esforçamo-nos para apresentar neste estudo um referencial teórico que nos permitiu analisar as produções científicas com discussões sobre os conceitos de raça, gênero e classe associados ao público-alvo da educação especial, para pensar no(a) estudante negro(a), sendo este o foco da pesquisa.

Para pensar no(a) estudante negro(a) no complexo campo das relações étnico-raciais, é preciso analisar intimamente como estão inseridos nas políticas e práticas educacionais que foram construídas e constituídas historicamente dentro de uma relação de poder, onde principalmente a raça (como uma construção social, política e cultural) permanece como um dos fatores de classificação social e hierarquização racial. Portanto, adotou-se o conceito de raça numa perspectiva política e identitária dentro do contexto brasileiro para compreendermos o racismo.

Diante do exposto, organizamos a presente dissertação em três capítulos.

No capítulo 1, “Os(as) estudantes negros(as) e educação especial na perspectiva inclusiva: um olhar interseccional para as produções científicas”, tratamos, especificamente, dos fundamentos teóricos e apresentamos as definições de educação especial na perspectiva inclusiva, interseccionalidade, bem como os marcadores sociais das diferenças sendo estes: raça, classe e gênero, objetivando possibilitar a compreensão dos contextos históricos e sociais em que estavam inseridos os(as) estudantes negros(as): público-alvo da educação especial.

Para isso, apresentamos como principal sustentação teórica os estudos de Artiles, Kozleski (2019), Messiou (2017), Crenshaw (2002), Collins (2015), Annamma, Ferri e Connor (2013), Almeida (2019), Gomes (2012), Carneiro (2003), Pletsch (2020) e demais intelectuais que buscamos como aporte teórico que nos ajudaram nas discussões e análises.

No capítulo 2, “A Metapesquisa como caminho metodológico: elementos delineadores do estudo”, apresentamos a abordagem metodológica utilizada, os percursos de investigação e

os resultados encontrados, sendo estes artigos científicos do campo da educação especial a partir das fontes de pesquisas e, por fim, análise sistemática dos achados para categorização.

No terceiro e último capítulo, “Da invisibilidade à visibilidade dos(as) estudante negros(as) nas produções científicas no campo da educação especial: o que dizem as pesquisas”, apresentamos os elementos de análise por meio de reflexões que apontaram os impactos das estruturas sociais, políticas, econômicas, educacionais e institucionais na construção social das identidades do(a) estudante negro(a) público-alvo da educação especial, o que evidenciam a emergência e o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação especial na perspectiva interseccional

Destarte, a pesquisa se torna relevante porque, em primeiro, a garantia de direito ao lugar social de cidadão é pautada pelas pessoas com deficiência com movimentos evidenciados em lutas históricas, ao longo de períodos de muitas articulações sociais tanto nacionais como internacionais, o ingresso e permanência na educação têm lugar central nesta discussão uma vez que estar incluído socialmente perpassa acessar a este direito constitucional, onde o espaço escolar é constituído de encontros produtores de vida para os sujeitos que dele fazem parte.

Em segundo, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, conforme estabelecido na Lei n.º 11.645/08, bem como das relações étnico-raciais se configura no aprimoramento do Estado Democrático de Direito e no exercício e promoção da dignidade humana e do direito fundamental à igualdade, por um lado, e a não discriminação, por outro.

E por último, dado que o aprimoramento destas temáticas está inserido no conjunto das iniciativas educativas inclusivas, legalmente estabelecidas, entre as quais a educação tem entre outros objetivos, para tanto: promover os direitos humanos nos processos educativos diversos.

Em síntese, no campo acadêmico e teórico brasileiro, verifica-se até o momento a exiguidade de materiais sistematizados e integrados que tratam de alunos(as) negros(as) no contexto da educação especial, e quiçá esta pesquisa contribuirá para a discussão do campo educacional, para a linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação e para o grupo de pesquisa do Observatório de Práticas Escolares - OPE da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

3 OS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS) E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Diálogos insurgentes sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva começam a ganhar materialidade nas diferentes formas da tessitura social, que reverberam nas mais diferentes manifestações a interface entre educação especial, relações étnico-raciais e interseccionalidade, no campo político e teórico.

Podemos entender a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, ao cruzar com as demais políticas, possibilitando a busca de uma democratização, equidade e justiça social na educação, atingido vários grupos historicamente marginalizados.

Para os autores Artiles e Kozleski (2019, p. 817), “Alianças estratégicas e coalizões entre o movimento de educação inclusiva e outros movimentos sociais poderiam contribuir para vários objetivos cruciais”, como mudanças nos sistemas educacionais, de forma a incluir todos os sujeitos, independente da origem de classe, nacionalidade, etnia, raça, gênero, religião, língua, ou condições físicas ou intelectuais.

Ao analisarmos o contexto descrito, deparamo-nos com uma indagação: a política de educação inclusiva não seria um caminho para impulsionar estudos, discussões, articulações, compreensões para os campos da educação especial e relações étnico-raciais? Para além dessas mudanças, a exemplo disso, estudos articulando a educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva e a educação das relações étnico-raciais podem promover o fechamento de uma lacuna teórico e metodológica nos campos, e compartilhar um compromisso com uma educação democrática, anticapacitista e antirracista.

No entanto, o movimento de educação inclusiva, desde o seu conceito até a sua execução, tem provocado respostas contraditórias de profissionais, pesquisadores e políticos, demandando um maior debate (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Denotamos que, o enfoque da maioria das pesquisas, quando se trata do tema da educação inclusiva recaem nos alunos públicos-alvo da educação especial; porém, nos últimos anos, alguns teóricos, pesquisadores e estudiosos vêm discutindo as interpretações sobre a educação inclusiva, sobretudo nas produções científicas. Os mesmos avaliam que o objetivo da educação inclusiva é incluir a todos em uma mudança educacional, além de estar diretamente relacionada à agenda da justiça social e da equidade; ou seja, destacam que a inclusão coexiste com várias outras reformas que são fundamentadas em uma perspectiva de

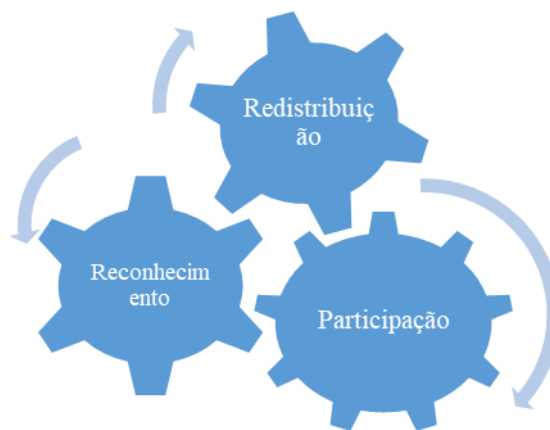
direitos e acesso à justiça, em um contexto de práticas que criam rupturas e contradições entre esses projetos de mudança (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Ainda para os autores, há uma falta de fertilização cruzada e interdisciplinar nas produções científicas que vise uma agenda de justiça social para todos os grupos que se encontram à margem da sociedade, além das limitações conceituais que definem a inclusão, pois apresentam visões que destoam da perspectiva dessa justiça pautada por movimentos sociais que reivindicam melhores condições no campo educacional.

Ao pensarmos em justiça social, devemos ter a ciência de que esse conceito não se refere apenas às questões sociais, econômicas, políticas, culturais, assistenciais, mas também reverberam nas questões educacionais que influenciam nos direitos que asseguram uma vida digna a todos.

Para Fraser (2002), ao tratar de justiça social, a autora pontua que existem alguns elementos que devem ser considerados na busca de uma sociedade justa e democrática, sobre tudo que não deixem à margem mulheres, negros, indígenas, pobres, deficientes, homossexuais, imigrantes e demais grupos discriminados. Para a autora, há de se possibilitar uma igualdade e de uma justiça social olhando para três dimensões que ela define como: dimensões da redistribuição, do reconhecimento e da participação, onde só fazem sentido alcançadas de forma articulada.

Figura 1- Dimensões por Nancy Fraser



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

As dimensões representadas pela Figura 1 e que são defendidas por Fraser estão na ordem da redistribuição relacionadas às questões de recursos econômicos, acesso a bens de

consumo, uma educação de qualidade e as possibilidades de diminuir as diferenças sociais pelo poder econômico. Já o reconhecimento, a autora expõe que mesmo os sujeitos que atingem condições financeiras iguais aos demais, se esses sujeitos se encontrarem em grupos socialmente desvalorizados pela sua identidade, cultura, gênero, condições físicas e/ou intelectuais não estarão em situação de igualdade e justiça social, não sendo considerados assim, em vários aspectos pela sociedade. Para além da redistribuição e do reconhecimento, a autora defende a dimensão da participação onde ela aduz que, todos os sujeitos deveriam ter a oportunidade de participação e decisão em questões políticas de todas as áreas sociais.

Contudo, percebemos que a justiça social vai além das questões da redistribuição de renda e do reconhecimento de grupos socialmente marginalizados, ela ganha sentido a partir do momento que se dá voz a esses sujeitos, possibilitando aos mesmos lutarem por direitos humanos fundamentais com intuito de terem uma vida realmente digna.

Esse conceito construído por Fraser se apresenta como uma enorme contribuição para os estudos nos campos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, constituindo-se como um conceito importante para melhor compreender as relações sociais de poder e assim promover uma educação democrática.

Pactuando desta ideia, Pletsch (2021) indica que o campo da educação especial brasileira está vivenciando um momento de transformações epistemológicas, onde os pesquisadores começam a compreender que os estudos relacionados com este campo devem considerar a perspectiva inclusiva e de direitos humanos. A autora sugere para as futuras pesquisas, que o fenômeno da deficiência não seja mais analisado de forma isolada do conjunto das relações sociais, mas compreendido a partir de conceitos como de classe, gênero e raça, e outros conceitos que identifiquem ou caracterizem o sujeito.

Ainda segundo a autora, as pesquisas no campo da educação especial necessitam ter um caráter multifacetado da deficiência, enquanto experiência social. Portanto, esses marcadores, entre outros, precisam ser considerados na construção do objeto de pesquisa e na elaboração de políticas públicas. Assim, buscaremos compreender como as desigualdades sociais permeiam a experiência da deficiência e a construção dos sujeitos.

Para Artiles (2019), o pesquisador é peça fundamental na reconfiguração dessas novas pesquisas que atendem principalmente as reivindicações de lideranças sociais de grupos historicamente marginalizados. O pesquisador tem o intuito de provocar mudanças históricas em uma nova postura em pesquisar. Neste sentido, também perpassa pela construção acadêmica que deverá chamar a atenção para o papel moral e ético de uma pesquisa, que

muitas vezes esse papel se encontra invisibilizado, recaindo no tradicional. A ideia é descortinar situações historicamente naturalizadas e enraizadas de marginalização que acarretam nas injustiças. Para isso, o autor nos traz um questionamento sobre quais serão as implicações para a pesquisa de equidade educacional.

Figura 2 - Interseccionalidade



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Ao analisarmos a Figura 2 acima, uma das possíveis respostas está na ideia do movimento inclusivo em assumir uma perspectiva interseccional, considerando que identidades de alunos são multidimensionais, onde os marcadores sociais que os compõem podem e devem dialogar considerando também experiências e contextos.

Seguindo essa ideia, aqui se apresenta uma importante discussão da interseccionalidade, podendo ser ela uma teoria, metodologia ou uma ferramenta de análise nos estudos do campo da educação especial, buscando consolidar um debate envolvendo as categorias de raça, gênero e classe, onde estas questões podem ser tensionadas nos estudos de referência.

Corroborando com este pensamento, Messiou (2017) nos orienta que é de suma importância promover estudos com uma análise interseccional, entendendo aqui a interseccionalidade como uma possibilidade de pesquisa em educação que considera o sujeito na sua completude, a partir das variáveis que compõem o seu contexto e a sua identidade.

De origem norte-americana, o termo interseccionalidade é cunhado pelo feminismo negro e tem ganhado reflexo mundial pelos debates centrados nas desigualdades e discriminação que operam as opressões na vida cotidiana de mulheres, sobretudo, de mulheres

negras (ASSIS, 2019). Segundo Crenshaw (2002), o conceito de interseccionalidade oferece uma perspectiva teórica de análise que afeta diretamente as desigualdades e subordinações, às quais, mulheres são frequentemente submetidas, como sexismo, racismo e patriarcalismo.

A interseccionalidade também atua como pressuposto teórico-metodológico com o desígnio de melhor propor uma análise sobre essa dinâmica de exclusões e pensar em possibilidades para enfrentamento desse problema estrutural (CRENSHAW, 2002). Ela é uma forma de compreender os problemas sociais capturando a dinâmica existente entre os eixos de subordinação e busca entender como os marcadores sociais da diferença relegam e perpetuam as desigualdades sobre os grupos marcados pelo racismo, sexismo e subjugação de classe.

A interseccionalidade exige dos pesquisadores intervenções sociais a fim de ir além das visões singulares dos estudantes. Os autores Annamma, Ferri e Connor (2013) traçam essa discussão, quando associam em um dos seus estudos as relações étnico-raciais e a educação especial, discutindo os marcadores de raça e deficiência. Para isso, criam a teoria do DisCrit (Dis= Estudos da Deficiência – Crit= Teoria Crítica da Raça), sendo uma forma de convocar os pesquisadores para um ativismo intelectual diante das opressões sofridas por estudantes negros com deficiência.

Para que o DisCrit seja posto em prática, os autores colocam alguns princípios a serem seguidos e que aqui julgamos trazê-los na íntegra:

- (1) O DisCrit se concentra nas maneiras pelas quais as forças do racismo e da habilidade circulam tarde interdependentemente, muitas vezes de maneiras neutralizadas e invisíveis, para sustentar noções de normalidade.
- (2) DisCrit valoriza identidades multidimensionais e problemas singulares de noções de identidade, como raça ou incapacidade ou aula ou Gênero sexual ou sexualidade e assim por diante.
- (3) DisCrit enfatiza as construções sociais de raça e habilidade e ainda reconhece os impactos materiais e psicológicos de ser rotulado como corrido ou deficiente, o que o coloca fora das normas culturais ocidentais.
- (4) DisCrit privilegia vozes de populações marginalizadas, tradicionalmente não reconhecido na pesquisa.
- (5) O DisCrit considera os aspectos legais e históricos de deficiência/habilidade e raça e como ambos foram usados separadamente e em conjunto, para negar os direitos de alguns cidadãos.
- (6) DisCrit reconhece brancura e habilidade como propriedade e que ganha pois as pessoas rotuladas como portadoras de deficiência foram em grande parte feitas, como resultado da convergência de interesses de cidadãos brancos de classe média.
- (7) DisCrit requer ativismo e apoia todas as formas de resistência (ANNAMMA; FERRI; CONNOR, 2013, p. 11).

Assim, a teoria do DisCrit nos instiga e nos oferece uma possibilidade de estudos interseccionais no campo dos estudos sobre a inclusão dos(as) estudantes negros(as) e a deficiência, uma vez que as políticas na perspectiva inclusiva enfatizam na maioria das vezes,

indivíduos com alta prevalência de deficiência e minimizam os múltiplos aspectos do sujeito, inclusive a raça e o gênero.

Compartilhando dessa provocação, Messiou (2017) também apresenta em seus estudos importantes discussões envolvendo a educação inclusiva, onde desafia o pensamento e práticas entre os pesquisadores da área de educação inclusiva. A autora, em um estudo envolvendo levantamento de produções científicas brasileiras, identifica que a maioria dos estudos estão apenas preocupados com certos grupos de estudantes, e que um número limitado faz uso de abordagens colaborativas e transformadoras, concentrando-se apenas em alguns alunos, em vez de todos, indo na contramão dos princípios da educação inclusiva.

Artiles (2019) traça uma crítica às pesquisas que tratam das iniquidades de identificação da deficiência, que ainda não tornam visíveis interpretações errôneas e históricas quanto à identificação da deficiência e nem travam um debate caloroso sobre o preconceito enraizado nos processos escolares, sobretudo nos sistemas de ensino. Não se identificam os contextos estruturais, sociais, raciais, étnicos, linguísticos e econômicos dos sujeitos de pesquisa. Esses fatores não se apresentam de forma relevante nos estudos científicos, mesmo sabendo que, por exemplo, uma situação de extrema pobreza influencia diretamente no desempenho escolar.

É necessário compartilhar uma dimensão da pesquisa voltada ao universo da educação inclusiva que, efetivamente, depende do reconhecimento de intersecções para desvelar a complexidade de seu objeto, que é o corpo como construção social.

3.1 CORPOS EXISTENTES E RESISTENTES, E A SUA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Quando analisamos as políticas voltadas para o direito à educação, historicamente os estudantes públicos-alvo da educação especial não eram enquadrados nesse direito básico. Logo, havia uma lacuna a ser fechada, na tentativa de suprir e tornar a educação mais democrática e igualitária em direitos. Partindo deste anseio, uma nova concepção de educação voltada para uma política de inclusão nas escolas é pensada no campo educacional, com o intuito de promover mudanças políticas, estruturais e pedagógicas nas instituições de ensino para atender a todos.

A partir da Declaração de Salamanca, uma resolução das Organizações Nações Unidas (ONU), que trata dos princípios, política e prática em educação especial (UNESCO, 1994), aponta que as escolas...

[...] devem reconhecer as necessidades de todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando respostas educacionais adequadas por meio de um currículo flexível, boa organização escolar, diversificação de recursos e entrosamento com suas comunidades (UNESCO, 1994, p. 05).

A partir das influências dessa declaração, inúmeros países, não excetuando o Brasil, incluíram essa garantia de direitos através de legislações, destacando a LDB (BRASIL, 1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2007), e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº13.146/2015. (BRASIL, 2015).

A partir desses movimentos, a educação especial começa a ser pensada numa perspectiva inclusiva, recebendo fortes influências, como já mencionado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007. Mais tarde, esta convenção, por intermédio do Decreto nº6.949/2009 (BRASIL, 2009), incentiva a realização da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que em seu preâmbulo, apresenta como propósito da convenção, no Art. 1º, a seguinte redação: “proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009).

A convenção não somente inspirou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), mas também as mudanças no texto da Lei Brasileira de Inclusão, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Somente em 2015, o supracitado estatuto é reconhecido pelo governo brasileiro, através da Lei nº13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Por intermédio desta lei, é possível perceber um conjunto de normas destinadas a assegurar e a promover em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania no sistema de ensino, fruto dos debates da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Apoiando-se nos aparatos legais para educação, a partir de uma perspectiva inclusiva, é importante apontar a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva e a LBI, como os principais marcos legislativos dessa perspectiva inclusiva da educação. Elas preveem as formas e estruturas para a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional em todos os níveis e aprendizados, com garantia do poder público em assegurar, criar, desenvolver, programar, incentivar e acompanhar os desdobramentos a esta referida determinação (BRASIL, 2015).

O discurso de educação inclusiva sustenta a ideia de todos os estudantes terem as mesmas condições de acesso e participação. Esse movimento expandiu-se e foi descrito como agenda global, seguindo as indicações da Declaração de Salamanca de 1994, já mencionada, que reforçou a necessidade de garantir o direito de todos os estudantes em equidade de oportunidades nos diferentes sistemas de ensino.

O movimento de educação inclusiva deu início na década de 50, e vem se prolongando até os dias atuais com uma perspectiva de romper com a exclusão de qualquer minoria, sejam elas pessoas com deficiências, grupos étnicos e raciais, de gênero e classe.

Assim, a educação especial pensada numa perspectiva de educação inclusiva pode ser caracterizada com uma política educacional de justiça social, atendendo às particularidades e singularidades de cada aluno.

Denota-se que a ideia de educação inclusiva é compreendida como a garantia do direito de todos à educação, não somente dos estudantes públicos-alvo da educação especial. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças e especificidades humanas; contemplando, assim, as diversidades étnicas, raciais, sociais, culturais, intelectuais, físicas e de gênero dos seres humanos. Implica na transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (UNESCO, 1994).

Mas, desde a sua atribuição, o conceito de inclusão ou escola inclusiva vem sendo (re)pensado e definido por autores que trazem diferentes perspectivas como podemos ver nos excertos abaixo listados:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

[...] à ideia de escola inclusiva, que visa possibilitar que todas as pessoas possam participar em igualdade de oportunidades da escola. E ainda que todas as pessoas sejam respeitadas pelo que são como seres humanos, não importando o sexo, a idade, as origens étnicas, a opção sexual ou as deficiências (BRAGANÇA; OLIVEIRA, 2005, p. 217-227).

A escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, p. 119).

São espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus

pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões, competição de forma solidária e participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2015, p. 66).

As escolas inclusivas consideram a aprendizagem como um processo social em que a interação social tem seu papel central para facilitar a aprendizagem. O programa de trabalho da escola inclusiva é fornecer condições para os alunos adquirirem as habilidades necessárias à colaboração bem sucedida e a seu maior desenvolvimento (PACHECO, 2007, p. 148).

Portanto, destaca-se a ideia de inclusão ou escola inclusiva, interpretada e traduzida a depender do contexto e do público referido. De modo geral, a proposta é romper com algumas práticas educacionais; que privilegiam alguns grupos e desfavorecem outros no processo de ensino e aprendizagem. Podemos entender a política de educação inclusiva ao cruzar com as demais políticas, possibilitando a busca de uma democratização, equidade e justiça social na educação, atingindo vários grupos historicamente marginalizados e marcados por experiências sociais, sendo estes sujeitos a quem se busca incluir.

Ao olharmos a educação especial, na perspectiva de uma educação inclusiva, denota-se a importância da deficiência se interseccionar com os marcadores sociais das diferenças de gênero, raça, etnia, classe social e demais marcadores, reconhecendo que os corpos dos estudantes são inseparáveis de suas dimensões socioculturais (BRASIL, 2008).

Porém, Freitas (2003) nos alerta que esses pressupostos da educação inclusiva nem sempre têm sido considerados. O autor afirma que não existem corporeidades¹⁴, onde as suas características mais complexas não se interseccionem com outros marcadores sociais que constituem cada sujeito.

Berckmoes e Reis (2017) ratificam que, por meio desses marcadores sociais, muitos sujeitos experienciam situações de discriminação e preconceitos que só são sentidas e percebidas na construção identitária de alguns corpos e as suas intersecções que estruturam a sua existência.

Portanto, a leitura dos corpos identificados por raça, etnia, classe, gênero e outros não podem ser compreendidos de forma isolada, uma vez que essas identidades articulam

¹⁴A corporeidade constitui-se das dimensões: física (estrutura orgânica-biofísica-motora organizadora de todas as dimensões humanas), emocional-afetiva (instinto-pulsão-afeto), mental-espiritual (cognição, razão, pensamento, ideia, consciência) e a sóciohistórico-cultural (valores, hábitos, costumes, sentidos, significados, simbolismos). Todas essas dimensões estão indissociadas na totalidade do ser humano, constituindo sua corporeidade. (JOÃO; BRITO, 2004, p. 266)

dinâmicas que descortinam a realidade da desigualdade, a partir das suas experiências sociais e das relações de poder que são expressas. É a partir desta concepção, que se fundamenta a defesa de uma leitura interseccional entendendo que:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Neste sentido, a leitura interseccional poderá promover uma revolução paradigmática sobre a forma com que pensamos as relações de poder entre esses corpos que existem e resistem, especialmente no que diz respeito às injustiças sociais que são articuladas a partir dessas relações.

3.1.1 Raça: a inevitável visibilidade da cor

O conceito de raça remete à classificação de sujeitos a partir das suas características observáveis. Através do IBGE, o termo raça é introduzido nos censos demográficos com a seguinte pergunta: “Qual é a sua cor/raça?”, assim, a classificação de raça é orientada por categorização de cores onde organiza os grupos que compõem a sociedade brasileira em: branco, preto, pardo, amarelo e a etnia indígena (GUIMARÃES, 2011).

Historicamente o conceito de raça surge com bases sociais do racismo para classificar, inferiorizar e discriminar grupos por sua cor/etnia, que passam a ter mais dificuldades de acesso a bens simbólicos e materiais, além de acesso a diversos espaços sociais. Atualmente, a cor mobiliza uma série de fatores negativos que, mesmo sem diferenças biológicas, certos grupos são afetados em determinados contextos sociais.

A classificação populacional com base na cor possui relação muito próxima com o conceito de raça e, em alguns estudos, o termo cor o substitui.

No uso burocrático e popular, o termo cor substitui o de raça, mas deixou à mostra todos elementos das teorias racistas – cor, no Brasil, é mais que cor de pele: na nossa classificação, a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição de cor (preto, pardo, amarelo e branco) (GUIMARÃES, 2011, p.266).

Portanto, a cor da pele passa a ser usado como princípio classificatório em aspectos de identificação racial, mas também por características sócio raciais que revelam uma desigualdade social onde a população negra composta por pretos e pardos e a população indígena estão à margem da sociedade com piores condições de vida (SOUZA, 2019).

Torna-se crucial a análise sistemática em estudos em diversos campos científicos, como a classificação racial influencia na vida da população que acarreta nessas desigualdades.

Remetendo ao campo da educação, ao combinarmos aspectos da raça e da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, propomos um novo arcabouço teórico que incorpora uma análise: de raça, habilidades e a inclusão desses sujeitos possibilitando a compreensão de contextos, a reformulação de políticas públicas e práticas pedagógicas que atendam as especificidades de todos. A coalizção entre esses temas tem o intuito de chamar a atenção para o potencial valor desses estudos e compreender como estudantes negros/as são afetados por esses marcadores sociais das diferenças, que influenciam tanto nas relações sociais, quanto no desempenho escolar desses sujeitos (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Ao utilizarmos a raça como categoria de análise, ela passa a ser uma lente que possibilita compreender as violências que vivemos em tempos de disputas tão acirradas em torno da função social da educação. Como categoria de análise para as políticas públicas de educação, o termo raça se torna uma potência de análise dentro e fora do campo científico, tornando-se um conceito que desafia algumas estruturas sobre as quais a nossa sociedade está construída historicamente. Para isso, denominamos de racismo estrutural.

Na definição de Almeida (2019), o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, “o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p.15).

Para Hall (2003), o conceito de raça é uma construção social e política pautada e organizada dentro de um sistema de poder chamado racismo que explora, exclui e é usado para justificar toda a diferença social, cultural, genética e biológica que acabam legitimando a exclusão racial.

Carneiro (2005) chama a atenção para o fato de que a raça é um dos pressupostos estruturais da sociedade brasileira, e isto impacta diretamente nas estruturas de classe no país, gerando desdobramentos na forma de organização do sistema educacional, e nas relações de poder que se estabelecem.

A partir dessas afirmativas, podemos concluir que existem sociedades que têm na sua própria estrutura a discriminação, privilegiando algumas raças em detrimento das outras. Essa

discussão se faz importante para entender que a categoria raça é estrutural e estruturante para a construção de um quadro de discriminação e desigualdades no Brasil, sobretudo na educação (GOMES, 2012).

Para além disso, a raça é um caminho na busca da compreensão das dimensões do ser humano, que não é neutro, mas sim o resultado de tensões, de contradições sociais, e não pode ser reduzido a uma identidade individual, muito menos a uma ideia pré-definida. Mas como podemos olhar as relações sociais a partir dessa perspectiva?

Raça é um dos conceitos que ajuda a olhar e a captar a construção social histórica das relações sociais. Entende-se aqui também os processos de dominação cultural, econômica, educacional, política, simbólica, bem como também de outras dimensões como gestão, igualdade, democracia, o político e o social, ao usar essa categoria.

O conceito de raça nos ajuda a entender o nosso contexto cruel, pautado pela violência, preconceito, pelo genocídio da população negra: uma realidade de desigualdade que se agrava em um longo processo de impunidade.

Quando tratamos de raça no campo da educação, todas essas questões são abordadas para falar da nossa história recente, da construção e da defesa do debate de raça, das disputas em torno da função social da educação, na contramão da sua desqualificação e do seu desmonte na contemporaneidade (GOMES, 2012).

Raça como conceito é uma ferramenta de disputa, um conceito estratégico e faz parte de um campo de tensão que sinaliza reprodução e resistência de uma maneira muito complexa que vai da formação do corpo docente, dos livros didáticos, das identidades, da constituição do currículo.

Como forma de tentar resolver essas tensões, cria-se a lei nº 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino e cultura da história afro-brasileira e africana com o intuito de promover uma mudança na política curricular, tornando-a transversal a disciplinas e conteúdos, questionando estereótipos históricos do papel do negro na sociedade; portanto, possibilitando para alunos negros e brancos uma perspectiva cidadã de formação.

É preciso ter o entendimento de que a referida lei é uma política de ação afirmativa que busca o reconhecimento por parte principalmente dos docentes, pois, há diferenças nas relações que permeiam o campo educacional; ou seja, a educação deve se dar para as relações étnico-raciais.

Registramos que, nas últimas décadas, obtivemos conquistas ao introduzir o termo raça nas políticas públicas educacionais aliadas às demandas de gênero e classe, por exemplo. Mas esse processo é um processo tenso, negociado entre grupos de interesse, incluindo os

interesses do estado, além de contarmos com uma pressão internacional, com acordos e compromissos, mas também com uma grande mobilização dos movimentos sociais, entre eles, o movimento negro e o movimento feminista.

Nas políticas educacionais, o gênero, a diversidade sexual, a raça, a classe e os direitos humanos começam a fazer parte das propostas diretamente ou indiretamente, dos programas, dos planos, das leis; contudo, essa onda de conquistas progressistas nunca foi linear ou sem conflitos. Elas fazem parte de processos contraditórios de fortalecimentos de propostas conservadoras nas arenas políticas, muitas vezes incompatíveis com ideais democráticos e de direitos humanos.

As questões de raça ganham espaço nas disputas educacionais, a exemplo disso, podemos falar dos planos educacionais, onde são percebidas essas disputas processuais quando se notam vetos, nos quais aparecem as questões raciais e omissão de termos associados à raça, como negro, afrodescendente, negritude, racismo, relações étnico-raciais, discriminação racial.

O próprio conceito de raça está em disputa, tencionando sua visibilidade ou não no conhecimento produzido na academia. Portanto, falar de raça nos campos do conhecimento que compõem uma unidade de ensino, um programa de educação, um sistema de educação é falar de diferença, é falar de inclusão. São questões tão evidentes nos discursos educacionais atuais, como um conhecimento crítico da realidade. São possibilidades muito férteis para as teorias científicas na medida em que elas dirigem as diferentes práticas de pesquisas, das teorias críticas, da ética e da democratização.

Nesse toar, concluímos que, se não discutirmos a questão de raça na educação, ficamos apenas com uma discussão entre raça associada apenas à caracterização, exclusão, à violência, ao racismo, inclusive, ao racismo institucional.

Contudo, é importante perceber e entender o significado desses aspectos nas disputas pela educação, e assim trazê-lo para uma pauta política e educacional que é extremamente necessária.

A partir dessa discussão, percebemos o quão profícuo é o conceito de raça. Ele, por si só, já mobiliza e apresenta possibilidades de estudos em muitos campos científicos, tornando-se algo mais potente quando associado a outros marcadores sociais da desigualdade. Em geral, os marcadores sociais da diferença recaem sobre grupos sociais que sofrem algum tipo de opressão por possuírem características diferentes na sua constituição humana. Um marcador somado a outro pode potencializar a exclusão e a marginalização de sujeitos em contextos sociais, políticos, educacionais e, portanto, esse sujeito dentro das relações sociais desiguais

não pode ser analisado de forma separada; mas, por meios de todos os marcadores que se cruzam de forma interseccional. Hirano, Acuña e Machado (2019) compreendem o termo “marcadores sociais da diferença” como:

[...] uma forma de análise que busca pensar as relações entre gênero, sexualidade, classe, raça/cor, entre outras categorias, contextualmente. Ao passo que a perspectiva interseccional mobiliza a noção de marcadores como um auxiliar da análise, que contribui para a compreensão da sobreposição de exclusões (HIRANO; ACUÑA; MACHADO, 2019, p. 22).

O termo “marcadores” nos possibilita analisar e compreender as múltiplas discriminações que se interseccionam e que podem ser potencializadas em diferentes contextos sociais, inclusive no âmbito educacional. Portanto, neste estudo, propomos um estudo de raça dentro dos estudos da educação especial, sob uma perspectiva de educação inclusiva; uma vez que esses marcadores juntos já mobilizam uma ampla pesquisa e uma complexa análise, a começar pelos próprios conceitos.

O conceito de raça é abordado não de forma biológica, compreendendo que, biologicamente, raça não é uma realidade, mas, um conceito criado para dividir os povos, causar uma soberania e extinguir outras, como destaca Munanga (2006). O modo de abordagem pelo viés social e político, se dá por entendermos que a discussão sobre a raça se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas e passa a ser utilizada no combate a todas as formas de opressão e exclusão.

Para Gomes (2012), o movimento negro vem realizando um trabalho de desconstrução do termo “raça”, entendendo como uma potência de emancipação para a população negra.

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (GOMES, 2012, p. 731).

Salientamos que esse exercício de apresentar o termo raça de forma política, tem-se uma visão mais concreta das estruturas sociais, das hierarquias de poder e qual o lugar em que a população negra está inserida na sociedade e em determinados contextos, isto é, local de maior ou de menor presença, demonstrando também o fato do quanto esse sujeito inserido neste marcador social (negro) se encontra em desigualdade (GOMES, 2012).

Podemos então, pensar no agravamento destas questões, se acrescentar a categoria com deficiência neste sujeito que possui dois marcadores sociais, levando em consideração

que ao apresentar uma deficiência, por exemplo, já desencadeiam outras formas de opressão e exclusão.

O que percebemos é uma potencialidade emergente da discussão que envolve raça (negra) e educação especial na perspectiva da educação inclusiva para o desenvolvimento de estudos dentro do paradigma da categorização múltipla: o que torna os resultados e a avaliação mais acurada, na medida em que dispõe de mais informações sobre o sujeito da pesquisa.

3.1.2 As expressividades de classe na raça e no gênero

Apesar da categoria raça permanecer desempenhando um papel de destaque quando falamos em desigualdades sociais, a classe associada a outros marcadores sociais da diferença também é fator crítico para explicar as disparidades sociais. Esta categoria pode ser interpretada e ter uma dimensão simbólica econômica, sendo caracterizada pelo poder aquisitivo que situa o sujeito em uma posição social.

Ao analisar estas questões, a grande maioria dos estudos utiliza informações estatísticas sobre as desigualdades nas condições de vida dos sujeitos em determinados contextos. Há de se considerar que, esse tipo de análise permite observar diversas formas de desigualdade racial, de gênero e de classe; contudo, ela não pode ser usada para decidir qual dessas categorias é a mais importante, pois as informações sobre desigualdade de resultados não substituem informações sobre desigualdade de oportunidades.

Para Almeida (2019), esse entendimento tem que estar muito claro, pois um dos principais focos de interesse no debate é a desigualdade de oportunidades entre pretos, pardos e brancos, homens, mulheres e entre pobres e ricos. A aproximação entre essas categorias estabelece uma pirâmide social na qual a base é formada por mulheres negras com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos. Mas o que se percebe na maioria dos estudos é que esses dados são utilizados com certa frequência para relatar desigualdade de resultados e desempenhos.

Para Bertonecelo (2016), assim como o conceito de raça, percebemos que o conceito de classe se encontra em estudos em diversos campos, sobretudo no campo da educação, onde são analisados os aspectos relacionados ao consumo, ao poder de aquisição, ao trabalho, ocupação, riqueza material, mas também como construção de uma identidade.

A classe social constitui o sujeito, moldam as oportunidades e influenciam comportamentos individuais, relações interpessoais e interações sociais. É o meio pela qual a

sociedade integra, classifica e exclui, e assim moldando a identidade do sujeito (ELIAS,1994).

As sociólogas Ridgeway e Fisk (2012) definem classe social a partir de três indicadores básicos, sendo eles: a ocupação, a educação e a identidade. Por meio de seus estudos na área da Sociologia, elas definem que a ocupação é um indicador social que implica na renda, status e no acesso à educação. Educação essa que, por vezes, está associada à classe média e não à classe baixa. E por fim, à identidade que reflete o contexto cultural e socioeconômico em que este sujeito está inserido.

Para uma melhor compreensão, a categoria classe deve ser analisada dentro dos contextos ou até mesmo em situações específicas, pois a classe é mediada pelo contexto, e os sujeitos são representados de acordo com os contextos onde estão inseridos. Ao analisar dados e informações sobre posições sociais ou classes sociais, essas análises podem servir tanto para discriminar uma determinada raça, mas também podem buscar contribuir para diminuir ou fechar as lacunas existentes na literatura sobre a influência da classe social que pode ser um fator potencializador na discriminação racial (BALIBAR; WALLERTIN, 2021).

No estudo sobre “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”, produzido por Biroli e Miguel (2015), os pesquisadores rememoraram a imagem elaborada por Crenshaw de uma intersecção entre vias de trânsito, onde os indivíduos são o ponto em que, diferentes opressões se cruzam; portanto, sua posição social é produzida nesse entrecruzamento. Nesta via de trânsito, o racismo e o sexismo são mais destacados, mas também a dominação de classe. Eles operam juntos e conjuntamente restringem ou potencializam as trajetórias das pessoas.

Um estudo com o foco apenas nas relações de classe pode incorrer ao erro de excluir as relações de gênero e raça, que configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não branca em posições sociais que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas.

Uma das formas de apreender a condição de vida da população é analisar os indicadores sociais, demonstrando ser uma importante fonte de informação para formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Estudos que mobilizam classe com outros marcadores demonstram as expressividades desse conceito marcado nas relações sociais, raciais e de poder que extinguem as desigualdades, principalmente as raciais.

Segundo Silva (2000), em alguns estudos é possível perceber que as questões de classe em nosso país são sobrepostas às questões raciais, há um silenciamento segundo a autora.

Assim, a dificuldade e a recusa de discutir a questão de classe com a questão racial promove a manutenção no sistema de desigualdades de oportunidades que são constatadas através da educação, do trabalho, da renda e em outras áreas.

3.1.3 Gênero nas relações sociais

Como raça e classe, gênero também é uma categoria que representa uma luta política e histórica do movimento feminista contemporâneo, e torna-se importante para análise de contextos, produzindo também novos conhecimentos. É preciso ter a compreensão de que, ao usarmos a categoria gênero ao invés da categoria sexo, estamos recusando qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicitar comportamento de homens e mulheres nas relações sociais (LOURO, 1997).

A categoria gênero constitui a identidade do sujeito, assim como raça/cor/etnia, classe, habilidade; portanto, é algo que transcende o mero desempenho de papéis. A questão é perceber esta categoria fazendo parte do sujeito, constituindo-o. Ao empregarmos essa categoria, bem como o seu caráter social, os estudos passam a discutir e a problematizar a posição da mulher nos contextos sociais e a sua constituição, através da dinâmica das relações.

Os estudos de gênero têm se ampliado em vários campos da ciência, gerando grandes debates no campo teórico, onde uma das discussões principais define que os direitos, as conquistas e os retrocessos dependem das relações de poder que configuram as hierarquias sexuais e de gênero e as diferentes formas de dominação e subordinação de mulheres, de acordo com suas condições socioeconômicas, raciais e geracionais (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014).

Para Bourdieu (2007), as relações de poder entre homens e mulheres são marcadas, ainda, por posições sociais irreversíveis, gerando desigualdades culturais, econômicas e sociais. Para ele, o sistema patriarcal está enraizado nas relações humanas: algo que torna difícil sua desconstrução. É preciso analisar não só esse sistema patriarcal, mas também as estruturas do racismo que geram além das desigualdades citadas, a desigualdade racial atingindo mulheres negras.

A historiadora Scott (1999) considera o gênero como uma categoria de análise histórica não apenas para apresentar respostas, mas também para realizar perguntas ou um modo de fazer perguntas em estudos. Para a autora, a categoria gênero é uma relação socialmente construída; e sexo, um atributo natural. Gênero seria um conceito, uma categoria

de análise, submetido, portanto, à desconstrução, à reconstrução, discussão e problematização das relações de poder que envolvem classe e raça.

A autora ainda propõe que o conceito de gênero articulado com classe e raça pode apresentar uma visão mais concreta da desigualdade política e social, sendo este um modo de significar as relações de poder. Nessa perspectiva, as feministas negras propõem que os estudos adquiram um caráter interseccional, contemplando as relações de gênero e raça, considerando toda a complexidade e vulnerabilidades a que as mulheres negras estão submetidas (CRENSHAW, 2002).

Pactuando desta ideia, Carneiro (2003) destaca que a questão racial deve constar na agenda de discussões do feminismo, com a finalidade de politizar as desigualdades sociais e raciais. Segundo ela:

[...] o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, p. 119, 2003).

Para Collins (2015), os estudos sobre as categorias gênero, classe e raça passam em alguns estudos a ser explorados conjuntamente; mas, segundo ela, estes estudos nem sempre produzem um referencial onde se explica ou compreende-se o que ela chamada de “entrelaçamentos entre essas categorias”. Estudos interseccionais permitiriam avanços teóricos e metodológicos na abordagem desses entrelaçamentos, como categoria analítica para a explicação de desigualdades sociais.

Uma abordagem interseccional é tão importante em uma análise sobre gênero, pois identifica os efeitos negativos das discriminações que atingem principalmente mulheres negras em diversos contextos.

Por fim, oferece-nos uma visão mais crítica ao trazer um aprofundamento teórico dos conceitos para dentro da academia, podendo contribuir para novas epistemologias e rupturas de outras.

4 A METAPESQUISA COMO CAMINHO METODOLÓGICO: ELEMENTOS DELINEADORES DO ESTUDO

Neste capítulo, o objetivo é apresentar os elementos e procedimentos metodológicos utilizados nessa dissertação. Portanto, com o intuito de orientar o leitor quanto aos caminhos percorridos na construção deste estudo, este capítulo está organizado através das seguintes seções:

- a) Seção 2.1 “Metapesquisa como metodologia para os estudos de produções científicas”. Para essa seção, apresentaremos a metapesquisa como metodologia adotada, bem como apresentaremos também as características deste estudo;
- b) Seção 2.2 “Produções científicas brasileiras no campo da educação especial: caracterizando as fontes de pesquisa”. Nesta seção, as bases de dados utilizadas para levantamento das produções científicas analisadas serão apresentadas e caracterizadas;
- c) Seção 2.3 “Percurso de investigação e resultados”. Para essa seção, apresentaremos o marco temporal do estudo, os resultados de busca das produções científicas por base de dados de acordo com os descritores selecionados e, por fim, a sistematização e organização dos achados;
- d) Seção 2.4 “Análise sistemática dos achados: produções consideradas para análise”. Sendo a última seção, apontaremos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos que passaram por uma análise sistemática, os estudos selecionados e a construção das categorias e subcategorias de análise conforme objetivos específicos.

Através desta organização, foi possível atender os elementos que visaram atingir os objetivos propostos por essa investigação.

4.1 METAPESQUISA COMO METODOLOGIA PARA OS ESTUDOS DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

O campo científico vem evoluindo; e, com ele, a comunidade científica constrói as mais diversificadas formas de pesquisar, trazendo novas combinações e distanciando-se, em alguns momentos, dos métodos científicos historicamente consolidados e tradicionais. Vieira

(2010) traça uma crítica no que diz respeito à escolha da metodologia científica tradicional e explica que, muitas vezes, a escolha metodológica é:

[...] um processo padronizado e metodologicamente pactuado pelos membros de uma comunidade científica, no sentido de se estabelecerem regras e passos aceitos para a validação de seus resultados, isto é, segue um método científico (VIEIRA, 2010, p. 11).

Com um olhar contemporâneo para a ciência e para a academia, tal como os processos metodológicos de investigação científica, percebe-se que a comunidade científica vem ao longo dos últimos anos construindo possibilidades de combinações dentro do campo metodológico. Tais possibilidades visam romper esses padrões, fazendo com que o próprio pesquisador tenha outras oportunidades de explorar, descrever ou explicar amostras, fenômenos, contextos, a depender dos caminhos metodológicos que seguirá.

Para este estudo, os caminhos metodológicos que percorremos iniciaram com a escolha do enfoque, método e instrumentos de coleta das informações, pois nesta pesquisa empregamos os pressupostos investigativos da abordagem qualitativa.

Exploramos o campo buscando possibilidades e resultados importantes para análise de informações oriundas dos estudos publicados, entre os anos de 2003 a 2021, nos periódicos disponíveis, nas bases de pesquisa acadêmica. Assim, a escolha da pesquisa exploratória, neste caso, se deu: a) pelo fato de estarmos explorando as produções científicas no campo da educação especial; b) da análise e da representação do(a) estudante negro(a) neste campo; c) das intersecções entre educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais que reverberam nesses estudos, bem como dos debates que ainda não estão consolidados a nível nacional.

Para o autor Gil (2008), a pesquisa exploratória baseia-se geralmente em levantamentos bibliográfico e documental, entrevista, observação e demais coletas de dados. Portanto, é a primeira etapa de uma pesquisa, com o intuito de apresentar hipóteses ou proposições. Ainda segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa que se utiliza de estudos bibliográficos é indispensável para estudos históricos, apresentando vantagens ao pesquisador por ter disponíveis ferramentas e possibilidades para a obtenção das informações de forma facilitada, não tendo assim, muitos obstáculos. Dessa forma, a pesquisa exploratória contribuiu para a metapesquisa, metodologia adotada neste estudo.

Diferente dos estudos de revisão ou estado da arte, a metapesquisa é uma metodologia utilizada recentemente em diversas áreas de estudos. Na literatura inglesa e portuguesa, o termo pode ser encontrado como metaestudo. Porém, para alguns autores, existe uma

diferença quanto ao foco da pesquisa, sendo que a metapesquisa possui um foco mais específico e o metaestudo um foco mais abrangente. (MAINARDES, 2018). Afinal, do que se trata a metapesquisa?

A metapesquisa é uma metodologia que vem sendo aplicada recentemente no Brasil, sobretudo nas pesquisas, no campo das políticas educacionais. Trata-se da pesquisa sobre a pesquisa. Uma metodologia que reúne diversos elementos e que pode assumir características diferentes a depender do campo de conhecimento, área ou disciplina, além de manter um foco mais específico de análise. Podemos utilizá-la, como já mencionada, em áreas distintas; contudo, aqui estamos utilizando no campo da educação especial.

Segundo Mainardes (2018), a metapesquisa busca sobretudo explicar os processos de construção de uma pesquisa, as perspectivas, as epistemologias, as sustentações teóricas, os conceitos adotados, para que o pesquisador descreva, analise e/ou compreenda como essas estruturas relacionadas podem responder problemas de pesquisa.

Ainda segundo Mainardes e Tello (2016), a metapesquisa permite que, através de uma análise dos aspectos de construção das pesquisas, podemos identificar as características, as tendências, os obstáculos, os avanços e as implicações para o campo pesquisado. Por meio do enfoque epistemológico, por exemplo, a metapesquisa verifica como os estudos se apresentam, revelando como os pesquisadores selecionam e utilizam os referenciais teóricos para sua pesquisa. Portanto, permite perceber como se utilizam das perspectivas teóricas nos estudos, identificando ainda, quais as tendências teóricas e metodológicas, técnicas, desafios, concepções para o desenvolvimento do próprio campo pesquisado, além das implicações geradas a partir desses critérios científicos e pressupostos do conhecimento.

Por meio da metapesquisa, podemos descrever, analisar e/ou compreender elementos da pesquisa tais como: a) as perspectivas epistemológicas que se refere a base epistemológica da pesquisa, podendo ser uma pesquisa baseada no marxismo, neomarxismo, estruturalismo, o pós-estruturalismo, o pluralismo, entre outros; b) o posicionamento epistemológico implícito do pesquisador pela forma em que escreve e analisa seus dados, um posicionamento que pode ser crítico, crítico radical, crítico analítico, reformista, empiricista, neoliberal, ou até mesmo o pesquisador poderá transitar entre uma e outra; c) o enfoque epistemológico do estudo, se há coerências interna entre os vários elementos da pesquisa, o problema, as questões de pesquisa, os objetivos, a metodologia, análises e conclusões e argumentações; d) os tipos de pesquisa que podem ser de natureza teórica, pesquisa empírica, e estudos que apresentam textos com comentários e críticas; e) a abrangência do estudo podendo se tratar de um estudo local, regional, nacional, global, e ainda como os estudos trabalham com a relação entre

macro, meso e microcontextos dessas pesquisas; f) os níveis de abordagens e abstração, que se refere a estudos que buscaram descrever o objeto, analisá-lo ou compreendê-lo; g) os procedimentos metodológicos adotados; h) a argumentação e originalidade, de que forma argumentam e se há análise original naquela pesquisa; i) a interlocução com a literatura; i) a linguagem, que pode se referir ao uso da escrita acadêmica e da adequação dos conceitos utilizados; que, de certa forma, ela está relacionada à perspectiva teórica-epistemológica assumida pelo pesquisador. Esses são elementos importantes para a metapesquisa, no entanto, o pesquisador poderá optar em utilizar apenas um elemento de análise ou criar outros(s) elemento(s) de análise de acordo com o seu objetivo. (MAINARDES, TELLO; 2016).

Segundo Mainardes e Tello (2016), o objetivo dessa metodologia não realiza comparações, nem tão pouco aponta os pontos negativos ou positivos. Dessa forma, a metapesquisa envolve questões éticas. Ela permite a sistematização crítica para as análises das produções levantadas através do:

[...] processo de selecionar um conjunto de textos (artigos, teses, dissertações, livros, capítulos, relatórios de pesquisa, etc.) como objeto de reflexão e análise. O primeiro momento consiste na seleção de um desses conjuntos de textos acima mencionados, a partir de um recorte temporal e/ou temático (CORNELO; LIMA; SCHNECKENBERG, 2019, p. 10).

Ainda segundo Mainardes (2018), a definição da metapesquisa como metodologia se desenvolve por algumas etapas que realizamos em nossa pesquisa para analisar as produções levantadas, foram elas:

- a) Seleção dos artigos científicos publicados nas revistas brasileiras de educação indexadas na base de dados Educ@, artigos publicados na base da Scientific Electronic Library Online – SciELO e no buscador Google Acadêmico, entre os anos de 2003 a 2021; a área de conhecimento: educação especial e estudos que apresentam intersecção da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação das relações étnico-raciais para pensar no(a) estudante negro(a);
- b) Organização e sistematização dos achados apresentado no Quadro 5, contendo os dados do estudo: fontes de informação, autor(a), edição e ano de publicação, título do estudo, resumo e palavras-chaves;
- c) Análise dos estudos selecionados, a partir de uma leitura sistemática para identificar os níveis de abordagens e abstração, tipo de pesquisa e as perspectivas da interseccionalidade, para pensar no(a) estudante negro(a).

Essas etapas buscam facilitar a análise por parte do pesquisador, porém o autor nos alerta que a metapesquisa possui alguns desafios para o pesquisador que se propõe seguir essa metodologia, a saber que é necessário ter uma visão diversificada das perspectivas e posicionamentos epistemológicos dos campos das ciências, analisando os estilos de análises, os autores que são chamados para a fundamentação, além do marco teórico, as perspectivas epistemológicas e as abordagens e níveis de abstração presentes no estudo.

Uma tarefa complexa que vai exigir da análise a necessidade de se buscar o contexto em que o estudo analisado foi construído. Não há julgamentos dos trabalhos ou dos autores, a finalidade é apenas analisar e compreender a construção e estruturação do conhecimento nos campos das ciências, para assim gerar um debate e um aprofundamento com qualidade dos estudos, das formações de pesquisadores e um aprimoramento das linhas de pesquisas que atendam as expectativas dos pesquisadores (MAINARDES, 2018).

4.2 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CARACTERIZANDO AS FONTES DE PESQUISA

Neste estudo, mapeamos e analisamos as produções científicas em algumas principais bases de dados de pesquisas, sendo elas: Educ@ e Scientific Electronic Library Online – SciELO e o buscador Google Acadêmico, com o intuito de verificar como o campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva intersecciona com o campo da educação das relações étnico-raciais e nas produções científicas, para pensar no(a) estudante negro(a), sendo estas a materialidade deste estudo. Como marco temporal, analisamos as produções bibliográficas dos últimos dezanove anos, iniciando pelo ano de 2003 por se tratar do ano da promulgação da lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e dá outras providências. Destaca-se que, para o propósito desse estudo, compreenderam-se as bases de dados para pesquisas como uma fonte de expressão do pensamento educacional, constituído no âmbito concreto das relações que se estabelecem no campo educacional e que, portanto, permite-nos compreender as visibilidades e invisibilidades dos sujeitos em estudos sobre educação, sobretudo nas políticas educacionais.

Entre os resultados de busca em nossas fontes de informação, destacamos as revistas específicas do campo da educação especial encontradas no indexador Educ@, que se constituem como revistas que tratam especificamente sobre a área, como uma forma de promover um debate com diversos atores sociais nas questões fundamentais que tocam as

políticas, as práticas educacionais e a democratização do campo da educação especial. Sobre isso, os autores Pletsch et al. (2018, p.2) afirmam que:

Revisitar e refletir sobre a história da Educação Especial é emergente e necessário, particularmente neste momento em que tem crescido, não apenas no Brasil, a violação dos princípios constitutivos de uma convivência democrática. Nessa perspectiva, defender uma educação cada vez mais inclusiva, tendo como prática diária e horizonte de futuro a justiça social e a superação dos diversos obstáculos, essencialmente transversalizados pelas barreiras atitudinais, é também uma forma de defender a democratização da vida social e o reconhecimento às diferenças e à pluralidade humana.

Desse modo, as revistas qualificam o debate no âmbito da investigação científica, contribuindo para disseminação de informações, e tornando-se fontes importantes de empiria para estudos futuros.

Essas e outras revistas estão indexadas na plataforma Educ@¹⁵ que se transformou em uma das nossas fontes de pesquisa. Considerada um indexador, esta plataforma possibilita o acesso a sessenta periódicos científicos na área da educação e utiliza-se da metodologia da base de dados SciELO. Esta plataforma é mantida pela Fundação Carlos Chagas - FCC, uma instituição de direito privado e sem fins lucrativos, que atua há mais de 50 anos em duas grandes áreas: Avaliação/Concursos/Processo Seletivo e Pesquisa e Educação.

Compondo as nossas fontes de pesquisa, a Scientific Electronic Library Online - SciELO - é uma base de dados também considerada uma biblioteca digital de livre acesso, com o objetivo de promover a inclusão da produção literária científica brasileira, no circuito internacional, e que reúne um grande grupo de periódicos brasileiros, a partir de 1997. O SciELO é um repositório multidisciplinar para depósito, preservação e disseminação de dados de pesquisa de artigos submetidos ou aprovados para publicação. Além do Brasil, a plataforma conta atualmente com a participação ativa de diversos países ao redor do mundo, como África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

Por fim, utilizamo-nos do buscador Google Acadêmico (2021), uma biblioteca virtual da Google que inclui publicações de produções científicas de revistas e livros online revisados por pares, artigos de conferência, pré-impressões, teses, dissertações, resumos, relatórios técnicos e outras literaturas acadêmicas, entre elas, pareceres de tribunais e patentes.

¹⁵ Fonte: <https://www.fcc.org.br/fcc/educ>

4.3 PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO E RESULTADOS

Com o percurso esboçado, apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou analisar, por meio da metapesquisa, o tipo de pesquisa (teórica ou análise documental, empírica, comentários, críticas, de campo, estudo de caso), conceitos empregados, nível de abordagem e abstração (descrição, análise, compreensão) e a perspectiva interseccional nas discussões apresentadas nos estudos selecionados nos periódicos das bases de dados.

Uma perspectiva interseccional nos leva a compreender como as articulações das diferentes categorias da sociedade se relacionam e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades, discriminação e injustiças.

Interseccionalidade surge como pauta dos movimentos feministas negros americanos para discutir as questões de raça e gênero no campo do direito, sendo um marco no pensamento interseccional. A opressão e as desigualdades em que se encontram as mulheres em todas as áreas sociais suscitaram intensas discussões que levaram a pensar em outras categorias sociais (raça, religião, deficiência, faixa etária, localidade, profissão, orientação sexual...) que passam pelas mesmas opressões se agravando quando o sujeito está inserido em duas ou mais categorias.

Entendeu-se a interseccionalidade aqui neste estudo, como um conceito teórico metodológico que leva em consideração as análises dos marcadores sociais das diferenças como: raça, gênero, classe e teve como escopo compreender como essas categorias operam dinamicamente na multidisciplinaridade do sujeito, e de que forma reverberaram nos estudos do campo da educação especial na perspectiva inclusiva para pensar nos(as) estudantes negro(as).

Ao articularmos os aspectos da raça, gênero e classe na educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, propomos um novo arcabouço teórico que incorporar uma múltipla análise desses aspectos e a inclusão desses sujeitos. A coalizção entre os campos da educação especial e educação das relações étnico-raciais foi proposto para provocar e chamar a atenção para o potencial valor desses estudos e compreender como estudantes negros(as) públicos-alvo da educação especial são afetados por esses marcadores que influenciam tanto nas relações sociais, quanto no desempenho escolar (ARTILES; KOZLESKI, 2019).

Pautados na percepção sobre como esses marcadores se relacionam dentro dos grupos sociais considerados minoritários, a interseccionalidade aponta que as identidades de raça/cor/etnia, gênero, classe, religião, deficiência e demais marcadores, quando se confluem sobre a mesma pessoa, geram sobre elas vulnerabilidade, opressão, pobreza, violência e

inferiorização social e isso, conseqüentemente, causa a privação dos direitos básicos à vida e a manutenção dos abusos de poder que constantemente atingem estas pessoas (CRENSHAW, 2002).

Nessa direção, para este estudo, a ferramenta de análise se pautou na interseccionalidade, entendendo-a como uma possibilidade de pesquisa em educação que considera o sujeito na sua completude, a partir das variáveis que compõem o seu contexto e a sua identidade (MESSIOU, 2017).

Pensando nessa intersecção, o mapeamento dessas produções se limitou aos estudos publicados em periódicos entre os anos de 2003 a 2021 e pela busca por meio das palavras-chave sendo observados os descritores: “educação especial” e “necessidades especiais”, “necessidades educacionais especiais”, “deficiente”, “deficiência”, “inclusão”, “capacitismo”, “educação inclusiva” articulando com: “negro”, “negritude”, “afrodescendente”, “raça”, “racialismo”, “racial”, “educação das relações étnico-raciais”, “discriminação racial”, “preconceito racial”, “estudantes negros”, “alunos negros”, “criança negra”, “racismo oculto”, “viés racial”, “parcialidade racial”, “racismo velado”, “interseccionalidade”.

Nossos objetivos específicos foram articulados com as fontes de informação e os instrumentos de coletas para a pesquisa que podem ser melhor sistematizados e exemplificados no quadro abaixo.

Quadro 1: Indicativo das fontes de informações e instrumentos de coleta articulados aos objetivos específicos

Nº	Objetivos Específicos	Fonte de Pesquisa Instrumentos de Coleta de Informações
1º	Mapear produções científicas que discutem e dialogam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional.	Bases de dados: Educ@, SciELO, Google Acadêmico.
2º	Analisar e compreender como os(as) estudantes negros(as) são ou não visibilizados, nas produções científicas no campo da Educação Especial.	Organização e sistematização dos achados em um quadro contendo os dados do estudo: fontes de informação, autor(a), edição e ano de publicação, título do estudo, resumo, palavras-chave.
3º	Identificar se aparecem perspectivas interseccionais nos estudos analisados, suas perspectivas e tipo de estudo.	Análise dos estudos selecionados a partir de uma leitura sistemática.

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Todos os resultados de busca das produções foram inseridos no Quadro 5. Essa categorização e organização das produções científicas encontradas teve por objetivo caracterizar, mapear e identificar os estudos; possibilitando, através da microanálise, entender seus contextos. Salientamos que as publicações duplicadas encontradas nas fontes de pesquisa selecionadas foram identificadas em apenas uma fonte.

Segue abaixo o levantamento dos estudos, a partir dos descritores por base de dados.

Quadro 2- Artigos recuperados no SciELO

Base de dados/Documento	Artigos
Revista Educação Pesquisa	01
Revista Educação & Realidade	01
Educar em Revista	01
Total	03

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Como demonstra o Quadro 2, encontramos apenas (03) três trabalhos que apresentaram alguma relação com os descritores de referência deste estudo.

Atinente às buscas no Google Acadêmico, seguindo os mesmos procedimentos utilizados nas buscas anteriormente mencionadas, os resultados serão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Produções científicas recuperadas no Google Acadêmico

Base de dados/Documento	Artigos
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as).	02
Revista Momentos: diálogos em educação	01
Revista Almanaque da Ciência Política	01
Total	04

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De acordo com o quadro anterior, evidenciamos que nossa busca no Google Acadêmico permitiu a localização de (04) quatro artigos científicos com articulação a este estudo.

Por fim, considerando o indexador Educ@, no Quadro 4, apresentamos os respectivos achados.

Quadro 4 – Produções científicas recuperadas no Educ@

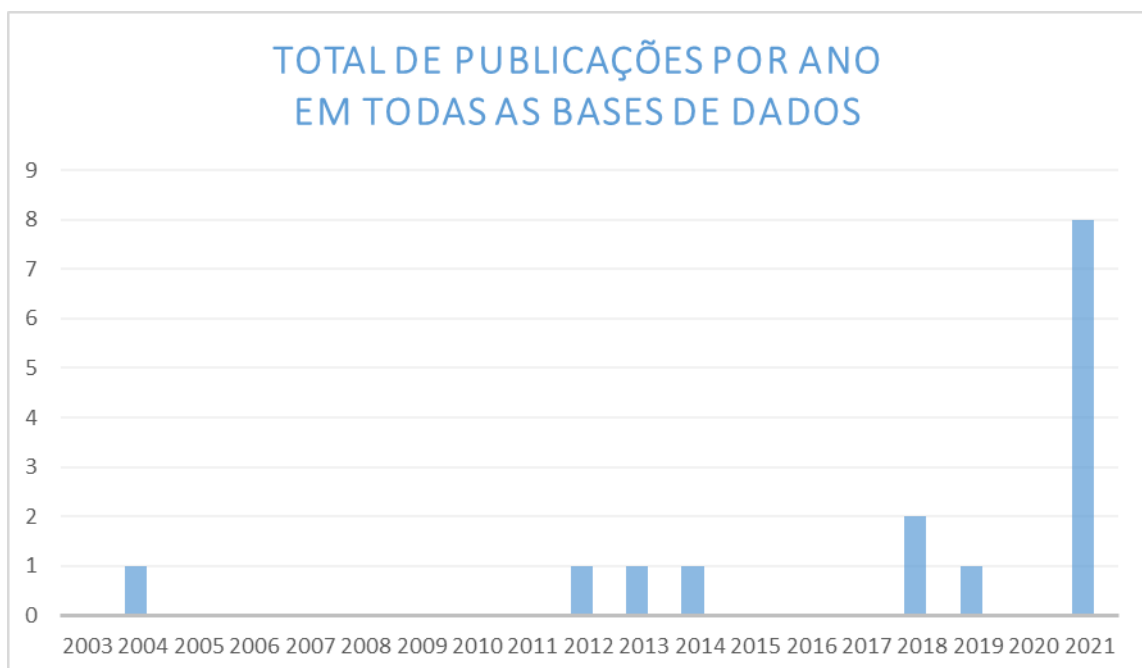
Base de dados/Documento	Artigos
Revista Educação Básica, Cultura, Currículo	01
Revista Educação PUC-Campinas	02
Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)	01
Revista de Educação Especial (REE)	04
Total	08

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação a esta base de dados, no universo de 60 (sessenta) periódicos indexados, em apenas (04) quatro revistas, localizamos (08) oito estudos, conforme os descritores selecionados.

Com base no aludido, é revelador a lacuna existente no campo da produção científica em termos dos estudos voltados às questões do negro, no campo da educação especial; sobretudo, no que se refere à ausência de uma perspectiva interseccional como referencial epistemológico. Essa observação nos permitiu concluir sobre a relevância e ineditismo desta pesquisa no campo dos estudos sobre as políticas educacionais, que tem o propósito de mapear e analisar a produção existente e contribuir criticamente para a minimização ou superação desta lacuna. Para elucidar melhor essa crítica, segue abaixo o Gráfico 1, com o total de publicações dos estudos por ano.

Gráfico 1 - Total de publicações por ano nas bases de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Conforme informações apresentadas no Gráfico 1, observamos que tivemos uma produção no ano de 2004 seguida de um longo período sem publicações ou pouco interesse de pesquisa, tendo no ano de 2021 um aumento desta produção científica em pesquisas que articulavam os campos da educação especial, na perspectiva inclusiva, e a educação das relações étnico-raciais.

4.4 ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS ACHADOS: PRODUÇÕES CONSIDERADAS PARA ANÁLISE

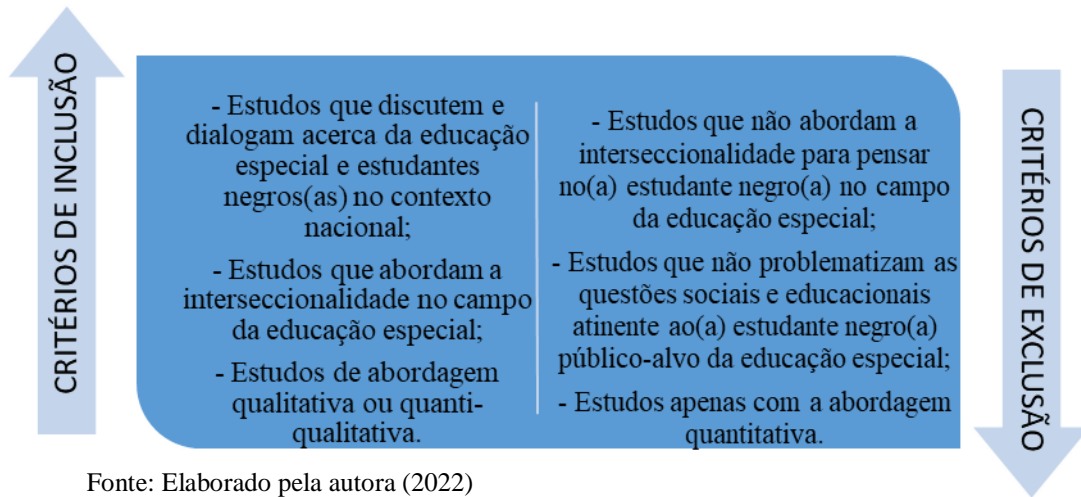
Diante dos dados obtidos, na busca nas bases de dados por meio dos descritores selecionados, apresentou-se um resultado de: SciELO (03) três, Google Acadêmico (04) quatro e Educ@ (08) oito, totalizando (15) quinze artigos publicados para uma leitura na íntegra. No apêndice I, encontra-se o quadro completo com as informações dos estudos recuperados.

Em seguida, realizou-se uma leitura sistemática dos artigos com o objetivo de selecionar apenas os estudos que discutiam e dialogavam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional, bem como obter dados dos estudos tais como: tipo de pesquisa, nível de abordagem e abstração e a perspectiva interseccional nas discussões. Para tanto, nesta etapa, construímos critérios combinados de inclusão e exclusão para os achados.

Segundo os autores Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015), é importante que o pesquisador defina os critérios de inclusão e exclusão, com base no escopo do seu estudo, onde os mesmos se apresentam de forma clara e explícita durante o processo de análise.

Para nossa orientação na seleção dos estudos, nossos critérios de inclusão e exclusão se apresentam na figura abaixo:

Figura 3 – Critérios de inclusão e exclusão



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No quadro a seguir, listamos, portanto, os (10) dez estudos selecionados nas diferentes bases de dados e que foram objeto de problematização e análise nesta investigação, conforme os critérios citados para a seleção.

Quadro 5- Levantamento das produções científicas

LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS								
BRASIL								
Nº	FONTE	PERIÓDICO	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	EDIÇÃO/ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
01	GOOGLE ACADÊMICO	Revista da Associação de Pesquisadores Negro e Negras.	Artigo	v. 13 2021 • p. 76-93	Rafaela Alcântara Barros de Oliveira Mayra Barbosa dos Santos Cledson Severino de Lima . Maria da Conceição dos Reis	A trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior	Este estudo tem como objetivo apresentar a trajetória escolar de um estudante duplamente identificado, negro e surdo, até seu ingresso em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por meio da política de cotas. Dessa maneira, ampliamos essa discussão, relacionando teoria e prática, ao analisar a narrativa do estudante e fortalecer o debate sobre a política de cotas como um meio de inclusão e diminuição das disparidades econômicas e sociais através da educação. Nesse sentido, concluímos que as ações afirmativas foram decisivas para o seu ingresso na Universidade. Tendo em mente a multiplicidade de sentidos e experiências que constituem a vida de pessoas negras surdas, conseguimos nos aproximar da história de vida do estudante entrevistado, que nos apresentou uma perspectiva particular, mas que reflete a existência coletiva de	Ações afirmativas; Lei de Cotas 12.711/12; Identidade negra surda.

							um grupo social.	
02	GOOGLE ACADÊMICO	Revista da Associação de Pesquisadores Negros e Negras.	Artigo	v. 13, n. 38 • 2021	Danielle Scholz Cláudia Rodrigues de Freitas	Alunos negros e com deficiência: narrativas da produção social de duplo estigma no espaço escolar	O presente artigo é resultado de uma pesquisa já finalizada com o objetivo de analisar a produção de estigma em alunos negros e com deficiência no espaço escolar. A organização metodológica é de cunho qualitativo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a intenção de ouvir/escutar as vozes das professoras e gestoras de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Conclui-se, por meio das narrativas analisadas, a evidente duplicidade de estigmas, na qual os sujeitos foco da pesquisa estão inscritos. Explicitam-se nos discursos os efeitos negativos na autoestima e processo de aprendizagem destes alunos, salientando a complexidade de relações que se estabelecem a partir destas vivências no espaço escolar.	Duplo estigma; alunos negros; alunos com deficiência;
03	GOOGLE ACADÊMICO	Revista Almanaque de Ciências Política	Artigo	2019	Francisco de Assis Xavier; Ione Aparecida Duarte Santos Dias	A Inclusão Escolar do Aluno Afrodescendente Público alvo da Educação Especial	O texto traz reflexões incipientes de pesquisa, objetivando discutir a inclusão do aluno afrodescendente e público-alvo da Educação Especial, nos espaços escolares, e colaborar com o enfrentamento às práticas discriminatórias e ao racismo nesses ambientes. Pauta-se em pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. A cultura hegemônica eurocentrada direcionou e direciona por muito tempo qual é a proposta de	Negro; Deficiência; Resistência; Inclusão

							<p>construção social e isso chega a todas as formas de construção, principalmente a educacional, por onde grande parte dos sujeitos passa em determinada época da vida, e aqueles com deficiência são marginalizados nos processos pedagógicos. Viver sob o jugo do preconceito é experiência rotineira dos negros no Brasil e o racismo, invisibilizado pela corrente de pensamento eurocêntrica é reforçado pela utópica Democracia Racial. Nesse sentido, ser afrodescendente e deficiente é trazer a marca no corpo e na pele, e atrair para si os olhares da discriminação a todo o momento e não raramente camuflados sob a fantasia de proteção, muitas vezes no discurso da defesa por espaços ideais em escolas especiais para melhor assistência, de estarem com seus pares e onde não sofrerão discriminação. Os resultados iniciais sugerem que o racismo influencia negativamente no processo de inclusão do estudante com deficiência, e a resistência, um ingrediente fundamental ao alicerçamento de práticas que privilegiam a equidade.</p>	
04	SCIELO	Revista Educar em Revista	Artigo	n. 47 2013	Elânia de Oliveira	A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação	<p>O artigo apresenta elementos para uma reflexão sobre a implementação do artigo 26-A da LDB (modificado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) à luz dos desafios da educação especial. O artigo analisa as práticas pedagógicas no contexto de uma escola especializada em educação de surdos. Dados</p>	

						de professores	coletados em uma escola da Região Sudeste do país, na pesquisa nacional "Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003", em instituição de ensino especializada no atendimento a estudantes surdos, sugerem que, para além da formação específica dos profissionais, a Educação das Relações Étnico-Raciais é também uma demanda urgente.	
05	SCIELO	Revista Educação & Realidade	Artigo	v. 46, n. 3 2021.	José Geraldo Silveira Bueno; Natália Gomes dos Santos	As Relações de Classe, Raça e Gênero na Constituição da Deficiência Intelectual	O objetivo deste artigo é analisar a relação entre deficiência intelectual e classe, raça e gênero. Para tanto, utilizamos dados do censo demográfico brasileiro (IBGE, 2010), organizados em três categorias: a) pessoas sem deficiência; b) pessoas com outras deficiências; e c) pessoas com deficiência intelectual. O resultado mais expressivo apontou que existe uma estreita relação entre os níveis de renda e a proximidade que as curvas das três categorias apresentam. Quanto maior o nível de renda, mais próximas são as curvas, demonstrando o quão decisivo é o impacto da raça e do gênero nas condições de vida das pessoas com deficiência intelectual	Deficiência Intelectual. Classe Social. Raça. Gênero. Indicadores Sociais
06	EDUC@	Revista de Educação PUC-Campinas	Artigo	2021	Rhau de Lemos Santos; Sueli de Fátima Fernandes	Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em	Este trabalho insere-se no campo dos Estudos Surdos e das Relação-Étnico-Raciais, realizando uma discussão interseccional entre surdez e raça e tendo por objetivo analisar a ocupação de vagas por estudantes negros/as	Ensino superior. Interseccionalidade. Relações étnico-raciais.

						Letras Libras	<p>surdos/as nos cursos de graduação em instituições federais de ensino superior. O percurso metodológico de abordagem quantitativa contemplou uma análise de microdados do Censo do Ensino Superior relativos às matrículas de negros/as surdos/as em cursos de Letras Libras e em outros cursos de graduação em instituições federais de ensino superior, com recorte temporal entre 2009 e 2016. Os dados foram sistematizados através do Statistical Package for the Social Sciences. A criação do curso de graduação em Letras Libras, na modalidade a distância, em 2006, apresenta-se como principal fator da significativa ampliação no número de matrículas de estudantes surdos/as no ensino superior no período. A situação de negros/as surdos/as, contudo, não acompanha essa curva ascendente. Entre 2009 e 2013, houve um decréscimo significativo de matrículas desse grupo, apesar de os negros constituírem 50,06% da população surda. A partir daí, com a aprovação da Lei de Cotas no ensino superior em 2012, ano após ano, tem-se observado um aumento significativo na ocupação de vagas pela comunidade negra surda em diferentes cursos de graduação, sinalizando a importância de ações afirmativas que contemplem a interseccionalidade entre a questão racial e a diferença linguística que singulariza as identidades de pessoas</p>	
--	--	--	--	--	--	---------------	---	--

							negras surdas.	
07	EDUC@	Revista Educação Especial	Artigo	V. 31 n. 62. 2018	Vanessa Carolina Silva, Wilker Solidade Silva	Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro	<p>O artigo aborda a questão dos marcadores sociais da diferença nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, pontuando nas autoidentificações de negros e deficientes, como material investigativo positivo para se compreender as características que permeiam o espaço social e acadêmico no que se refere ao reconhecimento e valorização de sujeitos de direito. Como apoio teórico para análise da dimensão de marcadores de diferença, é defendida a interpretação interseccional como um caminho viável por permitir o entrecruzar de fatores diversos em torno da compreensão da formação de identidades. A metodologia utilizada foi a da revisão de literatura, através da Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTDC) e análise qualitativa de dados estatísticos oficiais, com o Censo da Educação Superior do INEP (CESI). Com estas fontes, são expostas as pesquisas com a temática interseccional, com crescimento significativo do número de produções, bem como a adoção do uso quase majoritário dos marcadores raça/cor e gênero, bem como a verificação de um aumento de aproximadamente 460% no número de matrículas de pessoas negras e/ou deficientes em relação ao ano de 2010 nas IES. Defendendo a interpretação</p>	Interseccional. Raça. Deficiência. Ensino Superior.

							utilizada, evidenciam-se possibilidades para a produção de novas pesquisas com a temática, principalmente no que se refere ao reconhecer em números os estudantes negros, deficientes, quilombolas, etc., em suas particularidades, construindo material empírico para que IES do país possam planejar práticas positivas para uma interpretação interseccional das identidades de seu alunado e, por conseguinte, construir espaços de formação realmente inclusivos.	
08	EDUC@	Revista Caderno de Pesquisa	Artigo	V. 51 2021	Marcos Cezar de Freitas; Larissa Xavier dos Santos	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.	O objetivo deste artigo é evidenciar que, nas pesquisas sobre a escolarização de crianças com deficiência ou cronicamente enfermas, as interseccionalidades com questões de gênero, raça, classe social e etnia são fundamentais. A análise foi conduzida com base nesse pressuposto, considerado aqui estruturante da educação inclusiva. Para levar a efeito uma narrativa que validasse esse pressuposto, metodologicamente, foram utilizadas informações obtidas em longos esforços etnográficos com adultos que acompanham crianças registradas como público-alvo da educação especial em suas respectivas escolas. A conclusão a que chegamos foi a de que, sem criticar os enquadramentos de gênero, raça e classe que presenciamos, as corporalidades em questão não teriam sido analisadas em	Educação inclusiva; educação especial; etnografia; relações raciais

							perspectiva inclusiva	
09	EDUC@	Revista de Educação PUC-Campinas	Artigo	V. 32 2019	Viviane Marques Miranda	Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017	Este artigo apresenta os resultados de um estudo quantitativo-descritivo de pesquisas realizadas no Brasil, circunscritas ao período de 2012 a 2017, acerca do recorte racial nos estudos da área da surdez, com a busca realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como palavras-chave: surdez e raça. A fim de analisar o corpus encontrado, foram definidas as seguintes categorias: (i) modalidade de produções, (ii) produções acadêmicas por universidade, (iii) área de concentração, (iv) tipos de pesquisas (v) referenciais teóricos relacionados a surdez e raça. Destaca-se que, no período, foram defendidas três dissertações de mestrado na área de concentração de Educação, nas seguintes instituições: UnB, UFRGS e UEL, respectivamente de Buzar (2012), Furtado (2012) e Vedoato (2015). Esta desenvolve abordagem quantitativa com pesquisa documental e aqueles trazem, basicamente, abordagem qualitativa com uso de entrevistas. Os referenciais teóricos das pesquisas alinham-se aos Estudos Culturais. Conclui-se que é necessário conhecer o que já foi feito e produzido para que novos estudos sejam realizados, podendo assim ampliar a área não só em termos de quantidade, mas também de rigor teórico e metodológico.	Surdez; Recorte Racial; Estado da Arte;

10	EDUC@	Revista de Educação PUC-Campinas	Artigo	2021	Fátima Elisabeth Denari; Isabella Mota Colombo	Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais	<p>A surdez é mais investigada do que outras marcas identitárias, como gênero e raça, gerando a simplificação das identidades surdas e diminuindo a visibilidade das especificidades das outras pessoas também inseridas nesse grupo. O objetivo desta pesquisa é comparar o que tem sido produzido academicamente quanto à intersecção entre surdez, gênero e raça, quando as publicações mencionam os três marcadores sociais conjuntamente e quando mencionam apenas os dois primeiros. As buscas foram feitas nas bases de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A busca com foco na surdez e gênero foi denominada de Eixo 1 e a busca com foco na surdez, gênero e raça foi denominada de Eixo 2. O Eixo 1 resultou em seis publicações selecionadas e o Eixo 2 em três publicações. Percebeu-se que os estudos do Eixo 1 não realizaram o entrelace entre gênero e outros marcadores sociais de opressão, compreendendo o gênero como uma categoria autônoma. Os estudos do Eixo 2 mostraram que, além da raça, outros marcadores sociais atrelados à surdez não se sobrepõem, mas se interseccionam uns com os outros, e que a cada combinação há uma forma diferente de opressão sofrida pela mulher surda. Concluiu-se o quão</p>	Gênero. Identidades interseccionais. Raça. Surdez.
----	-------	----------------------------------	--------	------	--	---	---	--

							importante é utilizar instrumentos conceituais que buscam analisar como as estruturas de opressão e de privilégio se entrelaçam e como exercem influência na vida e na construção das identidades das mulheres surdas.	
								TOTAL: 10

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A amostra final compreendeu um total de (10) dez artigos no período de 2003 a 2021, conforme Quadro 5, sendo artigos de pesquisa de natureza teórica ou análise documental e de pesquisa empírica.

Os artigos analisados apresentavam as seguintes temáticas, relacionando aos estudantes negros(as): política de formação e ensino aprendizagem; análise de microdados: censo do IBGE, censo do ensino superior; acesso e permanência no ensino superior; ações afirmativas; marcadores sociais das diferenças; estigmas; política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva e a política das relações étnico-raciais e revisão de literatura.

Após a caracterização e as análises dos artigos recuperados, partimos para a elaboração de sínteses de cada estudo com as principais discussões, conceitos abordados e objetivos. Esse conjunto de informações sistematizados nos serviu para uma reflexão crítica e uma compreensão dos estudos.

Em seguida, através de uma leitura mais crítica e observando diversos aspectos dos estudos, foi possível elaborar um conjunto de categorias e subcategorias apresentado no Quadro 6, acerca do escopo de pesquisa, que serviu de instrumento de orientação para as nossas análises.

Quadro 6 – Categorias, subcategorias e objetivos específicos das análises

Categorias	Subcategorias	Objetivos Específicos das Análises
Interseccionalidade no campo da educação especial	<ul style="list-style-type: none"> - Raça; - Classe; - Gênero; - Deficiência. 	Mapear as produções científicas que discutem e dialogam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional.
Presença negra	<ul style="list-style-type: none"> - Negro e a política pública da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; - Negro e as políticas de ações afirmativas; - Negro e o duplo estigma. 	Analisar e compreender como os(as) estudantes negros(as) são ou não visibilizados nas produções científicas no campo da Educação Especial.
A interseccionalidade nos estudos	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de Interseccionalidade; - Tipo de estudo. 	Identificar se aparecem perspectivas interseccionais nos estudos analisados, suas perspectivas e tipo de estudo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nossa pretensão foi de atender aos objetivos propostos neste estudo e trazer visibilidade analítica para a complexidade das intersecções que afetam, sobretudo, as

condições de vida dos(as) estudantes negros(as) públicos-alvo da educação especial. Cabe ressaltar que, dentro de cada categoria, formulamos as subcategorias, a fim de analisar mais profundamente as experiências juntamente com a base teórico-metodológica que fundamenta esse estudo.

Diante do exposto, verifica-se que o percurso metodológico de investigação adotado objetivou a organização, sistematização e a caracterização das informações referentes às produções científicas do campo da educação especial que abordavam questões inerentes aos estudantes negros(as). Em seguida, no próximo capítulo apresentamos os resultados da análise, interpretação e discussão dos dados que permitiu identificar as potenciais tensões e desafios da pesquisa no campo e a busca do fortalecimento dos futuros estudos.

5 DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE DOS(AS) ESTUDANTES NEGROS(AS), NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Ao retornar ao título deste estudo, “A (in)visibilidade dos(as) estudantes negros(as) nas produções científicas do campo da educação especial”, refletimos, brevemente, sobre o significado dos termos “visibilidade” e “invisibilidade”, para melhor conduzir as considerações acerca dos resultados deste estudo.

Recorrendo ao dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a etimologia da palavra visibilidade vem do latim *visibilitas* e traz como significado “qualidade ou caráter de visível, que se pode ver”, como sinônimos de “evidência, destaque, relevo, ênfase, realce, distinção, proeminência, realçamento”, tendo como seu antônimo, invisibilidade.

Apropriando-se do significado dessas palavras, a inquietação ao propor esta pesquisa era saber como os estudantes negros(as) são/estão visibilizados (as) ou invisibilizados (as) nos estudos no campo da educação, sobretudo no campo da educação especial. Ao dar visibilidade aos sujeitos negros em estudos científicos, reconhecemos a possibilidade de promovermos uma discussão sobre as contribuições sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais desses sujeitos, assim como a possibilidade de discutir a problemática social, os estigmas e as relações de poder que os mantêm em desigualdade em várias áreas da vida na sociedade.

Desse modo, o problema maior está na invisibilidade de sujeitos, suas identidades e os contextos históricos e locais onde estão inseridos. humano podem estar implicados nesse comportamento, cujo os quais se excluem da percepção daquilo que não quer se ver, ou não interessa. Desse modo, é preciso refletir sobre o impacto desse comportamento na vida social dos invisibilizados, auxiliando na compreensão da manutenção desse fenômeno, essencialmente nas pesquisas, onde inúmeros observadores olham e quase ninguém vê.

Ao olharmos para o conceito de invisibilidade apresentado pela Sociologia com foco no contexto social, vemos que ele se refere aos sujeitos que são invisibilizados pelo preconceito e pelas suas diferenças raciais: de gênero, de classe, religiosas, culturais e outros marcadores das diferenças que os deixam à margem da sociedade. Vejamos as reflexões.

Segundo Gomes (2003), o corpo, a identidade e a sua constituição podem significar aquilo que uma sociedade deseja ser, assim como o que deseja negar também. Sá Pinto Tomás (2008) entende a invisibilidade sobre uma perspectiva fenomenológica, isto é, um sintoma de uma sociedade onde vivemos e que, diversas vezes, traduz semanticamente a invisibilidade

com um teor de insignificância. Porto (2008), a invisibilidade anula e torna-se sinônimo de solidão, incomunicabilidade, falta de sentido e valor. Estas reflexões acerca dos invisibilizados sugerem um desafio muito grande para as pesquisas no campo educacional, em observar o que não é visível e como podemos tornar esse objeto de pesquisa visível. Para essa compreensão, é preciso causar rupturas epistemológicas, teóricas e metodológicas.

A questão da invisibilidade não é somente um desafio epistemológico para o pesquisador, e vai além do desafio. Entende-se aqui como um momento vital de compreensão, onde os marcadores sociais de raça, gênero e classe estão em disputas políticas por meio das estratégias de conquistas de reconhecimento, advindas inclusive, pelas reivindicações de movimentos sociais, razão pela qual é fundamental operar metodologias investigativas que contribuam para o desvelamento destas dinâmicas, explicando-as e denunciando-as, a partir de um posicionamento ético.

Ao olharmos para o nosso sujeito de pesquisa “estudantes negros(as)”, descrevemos as relações entre visibilidade e invisibilidade desses sujeitos nas produções científicas do campo da educação, tendo como recorte de área de concentração, a educação especial. Ao discutirmos essa relação, tornou-se possível analisar e compreender o lugar desses sujeitos no contexto educacional, como se constituem e como são inseridos.

Nos estudos selecionados entre os anos de 2003 à 2021, no campo da educação especial, constatamos que os sujeitos negros e seus contextos aparecem na memória científica dos periódicos, citados em apenas (10) dez estudos, com objetivos distintos, conforme o Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – Autores, título dos estudos e respectivos objetivos

Nº	Autores	Título	Objetivo
01	Xavier; Dias (2018)	A Inclusão Escolar do Aluno Afrodescendente Público-alvo da Educação Especial.	Discutir a inclusão do aluno afrodescendente e público-alvo da Educação Especial nos espaços escolares, e colaborar com o enfrentamento às práticas discriminatórias e ao racismo nesses ambientes.
02	Scholz; Freitas (2021)	Alunos negros e com deficiência: narrativas da produção social de duplo estigma no espaço escolar.	Analisar a produção de estigma em alunos negros e com deficiência no espaço escolar.

03	Santos; Fernandes (2021)	Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras	Discussão interseccional entre surdez e raça e tendo por objetivo analisar a ocupação de vagas por estudantes negros/as surdos/as nos cursos de graduação em instituições federais de ensino superior.
04	Oliveira; Rocha; Lima; Reis (2021), Oliveira (2013)	A trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior.	Apresentar a trajetória escolar de um estudante duplamente identificado, negro e surdo, até seu ingresso em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por meio da política de cotas.
05	Miranda (2019)	Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017.	Realizar um levantamento bibliográfico com o desafio de mapear a produção acadêmica da área, isto é, apresentar as escassas pesquisas cuja constituição do objeto fosse surdez e raça.
06	Silva; Silva (2018)	Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro.	Abordar a questão dos marcadores sociais da diferença nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, defendendo as auto identificações de negros e deficientes como material investigativo positivo, para se compreender as características que permeiam o espaço social e acadêmico, no que se refere ao reconhecimento e valorização de sujeitos de direito.
07	Bueno; Santos (2021)	As Relações de Classe, Raça e Gênero na Constituição da Deficiência Intelectual	Analisar a relação entre deficiência intelectual e classe, raça e gênero.
08	Denari; Colombo (2021)	Revisão de literatura: Surdez e identidades interseccionais.	Comparar o que tem sido produzido academicamente quanto à intersecção entre surdez, gênero e raça, quando as publicações mencionam os três marcadores sociais conjuntamente e quando mencionam apenas os dois primeiros.

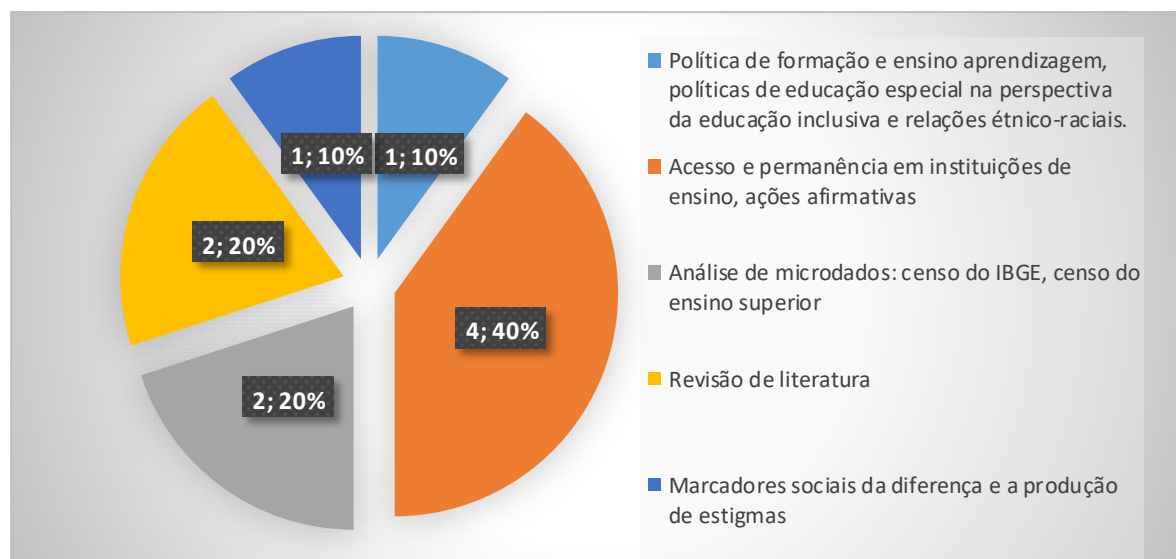
09	Oliveira (2013)	A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores.	Apresentar elementos para uma reflexão sobre a implementação do artigo 26-A da LDB (modificado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008), à luz dos desafios da educação especial.
10	Freitas; Santos (2021)	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.	Evidenciar que, nas pesquisas sobre a escolarização de crianças com deficiência ou cronicamente enfermas, as interseccionalidades com questões de gênero, raça, classe social e etnia são fundamentais.

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Observamos que estudos supracitados buscavam descrever, discutir, analisar, evidenciar, apresentar, comparar ou até mesmo criticar a política de formação dos docentes, bem como os impactos no ensino aprendizagem, o acesso, a permanência em instituições de ensino, os impactos das relações entre raça, gênero, classe e deficiência. Além disso, os estudos buscavam descrever e analisar a produção científica no campo da educação sobre sujeito negro(a) público-alvo da educação especial.

Compilando as informações sobre os temas dos estudos recuperados, criamos um gráfico, com o intuito de apresentar as discussões sobre onde estão inseridos(as) os(as) estudantes negros(as).

Gráfico 2 - Temática dos estudos nos periódicos



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No Gráfico 2, constata-se uma prevalência em estudos relacionados à investigação de acesso e permanência de estudantes negros(as) com deficiência em instituições de ensino. Os estudos de Xavier; Dias (2018), Oliveira, et al. (2021), Bueno; Santos (2021) e Freitas; Santos (2021) analisaram as trajetórias, as tensões, os conflitos, as políticas de ação afirmativa e o processo de ensino aprendizagem desses estudantes. Nesses estudos, a maioria dos autores se apoiaram na pesquisa empírica, com a intenção de analisar e/ou compreender os contextos educacionais onde estavam inseridos(as) os(as) estudantes negros(as).

Em seguida, os estudos de Silva; Silva (2018) e Santos; Fernandes (2021), que por meio da análise de microdados, oriundos dos censos do IBGE e ensino superior, apresentaram o percentual de estudantes negros(as) com deficiência, as relações e os impactos dos marcadores de raça, gênero e classe nas condições de vida desses sujeitos. Nesses estudos, constatamos que os autores se esforçaram para traçar uma análise. Enquanto isso, outros autores buscaram descrever os dados estatísticos, com intuito de retratar as desigualdades sociais e educacionais, apresentando avanços e conquistas políticas no campo da educação.

Com o objetivo de investigar o que tem sido produzido academicamente sobre a relação entre a deficiência e as categorias de raça e gênero, encontramos os estudos de Denari; Colombo (2021) e Miranda (2019) que abordaram a revisão de literatura, com o intuito de chamar a atenção sobre a baixa produção científica e incentivar novos estudos, ampliando a área não só em termos de quantidade, mas também de rigor teórico e metodológico que contemple as perspectivas interseccionais.

A política de formação do corpo técnico, administrativo e pedagógico das instituições de ensino é enfatizada no estudo de Oliveira (2013); porém, a discussão sobre formação, práticas e mudanças curriculares perpassa por todos os estudos no afã de planejar práticas positivas para uma interpretação interseccional das identidades dos estudantes e, por conseguinte, construir espaços de formação realmente inclusivos.

Por fim, deparamo-nos com um estudo dos autores Scholz; Freitas (2021), que promoveu uma discussão sobre o duplo estigma e os efeitos negativos na autoestima e processo de aprendizagem destes estudantes, salientando a complexidade de relações que se estabelecem a partir das vivências nos espaços de ensino.

Por meio desses achados, nosso estudo buscou analisar a partir de uma perspectiva interseccional, como essas produções (in)visibilizam esses sujeitos, de que forma são/estão representados, quais as discussões em que são inseridos e, principalmente, quais os objetivos e contribuições desses estudos de forma geral para o campo da educação e em especial para a educação especial.

Identificamos, nos referidos estudos, aspectos emergentes como: a interseccionalidade no campo da educação especial, a presença negra e a perspectiva interseccional, que nos permitiram traçar uma discussão neste capítulo que encontra-se dividido em três seções: a) Seção 3.1 - dos marcadores sociais da desigualdade e os impactos das estruturas sociais, políticas, econômicas, educacionais e institucionais na construção social das identidades do(a) estudante negro(a) público-alvo da educação especial; b) Seção 3.2 - a representação e a produção de duplo estigma; c) Seção 3.3 - a existência de uma perspectiva interseccional nessas produções científicas, bem como das abordagens, níveis de abstração e tipos de estudos.

As categorias de raça, classe e gênero que se constituem como a tríade da interseccionalidade associadas à deficiência tornam-se aspectos importantes em estudos do campo da educação, que buscam uma justiça social. Para além disso, as políticas educacionais merecem uma atenção mais cautelosa nas análises, com o intuito de perceber as formas pelas quais os(as) estudantes negros(as) estão pautados(as) - na política pública da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e nas políticas de ações afirmativas. A fim de garantia de direitos de acesso e permanência a uma educação de qualidade, democrática, antirracista e anticapacitista.

Contudo, para analisar, descrever ou compreender os aspectos, os estudos precisam apresentar-se de forma potente quanto ao uso da perspectiva interseccional que se apresenta como uma ferramenta capaz de apontar invisibilidade dos(as) estudantes negros(as), os delineamentos e quais as medidas políticas necessárias para escapar da invisibilidade no campo científico.

5.1 MARCADORES SOCIAIS DA DESIGUALDADE: OS IMPACTOS DAS ESTRUTURAS SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES DO(A) ESTUDANTE NEGRO(A) PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo de construção social das identidades do(a) estudante negro(a), público-alvo da educação especial, é marcado pelo “atravessamento” de marcadores sociais das diferenças, que por meio de uma interpretação interseccional nos permite entrecruzar fatores diversos para a compreensão da formação de identidades desses sujeitos.

Marcadores sociais das diferenças como, raça, gênero e classe, por si só, já diminuem a visibilidade de sujeitos em determinados contextos e agravam-se quando estes são

associados à deficiência. Portanto, racismo, sexismo, capacitismo são fontes diretas de hierarquização, subordinação e desigualdade social e, conseqüentemente, produzem diferenças relevantes na construção social do(a) estudante negro(a) com deficiência.

Para Sardenberg (2015), os marcadores sociais das diferenças constituem as identidades dos sujeitos, e os mesmos também resultam em fatores de opressões. É preciso compreender que eles não agem de forma independente. Estão conectados e constituem-se como fatores de preconceito, discriminação e (in)visibilidade.

Ao analisarmos conjuntamente esses marcadores, é revelada a produção das desigualdades sociais que estruturam as relações sociais e de poder; deixando, à margem da sociedade, negros e negras em piores condições de vida, acesso a bens e serviços e também a uma educação de qualidade (GOMES, 2003).

Portanto, a análise dos marcadores sociais das diferenças no campo da educação especial contribui para a compreensão dos fenômenos e contextos em que estão inseridos estudantes negros(as) públicos-alvo da educação especial.

Nos estudos selecionados para análise, os autores Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Santos; Fernandes (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Miranda (2019), Silva; Silva (2018), Bueno; Santos (2021), Denari; Colombo (2021) e Freitas; Santos (2021), em suas produções, buscaram apresentar a importância de compreender os impactos sociais causados pela deficiência ao lado do marcador social “raça” e assim avançar no sentido de contribuir, efetivamente, para o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade à estudante negros(as) públicos-alvo da educação especial.

Contudo, nos fragmentos abaixo dos estudos de Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021), Xavier; Dias (2018), Oliveira (2013), Miranda (2019), Oliveira (2013), apesar de não discutirem todos os marcadores, há um consenso sobre os impactos desses marcadores na trajetória educacional dos(as) estudantes negros(as). Os fragmentos abaixo, extraídos de alguns artigos, servem para ilustrar a percepção dos impactos desses marcadores na trajetória educacional dos(as) estudantes negros(as):

Akins, um aluno de nove anos nomeado de “aluno de inclusão”. Vinculado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais, um aluno negro sem acompanhamento de apoiador em sala de aula, ocupava o lugar social da diferença, da incapacidade, da loucura, da negritude, do outro que não quero proximidade. Aluno, sem laudo ou diagnóstico formal, carregava muitas marcas de discursos que procuram dar evidência da necessidade de distanciamento do olhar. Cotidianamente marcado pelo lugar social que lhe atribuía um corpo deficiente, não aprendente, negro (SCHOLZ; FREITAS, 2021, p.76).

Ao perguntarmos sobre seu processo identificação como pessoa com deficiência/surda e como pessoa negra, José nos relata que desde a infância percebe sua diferença em relação aos outros, a dupla discriminação também fez parte do seu processo educativo. Destacamos o trecho que ele fala que: “na minha infância eu percebi que eu era diferente dos outros pelo fato que eu usava aparelho auditivo e também sofria bullying na escola pela minha cor” (OLIVEIRA, et al., 2021, p.84).

Quando o discente traz consigo essas duas marcas, afrodescendente e público-alvo da educação especial, a sua permanência na escola muitas vezes se inviabiliza, pois suscita o racismo e a intransigência velada do sistema (XAVIER; DIAS, 2018, p. 915).

Observamos que os autores enfatizam as construções sociais dessas identidades que constituem o sujeito das suas pesquisas, reconhecendo os impactos das estruturas sociais, políticas, educacionais, institucionais e as relações na vida dos(as) estudantes negros(as) com deficiência. Neste aspecto, no estudo de Scholz; Freitas (2021), os marcadores de raça e deficiência geram impactos negativos quando rotulam o estudante Akins, ao se referir como o aluno de inclusão, que frequenta uma sala em que ninguém quer proximidade, a sala da loucura, da incapacidade e da negritude. Já os autores Oliveira, et al. (2021), ao apresentar a trajetória educacional de um estudante negro surdo ao adentrar na universidade, revelam por meio da fala deste estudante as discriminações pela sua cor da pele e sua deficiência auditiva.

A discriminação por ser um estudante negro e público-alvo da educação especial também é percebida por docentes ao serem entrevistados pelos autores Xavier; Dias (2018), quando estes têm a consciência de que ser um aluno negro com deficiência provoca uma invisibilidade em um espaço que deveria ser inclusivo.

É possível identificar que, um marcador somado a outro pode potencializar a exclusão e a marginalização de sujeitos em contextos sociais, políticos, educacionais e, portanto, esse sujeito dentro das relações sociais desiguais não pode ser analisado de forma separada, mas por meio de todos os marcadores que se cruzam de forma interseccional (HIRANO; ACUÑA; MACHADO, 2019).

Para além dos marcadores deficiência e raça, encontramos discussões nas produções analisadas articulando outras categorias que constituíam os sujeitos de pesquisa. Neste sentido, os estudos de Freitas; Santos (2021), Santos; Fernandes (2021), Silva; Silva (2018) e Bueno; Santos (2021) se aproximam em alguns aspectos ao descreverem os sujeitos de pesquisa, observando as questões de raça, gênero e/ou classe associados à deficiência.

Ao observamos os excertos abaixo retirados desses estudos, os autores utilizaram os marcadores sociais como forma de analisar e descrever a constituição identitária por meio das experiências e trajetórias de estudantes negros(as) com deficiência. Ou seja, maneiras pelas

quais as forças, principalmente, do racismo circulam nos contextos em que estavam inseridos os estudantes negros(as) com deficiência ou os identificam em situações de desigualdade.

Há quantidade significativa de crianças negras ainda que, surpreendentemente, na sala de Rosa, ela fosse a única. Na turma de Renan estão presentes mais três meninos negros. Entre esses um estigmatizou Renan com a palavra “lixo”. Nessa sala também estudavam duas meninas negras, uma delas a irmã de Rosa. Para além da cor da pele, a referência a crianças negras está expressa na classificação racial contida nos prontuários da escola (FREITAS; SANTOS, 2021, p.12).

Os dados apontam um aumento no número de homens e mulheres surdos/as e negros/as surdos/as matriculados, ano após ano, no ensino superior, passando de 421/518 matrículas de surdos/as em 2009 para 1285/1214, respectivamente, em 2016. Em relação às matrículas de negros/as surdos/as em diferentes cursos de graduação, o número subiu de 129/136 homens e mulheres negros/as surdos/as para 518/487, respectivamente, em 2016. Em ambos os grupos o número de matrículas é sempre crescente, com ligeira vantagem de mulheres (negras e negras surdas) em relação aos homens (negros e negros surdos) no período (SANTOS; FERNANDES, 2021, p. 11).

Mudando o foco interpretativo, e analisando a partir da variável “deficiência”, temos que em 2015, 35,6% do grupo de deficientes são negros (10,4% preta e 25,2% parda), e 49,3% do sexo feminino. 9,2% do grupo de deficientes ingressaram na IES por meio de alguma cota social: 4,5% ingressaram por cotas destinadas à pessoa com deficiência, 1,7% por vagas de cunho étnico, 1,2% por demanda social. O grupo de estudantes cotistas advindos de escolas públicas (demanda social) fazem parte dos 65,4% das matrículas de cursistas que estudaram o ensino médio em escolas públicas do país” (SILVA; SILVA, 2018, p. 579).

Este cotejamento, além de evidenciar que a maior possibilidade de se inserir socialmente com os níveis de renda mais baixos se dá entre as mulheres negras com deficiência intelectual, ainda revela outro dado significativo: o menor índice percentual de mulheres brancas com deficiência intelectual (30,2%) em relação aos homens negros na mesma condição (26,4%) evidencia que, neste caso, a raça se sobrepõe ao gênero (BUENO; SANTOS, 2021, p.17).

As questões raciais e de gênero se tornam evidentes nos referidos estudos, explicitando o quanto o fator raça/cor e gênero estigmatizam e mantêm estudantes negros(as) em índices de piores condições sociais. Nos estudos de Silva; Silva (2018) e Santos; Fernandes (2021), percebemos que os autores se debruçaram em análises estatísticas sociais, comprovando que sujeitos negros(as) aparecerem nas análises, representando um grande número de pessoas com deficiência, com dificuldades ao acesso e permanência em instituições de ensino, na escolarização e com uma menor renda econômica.

Carneiro (2005) chama a atenção para o fato da raça ser um dos pressupostos estruturais da sociedade brasileira e, isto impacta diretamente nas estruturas de classe no país. Ao utilizarmos a raça como categoria de análise, ela passa a ser uma lente que possibilita analisar e identificar sobre quais sujeitos se abatem as desigualdades.

Ainda para exemplificar, no estudo de Bueno; Santos (2021), os autores traçam a relação de classe, raça e gênero na constituição da deficiência intelectual. A discussão proposta aponta que:

[...] o fato de a deficiência intelectual, no que se refere às condições de raça e gênero, produzir efeitos deletérios mais evidentes se comparados à população com outras deficiências e, mais ainda, com aquela sem deficiência, os índices percentuais próximos nas faixas de renda (especialmente aquelas com maior poder aquisitivo) deixam claro a imbricação das condições de vida entre essa população e a população em geral (BUENO; SANTOS, 2021, p. 19).

A análise das questões de raça, associada ao marcador de gênero, são perceptíveis nos estudos citados acima, retratando a situação da mulher negra nos dados retirados do IBGE. As experiências vividas por mulheres negras, pobres e com deficiência são diferentes, com piores condições de vida, elas estão em desvantagens em acessar bens, serviços e instituições de ensino, mantendo-as na base da pirâmide social. Como destaca Almeida (2019), a aproximação entre essas categorias, estabelece uma pirâmide social na qual a base é formada por mulheres negras com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos.

Impactos psicológicos devido aos marcadores sociais também são retratados nos estudos de Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021) e Freitas; Santos (2021), revelando os múltiplos estigmas associados aos marcadores sociais de raça, classe, gênero e deficiência que os coloca em posições de inferiorização. Por meio de relatos de entrevistas, os pesquisadores privilegiaram as vozes desses sujeitos, estigmatizados que, tradicionalmente, são pouco reconhecidos nas pesquisas, trazendo à tona práticas discriminatórias no contexto de instituições educacionais, que vão desde as relações até as ausências no currículo escolar, no projeto político pedagógico e nas relações étnico-raciais. Nos excertos abaixo, observamos esses impactos que, por vezes, geram violências e baixa autoestima:

Registrar momentos em que Rosa batia nas meninas tornou-se recorrente, mas quando ameaçou, por exemplo, um menino, deparou-se com a ameaça do revide, “levaria um soco” (menino ameaçado). Em cenários externos à sala, era possível registrar interações afetivas com as mesmas meninas que agredira, o que não impedia que muitas mães encaminhassem reclamações contra a inércia da escola em relação à “menina que bate” (vice-diretor) (FREITAS; SANTOS, 2021, p. 15).

O que eu vejo que é muito reflexo da sociedade. Eles preferem um papel de novela tu vê assim tudo branco né?! Daí eles vão preferir ser (...). Às vezes falta uma autoidentidade negra. (Professora da Sala de Aula, escola Margarida, 2016) (grifo nosso) (SCHOLZ; FREITAS, 2021, p.83).

Várias vezes, sem dúvidas. Na sala de aula não entendia nada e eu só ia para anotar as coisas pra estudar no reforço, muitas vezes não queria ir para escola porque eu sofria muito bullying só pelo fato de ser eu, mas minha família sempre mostrou o

apoio e me ajudou a chegar até onde eu cheguei! (JOSÉ, 2021. Questionário online) (OLIVEIRA, et al., 2021, p.85).

As discussões trazidas por estas pesquisas, dão-nos um painel sobre as nuances, envolvendo os marcadores sociais que devem ser considerados de forma articulada nos estudos no campo da educação especial, para assim desvelar as tensões, contradições, preconceitos e desigualdades.

Para Silva (2012), pesquisas que discutem, de forma isolada os marcadores sociais das diferenças e não a relação identitária entre ambos podem contribuir para a manutenção do silenciamento das pessoas que sofrem a discriminação e preconceito devido a estes marcadores. Esse aspecto é percebido de forma mais expressiva nos estudos de Oliveira, et al. (2021), Silva; Silva (2018), Bueno; Santos (2021), Denari; Colombo (2021) e Freitas; Santos (2021), como podemos observar nos fragmentos abaixo listados:

Gênero, raça e classe social são categorias que se imbricam. No âmbito da educação inclusiva mostram-se fundamentais para que a presença de crianças com deficiência ou cronicamente enfermas no universo escolar seja analisada de modo a evitar reducionismos ou visões capacitistas que relacionam de modo simplificado o desempenho escolar às chamadas “insuficiências corporais”. Nenhuma das questões comentadas neste texto diz respeito somente à deficiência em si, razão pela qual é possível concluir que nenhuma estratégia de escolarização especializada, segregadora, daria conta da complexidade que essas imbricações expuseram e expõem (FREITAS; SANTOS, 2021, p.17).

[...] foi possível identificar que os marcadores sociais, sejam eles quais forem, mas em especial para este artigo a surdez, gênero e raça, não são de ordem autônoma e não agem por si só, demonstrando a importância de se pensar, estruturar e utilizar instrumentos conceituais que buscam analisar como as estruturas de opressão e também de privilégio se entrelaçam e como exercem influências na vida e na construção das identidades das mulheres, em especial da mulher surda (DENARI; COLOMBO, 2021, p.15).

Para que possamos discutir as questões sobre a inclusão de pessoas negras e surdas, precisamos ter em mente a diversidade cultural e identitária que constitui esses sujeitos, tendo em vista que ele se localiza em uma dupla identificação. Logo, é necessário conhecer os diferentes contextos que circundam a existência da comunidade negra surda. Nessa perspectiva, ao tecer reflexões acerca do relato de experiência do estudante em tela, levamos em consideração a diversidade que compõe as vivências de sujeitos negros surdos (OLIVEIRA, et al., 2021, p.81).

[...] os efeitos do preconceito e da discriminação racial se abatem com força também sobre essa população que, aliados aos preconceitos de gênero, produzem como população mais degradada a mulher pobre, negra e com deficiência intelectual (BUENO; SANTOS, 2021, p.19).

O acadêmico, ao ingressar no Ensino Superior precisa identificar o marcador social que irá identificá-lo dentro da IES, geralmente escolhendo aquele com o qual se sente mais seguro, o que acaba por apagar outros marcadores que também compõem sua identidade (SILVA; SILVA, 2018, p.582).

Assim, conceituando os principais marcadores das diferenças, raça, gênero e classe; percebemos que os autores pontuaram que os enfoques de pesquisas, neste campo, devem ser redimensionados para além de questões das deficiências, levando em consideração experiências, tensões e conflitos de raça, classe, gênero, dentre outros marcadores sociais que constituem o(a) estudante negro(a) público-alvo da educação especial.

Embora alguns desses estudos não cite o conceito de interseccionalidade, podemos perceber que seu conceito aparece quando os autores concluem que as vulnerabilidades e subordinações são potencializadas quando há um cruzamento de identidades, constituídas por marcadores sociais das diferenças.

Os marcadores sociais se constituem como elementos importantes nas discussões do campo da educação especial, sobretudo, revelando aspectos políticos e históricos que explicitam as características classificatórias de estudantes, acentuando a diversidade no tecido social, além de identificar a hierarquização da vida e perpetuação de desigualdades.

Ser negro(a) e deficiente no Ensino Superior exige desses sujeitos uma dupla jornada de enfrentamentos diários. Enfrentamentos esses que habitam uma nova seara para os pensares sobre sujeitos e suas identidades (SILVA; SILVA, 2018, p. 581).

[...] provocando a reflexão de que a questão racial é, também, uma das marcas identitárias a ser considerada como barreira de acesso a esse espaço institucional, reproduzindo na trajetória de negros/as surdos/as o histórico de exclusão da educação dos/as negros/as no Brasil (SANTOS; FERNANDES, 2021, p.3).

Nos trechos acima retirados dos estudos de Silva; Silva (2018) e Santos; Fernandes (2021), os aspectos mencionados ganham sentido, levando-nos à discussão na próxima sessão sobre a representação e a produção de duplo estigma de estudantes negros(as) com deficiência nos espaços educacionais.

5.2 NEGRO(A) COM DEFICIÊNCIA: REPRESENTAÇÃO E A PRODUÇÃO DE DUPLO ESTIGMA

Ao observarmos a representação dos(as) estudantes negros(as) com deficiência nas produções científicas analisadas, identificamos a questão racial pautada nesses estudos discutindo majoritariamente as políticas de acesso e permanência, ações afirmativas e políticas de formação. Apresentando recortes de raça, além de classe e gênero, os autores se propuseram demonstrar, por meio de dados estatísticos, o quanto essas categorias precisam estar pautadas e relacionadas com o campo da educação especial. Esta relação é fundamental,

pois há necessidade de traçar novas políticas de referência, com o propósito de banir as desigualdades educacionais que acarretam prejuízos aos sujeitos identificados com as categorias mencionadas acima.

A discriminação nas sociedades humanas é prática tão disseminada quanto nefasta. Onde existe a diferença, existem indivíduos cujas vidas são prejudicadas por pertencerem a um ou outro grupo que foge a determinadas normas. Essas normas podem ser a cor da pele, a opção sexual, a religião, o sexo, a origem social ou quase qualquer outra marca que se impõe aos indivíduos (SOARES, 2000, p. 5),

Bueno; Santos (2021) e Santos; Fernandes (2021), ao apresentarem os dados do IBGE utilizados nestes estudos, por sua vez, permitiram análises comparativas intergrupos, revelando em qual medida há representatividade de negros(a)s quando são interseccionadas as categorias deficiência e raça.

Os dados de renda mensal entre zero e um salário-mínimo mostram uma crescente desvantagem dos homens negros em relação aos brancos: da diferença de 9,7% dos homens brancos sem deficiência (10,6%) e dos homens negros nessa mesma situação (20,3%), passa-se a um distanciamento maior de 12,0% entre 18,0% de brancos (contra 30,0% de negros com outras deficiências, e, por fim, diferença ainda maior, de 13,2% dos homens brancos (26,4%), contra 39,6% dos homens negros com deficiência intelectual, evidenciando a influência que as condições de raça exercem sobre esses índices (BUENO; SANTOS, 2021, p.15).

De acordo com o Censo Demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), 5,09% dos mais de 190 milhões de habitantes do país no ano de 2009 eram pessoas surdas; ou seja, 9,7 milhões de pessoas. Desse total de habitantes, 96.795.294 eram pessoas negras, representando 53,74% da população. Os dados apontam que 4.856.506 pessoas se autodeclararam negros/as surdos/as, o que corresponde a 2,54% da população negra e 50,06% da população surda (SANTOS; FERNANDES, 2021, p.6)

A desigualdade de renda é uma característica marcante do Brasil, como demonstram os dados extraídos do estudo de Bueno; Santos (2021). As repostas para essa desigualdade estão no fato de que, o quesito escolaridade e experiência profissional geram uma maior remuneração; assim, o mercado de trabalho age como revelador das desigualdades educacionais preexistentes na sociedade. Não obstante, o outro fato reside na discriminação ou segmentação na remuneração de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, brancos, negros, com ou sem deficiência que exercem as mesmas funções (BARROS, 2007).

Assim como os dados relacionados à renda são importantes para os estudos, essa caracterização da população com deficiência leva-nos a analisar e a refletir sobre tal representação nos espaços institucionais. Santos; Fernandes (2021) se utilizaram do mesmo censo para analisar essa representação de estudantes negros(as) surdos(as), nos cursos do ensino superior, como se revelam no excerto abaixo.

Considerando que a perspectiva interseccional nos campos surdez e raça interessa para esta análise, observam-se a seguir os números relativos ao ingresso de estudantes negros/as no ensino superior. No Gráfico 1 observa-se que o número de ingressantes negros/as no ensino superior nas IES federais em 2010 era de 202.888, representando 0,20% do total da população negra brasileira, composta por mais de 96.000.000 de cidadãos. Em 2011, ocorreu um aumento de 18,06% no número de matrículas dessa população nas IES, totalizando 238.583 estudantes. O percentual aumentou 15,37% em 2012 e 19,47% em 2013. Chama a atenção que, a partir de 2013, os números relativos às matrículas de alunos negros em cursos de ensino superior nas IES federais sofrem elevação significativa ano após ano (SANTOS; FERNANDES, 2021, p.7).

Os dados podem nos dizer algo positivo, assim como também podem nos apresentar fragilidades e percepções quando se busca a representação dos(as) estudantes negros(as) com deficiência em diversas áreas e campos. Ao propor uma revisão de literatura, os autores Denari; Colombo (2021) e Miranda (2019), em seus estudos, apontam para a baixa produção científica sobre raça e surdez, além de identificar a deficiência como identificação primária, secundarizaram as questões de raça, classe e gênero. Desse modo, trazendo esses marcadores sociais para a compreensão dos conceitos e das desigualdades sociais aos sujeitos de pesquisa.

[...] a grande maioria dos estudos envolvendo a área da surdez investiga, com maior frequência, o aspecto linguístico de ser uma pessoa com surdez, deixando em segundo plano outras dimensões referentes à identidade da pessoa surda, como gênero, raça, etnia e classe social, por exemplo (DENARI; COLOMBO, 2021. p.2).

Segundo Miranda (2017), a surdez como uma marca identitária acaba sendo mais investigada, estudada, observada e explorada do que outras marcas identitárias como o gênero, raça e etnia, gerando como consequência a homogeneização e a simplificação das identidades surdas, diminuindo a visibilidade das necessidades específicas das outras pessoas também inseridas nesse grupo (DENARI; COLOMBO, 2021. p.3).

A análise dos estudos citados revelam as marcas das desigualdades que atingem diretamente negros(as), resultado de discriminação e preconceito que acabam estigmatizando-os.

A produção de estigma gera as desigualdades sociais e educacionais, operando como obstáculos para acesso ou redução de acesso a bens, serviços e a espaços sociais, institucionais, representatividade podendo atuar com intensidades diferentes a depender do contexto em que estão inseridos os sujeitos. Para além dessas questões, a materialização do estigma em determinados corpos pode causar danos psicológicos, acarretando na baixa autoestima dos indivíduos e levar a problemas mais sérios relacionados à saúde e tratando-se da educação: um baixo desempenho e evasão escolar.

A representação e a construção social das identidades de estudantes negros(as) com deficiência que foram apresentadas em todos os estudos analisados revelaram que os marcadores sociais de diferenças como raça, gênero e classe são fatores de estigmatização desses sujeitos, comprometendo o exercício da cidadania e o usufruto dos direitos, sobretudo o direito à educação inclusiva e de qualidade. Porém, observamos que em especial, os marcadores de raça e deficiência se sobressaíram nos estudos para tratar de estigmatização.

Para ilustrar, nos demais estudos de Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Silva; Silva (2018) e Freitas; Santos (2021), os autores analisaram a produção de estigmas em estudantes negros com deficiência. A dor se caracterizou como um fator que estava envolvido no processo de tornar-se negro com deficiência em um espaço que muitas vezes não está preparado para acolher suas singularidades. Verificamos que a estigmatização desses estudantes gerou o sentimento de não pertencimento àquele espaço, um desestímulo por não se sentirem acolhidos e a percepção da falta de representação inclusive no currículo escolar.

O que eu vejo que é muito reflexo da sociedade. “Eles preferem um papel de novela tu vê assim tudo branco né?! Daí eles vão preferir ser (...). Às vezes falta uma auto identidade negra. (Professora da Sala de Aula, escola Margarida, 2016) (grifo nosso)” (SCHOLZ; FREITAS, 2021, p.83).

[...] as crianças negras já são discriminadas com piadinhas e maledicências. Quando é deficiente então, ouvi muitas vezes de parentes mesmo, coisas do tipo: não bastava ser preto, ainda vem com deficiência. Vai sofrer em dobro. (MARIA, professora de Ensino Fundamental I) (XAVIER; DIAS, 2018, p.916).

No ambulatório a teia de convivência que tecia a trama que acompanhamos suscitou uma demarcação que sintetizava, na fala de uma mulher, a intersecção entre deficiência, gênero, raça e classe social: “aqui todo mundo é preto”. Essa fala, ainda que vocalizada entre pares, movia-se politicamente de baixo para cima e compartilhava uma percepção de sofrimento social intraduzível sem considerar a resistência a um contexto que sempre lembra “o lugar de cada um” (enfermeira) (FREITAS; SANTOS, 2021, p.18).

Ao perguntarmos sobre seu processo identificação como pessoa com deficiência/surda e como pessoa negra, José nos relata que desde a infância percebe sua diferença em relação aos outros, a dupla discriminação também fez parte do seu processo educativo, destacamos o trecho que ele fala que: “na minha infância eu percebi que eu era diferente dos outros pelo fato que eu usava aparelho auditivo e também sofria bullying na escola pela minha cor” (JOSÉ, 2021. Questionário online) (OLIVEIRA, et al., 2021, p. 84).

Então eu tenho que usar alguma coisa que vai mexer com eles e pode atingir a eles de uma forma que pode provocar mudanças. [...] Então eu pensei em alguns alunos. [...] Os que tinham preconceito racial e os alunos que têm preconceito de surdo contra outro deficiente. [...](JULIA) (OLIVEIRA, 2013, p. 92).

A problemática atual repousa sobre a permanência desses sujeitos nas academias brasileiras. Será que há suporte a contento para o trânsito e ocupação desses espaços por parte de sujeitos que, tendo em vista que quando estes espaços foram projetados e construídos considerava-se apenas que estes fossem ocupado por corpos respondentes à uma hegemonia normativa? (SILVA; SILVA, 2018, p. 578).

Os reflexos do estigma são visíveis nos trechos acima descritos, demonstrando processos de negação referente à autoimagem na relação com padrões sociais de beleza estabelecidos. No trecho acima, Scholz; Freitas (2021) apresentam, na fala da professora, a questão da falta de representação da população negra. Ainda no estudo de Xavier; Dias (2018), o duplo estigma se apresenta na fala dos próprios pares (parentes), quando estes se referem ao estudante negro que “não bastava ser preto, ainda vem com deficiência”, impactando na baixa autoestima.

Os discursos preconceituosos, a indagação quanto aos espaços que por vezes privilegiam a hegemonia normativa e a preocupação com políticas de permanência são retratados nos estudos de Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Silva; Silva (2018) e Freitas; Santos (2021) como podemos perceber nos trechos acima extraídos para análise.

Na definição de Goffman (2004), estigma se caracteriza pela desqualificação dos sujeitos pelas suas características físicas, culturais, raciais, intelectuais, crenças pessoais ou pertencimento a determinados grupos que são transformadas socialmente em atributos negativos. O autor ainda distingue três diferentes tipos de estigmas: as abominações do corpo (deformidades físicas); as culpas de caráter individual, moralidade (vontade fraca, desonestidade, crenças falsas, etc.) e estigmas tribais de raça, nação e religião.

Assim, no sujeito negro, a produção de estigma é percebida não só pelas características físicas, traços fenotípicos como estrutura corporal, cor da pele, traços faciais, textura do cabelo; mas também pelas inferências de cunho moral como incapaz, desonesto, pessoa desprovida de inteligência e outras ideias difundidas pelo processo escravocrata e pós-escravocrata. Sob esta perspectiva, podemos perceber nos estudos mencionados, que as características que compõem o corpo negro, por si só, já sofrem a estigmatização; mas quando associadas a uma deficiência, isto é, negro com deficiência, há a produção de um duplo estigma, posto que a própria deficiência dentro do processo de construção social também é historicamente estigmatizada. Afinal, utilizando os tipos de estigmas propostos por Goffman (2004), pessoas com deficiência são estigmatizadas pelas aparências físicas, deformidades do corpo e incapacidades físicas e intelectuais.

Há quem confunda estigma com discriminação ou preconceito. Melo (2014) argumenta que a discriminação e preconceito estão relacionados, por exemplo, ao modo como os negros com deficiência são tratados, enquanto o estigma diz respeito ao modo como os negros com deficiência são percebidos. No entanto, a produção de estigmas gera discriminações, preconceitos e exclusões.

Trazendo a perspectiva de estigma apresentada por Melo (2014), consideramos que nos estudos de Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Santos; Fernandes (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Miranda (2019), Silva; Silva (2018), Bueno; Santos (2021), Denari; Colombo (2021) e Freitas; Santos (2021), parte dos autores não apresentaram o conceito de estigma. Mas, percebemos que os resultados da estigmatização geraram discriminação e preconceitos que foram descritos nesses estudos quando os mesmos compreenderam que a produção de estigma se dava a partir da constituição das identidades do(a) estudante negro(a) com deficiência, por meio das experiências e com as experiências vivenciadas nos contextos políticos e educacionais.

Nos estudos de Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Silva; Silva (2018) e Freitas; Santos (2021) em especial, os autores demonstraram que a estigmatização resultou na discriminação e no preconceito que invisibilizavam o corpo negro com deficiência nas relações interpessoais, nos espaços físicos de ensino, nos documentos institucionais norteadores das práticas de ensino e nas políticas de formação - quando as questões raciais eram secundarizadas ou sequer discutidas dentro nas agendas temáticas formativas sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.

Desse modo, nos espaços institucionais de ensino, a estigmatização emerge nas relações entre aluno/aluno e aluno/professor, gerando formas de preconceito e processos de exclusão dentro do próprio ambiente que deveria ser inclusivo. A constatação dessa afirmativa se apresenta nos estudos de Oliveira; Rocha; Lima; Reis (2021, p.85): “Na sala de aula, não entendia nada e eu só ia para anotar as coisas pra estudar no reforço, muitas vezes não queria ir para escola porque eu sofria muito bullying [...]” e de Freitas; Santos (2021, p. 12): “Em uma dessas vezes a professora comentou que batia “por inveja e ciúmes”, pois era a única que, até aquele momento, não possuía mochila”, quando essas vozes dos sujeitos de pesquisa e dos entrevistados revelaram a percepção por eles dos estigmas relacionados à raça, ao gênero, à classe e à deficiência.

Esses relatos expressaram as consequências negativas dos marcadores sociais sentidas por esses sujeitos, quando o fato de ser um estudante negro surdo provoca experiências de discriminação ou quando sua condição social os difere por não ter acesso a um simples bem.

Em algumas narrativas, estudantes negros comentaram que, em muitas situações, era preciso se fazer presente, aparecer, o que exigia deles uma mudança de postura, inclusive corporal para serem notados.

Percebemos que, em especial nos estudos (Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Silva; Silva (2018) e Freitas; Santos (2021)), os autores buscaram analisar os impactos do duplo estigma entre raça e deficiência, demonstrando que esses marcadores são preponderantes para a discriminação e preconceito nos espaços de ensino.

Por fim, concluímos que a representação dos(as) estudantes negros(as) com deficiências se apresentaram nesses estudos como uma tentativa de demonstrar que, no campo da educação especial, as singularidades e as diferenças precisam ser observadas com uma lente interseccional, a fim de traçar estratégias sociais, educacionais e políticas que não reproduzam a estigmatização do estudante negro, público-alvo da educação especial.

No que concerne à diversidade que habita a escola, é imprescindível voltar o olhar para as relações sociais que permeiam esse espaço. Tal fato está embasado em uma perspectiva de educação inclusiva que vai além das prescrições pedagógicas conteudistas, mas que se organiza no afã de promover uma aprendizagem como produção de cidadania, pois a escola propicia a afirmação da vida e das diferenças. A partir deste enfoque, ao analisar a produção de estigma em alunos negros com deficiência, o racismo e o capacitismo se embatem estruturalmente como ocorre nas relações sociais da sociedade que encontram abrigo na escola.

5.3 EXISTE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL? ABORDAGENS, NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO E TIPOS DE ESTUDOS

A interseccionalidade se apresenta como um conceito cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw, e passa a ser muito citado em estudos sociais em nosso país. Porém, é preciso reconhecer que as intelectuais brasileiras, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, em seus estudos já traçavam uma leitura interseccional dos contextos; contudo, não elaboraram um termo que conceituasse as opressões advindas do cruzamento dos marcadores sociais de raça, classe e gênero.

Este conceito vem ganhando espaços de relevância em vários estudos acadêmicos contemporâneos e na literatura dos mais variados campos científicos. Compreendida por

pesquisadores como teoria, metodologia, ferramenta ou estratégia analítica, seu conceito ainda está em disputa e pode ser utilizado para compreender as dimensões identitárias, de nacionalidade, questões migratórias, de direitos humanos, de políticas públicas e demais dimensões que estejam sendo discutidas em estudos. Além do mais, esse conceito aborda como principal perspectiva, o compromisso com a justiça social (COLLINS; BILGE, 2021).

Consideramos que seu conceito contém um potencial para redimensionar a forma como pesquisadores podem descrever, analisar e compreender os contextos sociais, políticos, educacionais, entre outros, bem como se constituem os sistemas de classificação, hierarquização, dominação, exploração e relações de poder que estruturam nossa sociedade.

Para Akotirene (2019), a interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe, utilizada como uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais, pois é a tríade clássica da produção das desigualdades.

Este conceito busca as correlações e as sobreposições que envolvem diferentes categorias, demonstrando como elas se formam e como se consolidam para entender as relações de poder. Portanto, uma leitura interseccional ocorre quando há uma análise que busca compreender a interação simultânea da discriminação pelas categorias de raça, gênero e classe, como produtoras de desigualdades.

Se apropriando desta definição para analisar os estudos selecionados, deparamo-nos com estudos que não apresentaram todos os elementos necessários para uma leitura interseccional. Em (06) seis estudos, sendo a maioria, os autores Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Denari; Colombo (2021) e Miranda (2019), a abordagem se manteve na análise das questões raciais no campo da educação especial e, apesar de conceituarem raça e gênero, esses autores não problematizaram as questões de classe.

Ainda que o objetivo desses estudos fosse apresentar uma leitura ou perspectiva interseccional, o entrelaçamento dos marcadores (raça, gênero e classe) que define as experiências de estudantes negros(as) com deficiência, era preciso compreender que classe é uma categoria específica de identidade política; não se deve compreendê-lo como um determinante que age de forma independente, mas sim como sendo construído por marcadores sociais e também contribuindo simultânea e mutuamente com eles (SARDENBERG, 2015).

Contudo, consideramos estudos potentes, que revelaram a estigmatização dos estudantes negros, criticaram a ausência da educação das relações étnico-raciais nas formações de educação especial, denunciando práticas racistas, capacitistas e, principalmente,

evidenciaram as dificuldades de acesso e permanência em espaços educacionais por parte dos estudantes negros(as) com deficiência.

Nos demais estudos, Santos; Fernandes (2021), Silva; Silva (2018), Bueno; Santos (2021) e Freitas; Santos (2021), a interpretação da interseccionalidade foi defendida como caminho viável por permitir a análise da dimensão de marcadores sociais das diferenças, e o entrecruzar de fatores diversos em torno da compreensão da formação de identidades nos contextos onde permeiam o racismo, o sexismo e o capacitismo.

A perspectiva interseccional nesses estudos foi utilizada em análises de dados estatísticos apresentando a percepção e as influências dos marcadores sociais nas representações dos estudantes e também na observação dos discursos das entrevistas, permitindo aos leitores perceber como os sujeitos se identificam nos contextos. Observemos os trechos abaixo:

No entanto, essa perspectiva, embora sujeita a críticas, ofereceu contribuições ao desenvolvimento da educação especial, em particular, para a melhoria de alguns padrões de atendimento cristalizados e até desumanos, e que ainda se estendem na atualidade; por outro lado, incorporou uma segunda perspectiva envolvendo as condições de classe, raça e gênero como constituintes da identidade social das pessoas com deficiência (BUENO; SANTOS, 2021, p. 4).

Foi no diálogo entre as mães de Mara e Gino com enfermeiras que despontou a percepção de que ali se configurava um território “não branco” (mãe de Gino). Pois salientaram que usavam aquele serviço médico tão distante de casa porque eram, antes de tudo, pessoas pobres e tinham dúvida se a distância contida naquele modo de “nem virar o pescoço para dar bom dia” (mãe de Mara) era um distanciamento com demarcação racial (“a gente é tudo preto”) ou de classe social (“mas a gente não estaria aqui se não fosse pobre”), ou ambos, porque inúmeras vezes despontava uma forma jocosa de referir-se ao grupo de mães e crianças nos diálogos de balcão (“na sala de espera todo mundo é preto”, mãe de Gino) (FREITAS; SANTOS, 2021, p. 8).

Tomados e analisados isoladamente a partir do grupo de referência que representa o universo dos dados (população negra ou população surda), as oscilações de percentuais são muito semelhantes, ano após ano. Novamente, o ano de 2013 sinaliza um desequilíbrio nas IES federais, com queda de matrículas de negros/as surdos/as em relação ao total de surdos/as e de matrículas de negros/as surdos/as em relação ao total de negros/as. Em termos gerais, entretanto, os números representam avanços em relação à representatividade de negros/as surdos/as, articulada a uma conjuntura de ações afirmativas com caráter de democratização de acesso ao ensino superior, das quais se destaca a Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012), que estabeleceu reserva de 50% das vagas de universidades e institutos federais de ensino a estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como aos oriundos de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio (SANTOS; FERNANDES, 2021, p. 9).

Mudando o foco interpretativo, e analisando a partir da variável “deficiência”, temos que em 2015, 35,6% do grupo de deficientes são negros (10,4% preta e 25,2% parda), e 49,3% do sexo feminino. 9,2% do grupo de deficientes ingressaram na IES por meio de alguma cota social: 4,5% ingressaram por cotas destinadas à pessoa com deficiência, 1,7% por vagas de cunho étnico, 1,2% por demanda social. O grupo de estudantes cotistas advindos de escolas públicas (demanda social) fazem

parte dos 65,4% das matrículas de cursistas que estudaram o ensino médio em escolas públicas do país (SILVA; SILVA, 2018, p. 579).

No trecho retirado do estudo de Bueno; Santos (2021), os autores consideraram que a perspectiva interseccional contribuiu para as discussões sobre as identidades sociais e condições de vida. Condições estas que, no trecho extraído do estudo dos autores Freitas; Santos (2021), revelam-se no conteúdo observado onde se explicita a demarcação racial, de gênero e de classe das mães atendidas pelo serviço público.

Nos estudos de Santos; Fernandes (2021) e Silva; Silva (2018), a leitura interseccional utilizada por esses pesquisadores, parte da análise posterior dos dados retirados do censo universitário, identificando os estudantes por raça, gênero, deficiência e cotistas de escolas públicas, identificados assim, como baixa renda.

Para além da descrição, análise e compreensão, o conceito da interseccionalidade em estudos se torna potente com objetivos de confrontar, debater, resistir, criticar e denunciar a estratificação social, mas também para pensar formas de superar o racismo, sexismo e o capacitismo presentes no cotidiano de estudantes negros(as) com deficiência.

Porém, na análise dos artigos recuperados, constatamos que poucos estudos evidenciavam, de forma explícita as epistemologias e os seus posicionamentos epistemológicos. De forma geral, apresentaram uma breve exposição do referencial teórico para tratar de raça, gênero, classe e deficiência, sem a preocupação em justificar as escolhas ou, ainda, em problematizar de forma aprofundada as teorias e metodologias adotadas sobre os dados e análises.

Outro dado importante, em nossas análises, é que percebemos nesses estudos que os referenciais teóricos que se alinhavam às questões da deficiência eram bem diversos. Já os referenciais teóricos para raça majoritariamente se concentravam nos estudos de Kabengele Munanga, para tratar das origens do racismo, Nilma Lino Gomes para discutir as questões das relações étnicas e raciais na educação e Kimberlé Williams Crenshaw para reforçar a importância de uma leitura interseccional dos “*corpus*” que ocupavam os contextos analisados. Abrimos parênteses para destacar que há uma exiguidade de referenciais teóricos que articulam raça, deficiência, gênero e classe: o que exigiu dos pesquisadores conceituar de forma separada e, posteriormente, identificar os sujeitos em suas análises.

Dentro de uma abordagem qualitativa e utilizando os referenciais disponíveis, as questões de acesso, permanência e inclusão em espaços de ensino contornou a maioria dos estudos. Os autores Miranda, (2019), Silva, Silva, (2018), Bueno; Santos, (2021), Denari; Colombo, (2021) e Santos; Fernandes, (2021), buscaram caminhos pelas análises documental,

bibliográfica para a compreensão das dificuldades, discriminações e preconceitos presentes na vida dos sujeitos negros(as) com deficiência, entre elas a estigmatização dos seus corpos, assim como no estudo etnográfico de Freitas; Santos, (2021), nos estudos de campo de Xavier; Dias, (2018), Scholz; Freitas, (2021) e Oliveira, (2013)) e ainda no estudo de caso dos autores Oliveira; Santos; Lima; Reis, (2021), utilizando-se desses caminhos para alcançar os objetivos propostos.

Quanto às abordagens de pesquisas, a “qualitativa” se sobressaiu nas pesquisas para análise do sujeito negro com deficiência em um determinado contexto ou campo. Para além desses aspectos, os níveis de abstração puderam ser identificados nos estudos, caracterizando os (10) dez estudos como “descritivos”. [...] Segundo Mainardes e Tello (2016), os estudos descritivos, de natureza teórica ou bibliográfica, podem ser estudos empíricos, apresentando dados, informações estatísticas, citando contextos, analisando a formulação, implementação, avaliação de políticas, descrição e análise de um campo ou contexto. Porém, em geral, apresentam pouca fundamentação teórica, são estudos reduzidos de articulação entre a teoria e dados, sendo esses dados muitas vezes fracamente explorados a partir de marcos teóricos. Há casos de estudos que se apropriam de boas teorias, mas que as abordam de forma primária.

Para melhor compreendermos os estudos analisados, construímos o Quadro 8, com as características, conforme os elementos de análise selecionados da metapesquisa que se encontravam em acordo com os nossos interesses de análise.

Quadro 8 – Abordagens, níveis de abstração e tipo de pesquisa dos estudos selecionados

Nº	Título do estudo	Autores	Abordagens e níveis de abstração	Tipo de Pesquisa
1	Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017	Miranda (2019)	Quantitativa; Descritivo	Pesquisa bibliográfica
2	Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro	Silva, Silva (2018)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa bibliográfica
3	A trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior	Oliveira; Santos; Lima; Reis	Qualitativa; Descritivo	Estudo de caso

		(2021)		
4	Alunos negros e com deficiência: narrativas da produção social de duplo estigma no espaço escolar	Scholz; Freitas (2021)	Qualitativa; Descritivo	Estudo de campo
5	A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores	Oliveira (2013)	Qualitativa; Descritivo	Estudo de campo
6	As Relações de Classe, Raça e Gênero na Constituição da Deficiência Intelectual	Bueno; Santos (2021)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa bibliográfica
7	A Inclusão Escolar do Aluno Afrodescendente Público-alvo da Educação Especial	Xavier; Dias (2018)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa De campo
8	Revisão de literatura: Surdez e identidades interseccionais	Denari; Colombo (2021)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa bibliográfica
9	Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras	Santos; Fernandes (2021)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa bibliográfica
10	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva	Freitas; Santos (2021)	Qualitativa; Descritivo	Pesquisa etnográfica

Elaborado pela autora (2022)

Os resultados evidenciam uma concentração em estudos descritivos que apresentaram um conjunto de ideias, por meio de fundamentações teóricas e bibliográficas, para analisar os contextos onde estavam inseridos estudantes negros(as) com deficiência e seus impactos. Dentre esses estudos, identificamos autores que se utilizaram de informações empíricas para apresentar um conjunto de informações relevantes e significativas, como dados estatísticos - Santos; Fernandes (2021), Silva; Silva (2018) e Bueno; Santos (2021) - estudos que apresentaram resultados de pesquisas com o estudo de caso - Oliveira, et al. (2021) - e outros com um grupo significativo dentro de um contexto específico Oliveira (2013), Xavier; Dias

(2018), Scholz; Freitas (2021), Freitas; Santos (2021), Denari; Colombo (2021), Miranda (2019).

A partir das nossas análises sobre os estudos, percebemos que o nível de abstração descritivo que visam apenas a observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, apesar de ter essa característica, permitiu-nos formular hipóteses *a posteriori* em relação aos resultados desses estudos.

Contudo, é interessante também observar que a academia deve estar atenta às reivindicações dos movimentos sociais que já discutem a interseccionalidade nos seus interiores, visto que estes podem trazer novas perguntas para velhos problemas e, assim, contribuir para estudos dos fenômenos da realidade social.

Por fim, destacamos a percepção de que os autores sinalizam para a necessidade de adoção de uma perspectiva interseccional na construção de estudos no campo da educação especial. Para além, apontam a necessidade do enfrentamento coletivo com a coalização das perspectivas de lutas dos movimentos sociais de grupos marginalizados, visto que a somatória de estigmatizações e preconceitos potencializam os efeitos de opressão e de exclusão e, por conseguinte, a desigualdade social e educacional aos estudantes negros(as), público-alvo da educação especial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA LEITURA SUBJETIVA SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A (in)visibilidade dos(as) estudantes negros(as) nas produções científicas no campo da educação especial foi o tema do nosso trabalho de pesquisa. Um estudo desenvolvido durante os anos de 2020 à 2022, em um período em que o mundo foi afetado pela pandemia da Covid-19, resultando em impactos negativos em diversas áreas sociais incluindo a educação e suas pesquisas científicas. A pandemia acentuou as desigualdades sociais onde raça, classe e gênero foram demarcados nos piores dados estatísticos (saúde, educação, saneamento básico, segurança, economia) durante essa pandemia, dando-lhes uma visibilidade para repensar novos projetos políticos com um olhar para esses marcadores sociais das diferenças.

Assim como os projetos políticos, as pesquisas científicas também necessitam ter um olhar para esses marcadores e outros que associados, revelam que a desigualdade tem endereço, raça, classe e gênero.

Pensando nesses marcadores sociais das diferenças, a escolha do tema emergiu a partir do acesso e análise dos dados divulgados pelos institutos de pesquisas IBGE (2010) e INEP (2020), que expõem informações sobre a população no que se referente à raça/cor, gênero e deficiência, demonstrado que a população negra possui o maior percentual de pessoas com alguma deficiência.

No que concerne ao campo da educação, os dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo INEP (2020), apontam que meninos negros ocupam em maior número as vagas em classes exclusivas, localizadas dentro das escolas regulares organizadas com um trabalho diferenciado, com estratégias específicas, mas com o mesmo conteúdo curricular oferecido a todos os estudantes neste estágio da escolarização. Diante dessas informações, julgamos necessário pesquisar esse aspecto no campo educacional, direcionando as nossas análises de forma específica para o campo da educação especial, para saber o quanto tem se debruçado em relação às questões de classe, gênero e raça em relação ao público deste campo.

Com base no aludido, a pesquisa teve como objetivo geral compreender como a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação das relações étnico-raciais se interseccionam nas produções científicas, no campo da educação especial, para pensar no(a) estudante negro(a). Do nosso ponto de vista, constatamos que o objetivo geral foi atendido, considerando que identificamos nos artigos selecionados e analisados os esforços por parte dos pesquisadores em realizar uma leitura interseccional nos contextos de análise

e/ou dos sujeitos de pesquisa, ao inserir as categorias de raça, gênero e classe associados à deficiência.

Os objetivos específicos atuaram como mecanismos de alta precisão para que o objetivo específico pudesse ser alcançado; iniciando com o mapeamento das produções que discutiam e dialogavam acerca da educação especial e estudantes negros(as) no contexto nacional. Essa intenção foi atendida ao levantarmos as produções a partir dos periódicos de educação, selecionados nas bases de dados Educa@, SciELO e Google Acadêmico entre os anos de 2003 a 2021, por meio de descritores relacionados aos dois campos, o que resultou em (15) quinze artigos encontrados.

Por meio de uma leitura sistematizada, definimos os critérios de inclusão e exclusão, organizados em uma planilha que dispõe dos estudos selecionados, bem como a discussão acerca do(a) estudante negro(a) no campo da educação especial, permanecendo para análise apenas (10) dez artigos dos (15) quinze artigos mapeados inicialmente.

A partir das leituras, analisamos e compreendemos como esses estudantes eram ou não visibilizados e especialmente em quais pautas eles foram contemplados. Assim, o nosso segundo objetivo específico se cumpriu.

Por fim, o terceiro objetivo específico identificou as perspectivas interseccionais, considerando os níveis de abordagem e abstração nas produções científicas no campo da educação especial no contexto nacional, que (in)visibilizam os(as) estudantes negros(as).

Com o auxílio da metapesquisa, identificamos uma prevalência nos estudos da abordagem qualitativa, o que auxiliou na descrição do contexto pesquisado, além da identificação da perspectiva interseccional em alguns estudos, ao abordarem os três eixos de subordinação associados à deficiência.

Nesse sentido, o problema de pesquisa era saber como se apresentava a intersecção da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como a educação das relações étnico-raciais nas produções científicas no campo da educação especial para pensar no(a) estudante negro(a).

Portanto, ao propormos este estudo no campo da educação especial, a interseccionalidade foi utilizada como ferramenta analítica, identificando como os marcadores sociais das diferenças de raça, classe e gênero, associados ao público-alvo da educação especial estavam contemplados nas pesquisas no âmbito desse campo.

Neste momento, vale frisar o quanto os estudos se mobilizam para combater ou reduzir as desigualdades educacionais, e as formas de estigmatização e opressões sofridas por estudantes negros(as). Ou seja, apontar os aspectos que precisam ser analisados e

considerados para promover a justiça social e educacional nos contextos em que estão inseridos esses sujeitos.

Grande parte dos estudos sobre raça, classe e gênero partem de uma perspectiva negra e feminista, revelando as produções científicas, propondo uma descrição dos fenômenos naturais e sociais. A descrição desses fenômenos é inerentes às supracitadas categorias, deixando-os em situações de vulnerabilidade e subordinação, contribuindo para uma desconstrução desses próprios fenômenos e da forma como a sociedade os apreende e compreende.

Ao refletirmos sobre os estudos em tela, verificamos que os autores, por meio de suas análises, procuraram sinalizar para o campo da educação especial a necessidade de explorar as identidades, subjetividades, contextos que cercam os sujeitos público-alvo da educação especial, considerando os marcadores sociais.

Neste caso, são emblemáticos os argumentos de Carneiro (2005), ao advogar que a raça é um dos pressupostos estruturais da sociedade brasileira que impacta diretamente nas estruturas de classe no país, gerando desdobramentos na formas de organização do sistema educacional e nas relações de poder que se estabelecem. Por conta disso, é seminal estar presente em estudos, principalmente, no campo da educação, assim como a questão de classe social, posto que raça e pobreza são sinônimos de desigualdade no Brasil. Adensando a discussão, a autora destaca ainda que as questões de gênero também são fatores determinantes nos processos de discriminação e preconceito. O uso dessa categoria nos estudos revela também os eixos de subordinações e hierarquizações, trazendo à tona estudantes negras inseridas em contexto de vulnerabilidade social e educacional.

Os estudos de Xavier; Dias (2018), Scholz; Freitas (2021), Santos; Fernandes (2021), Oliveira, et al. (2021), Oliveira (2013), Miranda (2019), Silva; Silva (2018), Bueno; Santos (2021), Denari; Colombo (2021) e Freitas; Santos (2021) se propuseram a investigar, majoritariamente, o acesso e permanência dos(as) estudantes negros(as) à educação em instituições de ensino, analisando as tensões, conflitos e as estratégias no enfrentamento do racismo e capacitismo em suas trajetórias, enfatizando os abalos emocionais, baixa autoestima e a falta de representação como consequências desses fenômenos.

Destarte, identificamos que em apenas (04) quatro estudos identificamos a abordagem da perspectiva interseccional, a partir da discussão e análise dos três eixos de subordinação que identificam as categorias, ou seja: raça, gênero e classe. Nesses estudos, apesar de não haver um aprofundamento teórico sobre os conceitos dessas categorias, suas descrições nos permitiram realizar uma leitura interseccional por meio dos achados de pesquisa.

Dos (10) dez estudos analisados, (06) seis estudos apresentaram uma fundamentação teórica que discutia a interseccionalidade ou os marcadores sociais da diferença se referindo por vezes como um estudo interseccional. No entanto, não consideramos estudos que apresentaram uma leitura interseccional, por não traçarem uma discussão ou problematização interligando os três eixos de subordinação já mencionados.

Isso posto, compreendemos que os(as) estudantes negros(as) permanecem na invisibilidade no campo da educação especial, com base nos seguintes achados: a) escassez de produções científicas nos periódicos no período compreendido entre os anos de 2003 a 2021, que relacionassem a tríade raça-classe-gênero com a deficiência b) exiguidade de arcabouço teórico sistematizando as questões raciais e a deficiência, c) baixa produção de estudos com perspectiva interseccional e d) ausência de estudos que apresentam uma perspectiva de justiça social e educacional.

Porém, consideramos que há a visibilidade dos(as) estudantes negros(as) dentro desses (10) dez estudos, se encontra no esforço intelectual através de análise de dados estatísticos, estudos de caso e principalmente da observação sobre um determinado campo para demonstrar que, o campo da educação especial ao pensar numa perspectiva de educação inclusiva precisará ampliar seu olhar para os marcadores sociais, contextos e experiências vivenciadas por estudantes público-alvo da educação especial.

A visibilidade e a invisibilidade dos(as) estudantes negros(as) nos estudos científicos, apresentaram questões que possibilitam a abertura de novas agendas de pesquisas para o campo da educação na perspectiva interseccional.

Contudo, foi revelado o fato de que muitas produções científicas se encontram imersas em valores e ideias dominantes na sociedade e deles compartilham, produzindo assim uma narrativa que, embora se apresente como científica, neutra e única, na maioria das vezes, é parcial e localizada. Assim, a invisibilidade de um tema, contexto e fenômeno se alojam no uso das ferramentas de quem está no campo.

Consideramos que as descrições e análises sobre a produção científica a respeito de um fenômeno, ou um contexto que se torna o objeto de investigação, podem ser lidas de diferentes maneiras. Em uma primeira leitura, podemos mapear o campo temático em questão, identificando os temas estudados, bem como os resultados e as hipóteses geradas por esses estudos. Dessa forma, é possível ao leitor analisar e compreender os principais fatores associados ao fenômeno e às lacunas, isto é, os aspectos que não foram, ou foram de forma parcial, contemplados nas pesquisas. Outra possibilidade é a realização de uma leitura sobre a produção científica referente a uma temática específica com intuito de compreender, em que

medida uma pesquisa é signatária e, concomitantemente, em que medida contribui para a justiça social dentro do campo estudado. Isto é, aquela que se utiliza do campo científico como um ator social para descrever, analisar e, em alguns casos, compreender os valores e concepções da sociedade que contribuem para a produção e/ou reprodução de elementos constituintes de determinados fenômenos históricos e sociais.

Ao olharmos para os resultados desta pesquisa, a partir das considerações aludidas, percebemos a presença de um certo ativismo e formas de resistências contra o racismo, sexismo e capacitismo por parte de alguns autores, ao descrever os fenômenos que geram discriminação e preconceito nos contextos analisados. Por outro lado, é notória a invisibilidade dos sujeitos negros(as) na produção científica do campo da educação especial, exigindo algumas iniciativas no sentido de dar visibilidade aos estudantes negros(as) nos estudos. Desenvolvendo, assim, ações de informação por meio de realização de congressos, seminários, debates, entre outros eventos; a fim de problematizar e favorecer, positivamente, a produção do conhecimento nesse campo.

Nessa tessitura, sugerimos a realização de estudos que analisem a política da Pós-Graduação em Educação, no intuito de problematizar como estes programas das instituições de ensino superior contemplam o fundamento epistêmico-teórico-metodológico da interseccionalidade em seus currículos e respectivas linhas de pesquisa, como perspectivas para futuros estudos. Nosso objetivo, com isso, é provocar e desafiar o campo da educação especial, instigando pesquisadores a utilizar uma lente analítica interseccional e assim, estimular estudos com abordagens interseccionais, considerando os marcadores sociais da diferença tanto nos estudos acadêmicos, quanto como uma intervenção de práticas discriminatórias.

Por fim, sugerimos formas pelas quais a perspectiva interseccional pode ser utilizada, ou seja, interrogar, explicar, analisar e compreender relações, dinâmicas sociais, raciais e de gênero, dentro do campo da educação e de outros campos, no compromisso político e ético de zelarmos pelas questões raciais e de gênero que ocuparam um lugar de destaque neste estudo, desde o seu início, bem como, as percepções, dilemas e proposições que podem contribuir para a realização de futuras pesquisas. Este desafio ratifica a necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico, pautado na interseccionalidade e que preencha a lacuna existente.

À guisa de conclusão, como evidenciamos nesta pesquisa, é crucial que os estudos no campo da educação e, principalmente, no campo da educação especial inclusiva assumam o compromisso com a justiça social e a equidade educacional. Em consonância com a análise

realizada e com a base teórica assumida neste trabalho, esse caminho só poderá ser trilhado por meio do uso das lentes de análise da interseccionalidade, ou seja, é por meio destas lentes que tornaremos visíveis em nossas pesquisas os sujeitos que, historicamente, ainda permanecem invisibilizados na produção da vida social, política, econômica, cultural e educacional.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE; K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANNAMMA, S. A.; CONNOR, D.; FERRI, B.: Disability critical race studies (DisCrit): Theorizing at the intersections of race and disability. **Race Ethnicity and Education**, v. 16, nº. 1, p. 1-31, 2013.
- ARTILES, A. J.; DORN, S.; BAL, A. Objects of protection, enduring nodes of difference: Disability intersections with “other” differences, 1916 to 2016. **Review of Research in Education**, v. 40, n. 1, p. 777-820, 2016.
- ARTILES, A. J.; KOZLESKI, E. B.; GONZALEZ, T. Para Além da Sedução da Educação Inclusiva nos Estados Unidos: confrontando o poder, construindo uma agenda histórico-cultural. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 285-308, jan./abr. 2011.
- ARTILES, A. J.; KOZLESKI, E. B. Inclusive Education’s promises and trajectories: critical notes about future research on a venerable idea. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n.3, p. 804-831, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14371/209209211577>>. Acesso em: 26 Jun., 2021.
- ARTILES, A. J. Fourteenth Annual Brown Lecture in Education Research: Reenvisioning Equity Research: Disability Identification Disparities as a Case in Point. **Educational Researcher**, v. 48, n. 6, p. 325-335, 2019.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Universidade Federal da Bahia - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 57 p. il. Salvador, 2019.
- BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução Wanda Caldeira Brant, 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.
- BALL, S. J; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, p. 30, jul., 2007.
- BERTONCELO, E. **Classes sociais, cultura e educação**. Novos Estudos. Edição 104, v. 35, nº 1, março, 2016.
- BERCKMOES, L.; Reis, R. **Intergenerational transmission of violence and resilience in conflict-affected Burundi**. Cambridge University Press, 2017.

BILGE, S. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. Diogène, n° 225, p. 70-88, 2009.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades** - Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades - MEDIAÇÕES, LONDRINA, v. 20 n° 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina** (M. L. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BORGES, J. A. **A vez da História da África? O ensino de história africana em escolas públicas da Bahia**. 316 f. 2014. TESE (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 02 de Dezembro de 2002. Regulamenta as Leis nos 10.048 e 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 02 Setembro. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 25 Mar. 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 25 de março de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Distrito Federal, outubro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de 09 de Julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em: 25 março de 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, SECADI, 2013.

CARNEIRO, A. S. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**, v.17 n° 49, 2003.

CARNEIRO, A. S.. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASEMIRO, D. M. F.; SILVA, N. L. TEORIAS INTERSECCIONAIS BRASILEIRAS PRECOSES E INOMINADAS. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte, vol. 6, n° 2, 2021.

CÉSAR; M. **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos.** In: RODRIGUES, D. *Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade.* Porto: Porto Editora, 2003, p. 117-149.

COSTA; H.; SILVA, P. V. B. **Notas de história e cultura afro-brasileira.** 2ª ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011.

CRENSHA, W. K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 171-188. 2002.

CRENSHA, W. K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 7, n. 12, p. 171-188. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 Jun. 2021.

COLLINS, P.H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (Org.) **Reflexões e práticas de transformação feminista.** São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.

CUNHA JÚNIOR, H. A. Africanidade, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 23, v. 2, n. 42, p. 05-15, 2001.

CUNHA JÚNIOR, H. A. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** SILVA, P. B. G.; SILVEIRA, V. R. (Org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

DE SÁ PINTO TOMÁS, J. C. **A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica.** VI Congresso Português de Sociologia. *Mundos Sociais: Saberes e Práticas.* Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 25 a 28 de junho de 2008.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design Science Research: Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia.** Porto Alegre/RS: Bookman Editora, p. 204, 2015.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Organizado por Michael Schröter. Editora Zahar, 1994.

FISCHMAN, G. E. POWERS, J. M.; TEFERA; A. A. Intersectionality in Education: A Conceptual Aspiration and Research Imperative. **Review of Research in Education**, vol. 42, march 2018.

FRASER, N. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. por TAVARES, T. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 63, outubro, 2002.

FREITAS, M. C. **O aluno incluído na educação básica: Avaliação e permanência.** Cortez, 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo.** São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

JOÃO, R. B.; BRITO, M. **Pensando a corporeidade na prática pedagógica em educação física à luz do pensamento completo**. Revista Brasileira Educação Física e Esporte, São Paulo, v.18, n.3, p.263-72, jul./set., 2004.

MESSIOU, K. Research in the field of inclusive education: time for a rethink? **International journal of inclusive education**, v. 21, n. 2, p. 146-159, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Publicação original: 1988. Digitalização: 2004.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, maio/jun/jul/ago., 2003.

GOMES, N. L.. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília, DF: MEC/UNESCO, p. 39-62, 2005.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, RS, v. 27, n. 1, p. 109- 121, jan./abr., 2011.

HIRANO, L. F. K. **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO. G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes 1997.

MAINARDES, J. **Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos**. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez., 2018.

MAINARDES, J; TELLO, C. Research on the field of education policy: Exploring different levels of approach and abstraction. **Education Policy Analysis Archives**, v; 24, nº. 75, 2016. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/article/view/2331>>. Acesso em: 28 Jun. 2021.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer**. São Paulo, Summus, 2015.

MELO, C. V. G. **Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma**. 186f, 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2014.

MESSIOU, K. Research in the field of inclusive education: time for a rethink? *In*: **International Journal of Inclusive Education**, v. 21, n. 2, p. 146-159, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/loi/tied20>. Acesso: 20 set., 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PACHECO, J. **Caminhos para inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLETSCH, M. D.; NUNES, D. R. P.; CABRAL, L. S. A.; FIORINI, M. L. S.; MESQUITA, A. M. A.; NOZU, W. C. S.; MENDES, G. M. L. **Revista Brasileira de Educação Especial: 25 anos de história**. Marília, v.24, Edição Especial, p.1-8, 2018.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020.

PORTO, J. **Invisibilidade social e cultura de consumo**.

<https://pt.scribd.com/document/206978015/Invisibilidade-Social-e-Cultura-Do-Consumo>
<acessado em maio de 2022.

Ridgeway, C. L.; Fisk, S. R. (2012). **Class rules, status dynamics, and "gateway" interactions**. In S. T. Fiske & H. R. Markus (Eds.), *Facing social class: How societal rank influences interaction* (pp. 131–151). Russell Sage Foundation.

SARDENBERG, C. M. B. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 20, p. 56-96, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28014>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. **INTRODUCCIÓN A LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR**. IN: *Epistemologias do Sul*. MENEZES, Maria Paula; BIADESECA, Karina. (Org). 1 ed. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CED), 2018.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, A. L. A. A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2009.

SILVA, M. N. O Negro do Brasil: **Um Problema de Raça ou de Classe?** *Revista Mediações*, Londrina, v.5, n.2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SILVA, P. V. B. **O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, p. 110-129, 2012.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero**. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323-334. 2014.

SOARES, S. S. D. **Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. IPEA, Brasília, p.769, novembro, 2000.

SOUZA, G, N. **Análise do sistema de classificação por cor/ raça no Brasil**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade/Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and SocietyV. 05, ed. especial, maio, 2019.

TEFERA, A. A.; POWERS, J. M.; FISCHMAN, G. E. **Intersectionality in education: A conceptual aspiration and research imperative**. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais 1994**. Genebra: UNESCO, 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>>. Acesso em: 28 Jun. 2021.

VIEIRA, J. G. S.. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

VOULGARIDES, C. K.; TEFERA, A. **Reframing the Racialization of Disabilities in Policy, Theory Into Practice**, 2017.

APÊNDICE A - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LEVANTADAS POR DESCRITORES

Nº	FONTE	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	EDIÇÃO/ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
01	REE	Artigo	Nº24 2004	Maria Amélia Almeida	Formação do Professor para a educação especial: história, legislação e competências	Este estudo, primeiramente, faz um breve histórico sobre formação de professores para Educação Especial no Brasil. Em seguida, apresenta e discute os principais aspectos da legislação brasileira sobre formação de professores para a Educação Especial. Finalmente, são apresentadas as competências que devem ser contempladas nos cursos de formação de professores para a Educação Especial no Brasil e as competências estabelecidas pelo CEC – USA (Conselho da Criança Excepcional – Estados Unidos) que têm servido como parâmetros para formação de professores para Educação Especial em vários países. O estudo conclui que um professor bem formado, principalmente com base nas competências apresentadas, estaria apto a atender qualquer criança, independente de sua cor, raça, cultura e tipo de deficiência que apresenta.	Formação de professores, histórico, legislação, competências.
02	RBEE	Artigo	Ed. Especial v. 20 2014	Mariana Cesar Verçosa Silva; Sílvia Márcia Ferreira Meletti	Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais nas Avaliações em Larga Escala: Prova Brasil e ENEM	O presente estudo trata da escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino do município de Londrina (PR), por meio da análise das avaliações em larga escala. Especificamente, objetivou analisar a participação e o desempenho da referida população nas avaliações: Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos anos de 2007 e 2008, e teve	Educação Especial. Exame Nacional do Ensino Médio. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Inclusão Escolar.

						como base empírica os microdados dessas avaliações disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo as variáveis: participação na prova, tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade e desempenho. Os resultados da pesquisa apontam que uma parcela significativa da população com necessidade educacional especial realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); entretanto, na Prova Brasil a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais foi mínima, o que reforça a ideia de ambiguidade entre discurso e prática inclusiva.	
03	REE	Artigo	V. 32 2019	Viviane Marques Miranda	Surdez com recorte racial: estado da arte no brasil de 2012-2017	Este artigo apresenta os resultados de um estudo quantitativo-descritivo de pesquisas realizadas no Brasil, circunscritas ao período de 2012 a 2017, acerca do recorte racial nos estudos da área da surdez, com a busca realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como palavras-chave: surdez e raça. A fim de analisar o corpus encontrado, foram definidas as seguintes categorias: (i) modalidade de produções, (ii) produções acadêmicas por universidade, (iii) área de concentração, (iv) tipos de pesquisas (v) referenciais teóricos relacionados a surdez e raça. Destaca-se que, no período, foram defendidas 3 dissertações de mestrado na área de concentração de Educação, nas seguintes instituições: UnB, UFRGS e	Surdez; Recorte Racial; Estado da Arte;

						UEL, respectivamente de Buzar (2012), Furtado (2012) e Vedoato (2015). Esta desenvolve abordagem quantitativa com pesquisa documental e aqueles trazem, basicamente, abordagem qualitativa com uso de entrevistas. Os referenciais teóricos das pesquisas alinham-se aos Estudos Culturais. Conclui-se que é necessário conhecer o que já foi feito e produzido para que novos estudos sejam realizados, podendo assim ampliar a área não só em termos de quantidade, mas também de rigor teórico e metodológico.	
04	REE	Artigo	V. 31 n. 62. 2018	Vanessa Carolina Silva, Wilker Solidade Silva	Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro	O artigo aborda a questão dos marcadores sociais da diferença nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, pontuando nas autoidentificações de negros e deficientes como material investigativo positivo para se compreender as características que permeiam o espaço social e acadêmico no que se refere ao reconhecimento e valorização de sujeitos de direito. Como apoio teórico para análise da dimensão de marcadores de diferença, é defendida a interpretação interseccional como um caminho viável por permitir o entrecruzar de fatores diversos em torno da compreensão da formação de identidades. A metodologia utilizada foi a da revisão de literatura, através da Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTDC) e análise qualitativa de dados estatísticos oficiais, com o Censo da Educação Superior do INEP (CESI). Com estas fontes, são	Interseccional. Raça. Deficiência. Ensino Superior.

						<p>expostas as pesquisas com a temática interseccional, com crescimento significativo do número de produções, bem como a adoção do uso quase majoritário dos marcadores raça/cor e gênero, bem como a verificação de um aumento de aproximadamente 460% no número de matrículas de pessoas negras e/ou deficientes em relação ao ano de 2010 nas IES. Defendendo a interpretação utilizada, se evidenciam possibilidades para a produção de novas pesquisas com a temática, principalmente no que se refere ao reconhecer em números os estudantes negros, deficientes, quilombolas, etc. em suas particularidades, construindo material empírico para que IES do país possam planejar práticas positivas para uma interpretação interseccional das identidades de seu alunado e, por conseguinte, construir espaços de formação realmente inclusivos.</p>	
05	REE	Artigo	V. 25 n.44 2012	Mariana Cesar Verçosa Silva, Sílvia Márcia Ferreira Maletti	Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR)	<p>A presente pesquisa tem como objetivo analisar os índices de rendimento escolar e frequência nas avaliações em larga escala dos alunos necessidades educacionais especiais incluídos no sistema regular de ensino no município de Londrina-PR, no ano de 2007. Para tanto, foram utilizados os microdados da Prova Brasil (2007) e Enem (2007) disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. Tal</p>	<p>Avaliação em larga escala; Inclusão escolar; Necessidades educacionais especiais..</p>

						proposta teve como foco a análise dos dados, a partir das variáveis: tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça, idade, frequência na prova e desempenho. Os resultados apontam que apesar da implementação das políticas inclusivas, a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala é mínima, o que denota a ideia de ambiguidade entre discurso e prática inclusiva.	
06	RABPN	Artigo	v. 13 2021 • p. 76-93	Rafaela Alcântara Barros de Oliveira Mayra Barbosa dos Santos Cledson Severino de Lima . Maria da Conceição dos Reis	A trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior	Este estudo tem como objetivo apresentar a trajetória escolar de um estudante duplamente identificado, negro e surdo, até seu ingresso em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) por meio da política de cotas. Dessa maneira, ampliamos essa discussão relacionando teoria e prática ao analisar a narrativa do estudante e fortalecer o debate sobre a política de cotas como um meio de inclusão e diminuição das disparidades econômicas e sociais através da educação. Nesse sentido, concluímos que as ações afirmativas foram decisivas para o seu ingresso na Universidade. Tendo em mente a multiplicidade de sentidos e experiências que constituem a vida de pessoas negras surdas, conseguimos nos aproximar da história de vida do estudante entrevistado, que nos apresentou uma perspectiva particular, mas que reflete a existência coletiva de um grupo social.	Ações afirmativas; Lei de Cotas 12.711/12; Identidade negra surda.
	RABPN		v. 13, n. 38 •	Danielle	Alunos negros e com deficiência: narrativas da	O presente artigo é resultado de uma pesquisa já finalizada com o objetivo de	Duplo estigma; alunos negros; alunos com

07		Artigo	2021	Scholz Cláudia Rodrigues de Freitas	produção social de duplo estigma no espaço escolar	analisar a produção de estigma em alunos negros e com deficiência no espaço escolar. A organização metodológica é de cunho qualitativo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a intenção de ouvir/escutar as vozes das professoras e gestoras de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Conclui-se, por meio das narrativas analisadas, a evidente duplicidade de estigmas, na qual os sujeitos foco da pesquisa estão inscritos. Explicitam-se nos discursos os efeitos negativos na autoestima e processo de aprendizagem destes alunos, salientando a complexidade de relações que se estabelecem a partir destas vivências no espaço escolar.	deficiência;
08	Scielo	Artigo	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47 2013	Elânia de Oliveira	A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores	O artigo apresenta elementos para uma reflexão sobre a implementação do artigo 26-A da LDB (modificado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) à luz dos desafios da educação especial. O artigo analisa as práticas pedagógicas no contexto de uma escola especializada em educação de surdos. Dados coletados em uma escola da Região Sudeste do país, na pesquisa nacional "Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003", em instituição de ensino especializada no atendimento a estudantes surdos, sugerem que, para além da formação específica dos profissionais, a Educação das Relações Étnico-Raciais é também uma demanda urgente.	Práticas pedagógicas; Educação Especial; Lei 10.639/2003.

09	Scielo	Artigo	v. 46, n. 3 2021.	José Geraldo Silveira Bueno; Natália Gomes dos Santos	As Relações de Classe, Raça e Gênero na Constituição da Deficiência Intelectual	O objetivo deste artigo é analisar a relação entre deficiência intelectual e classe, raça e gênero. Para tanto, utilizamos dados do censo demográfico brasileiro (IBGE, 2010), organizados em três categorias: a) pessoas sem deficiência; b) pessoas com outras deficiências; e c) pessoas com deficiência intelectual. O resultado mais expressivo apontou que existe uma estreita relação entre os níveis de renda e a proximidade que as curvas das três categorias apresentam. Quanto maior o nível de renda, mais próximas são as curvas, demonstrando o quão decisivo é o impacto da raça e do gênero nas condições de vida das pessoas com deficiência intelectual	Deficiência Intelectual. Classe Social. Raça. Gênero. Indicadores Sociais
10	Scielo	Artigo	v. 47 2021.	Ingrid Anelise Lopes Roseli Kubo Gonzalez Rosângela Gavioli Prieto	Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação	Com o objetivo de analisar intersecções entre indicadores sociais relacionados às pessoas classificadas na categoria deficiência intelectual (DI) no Brasil e suas implicações para as políticas educacionais, neste artigo apresentamos a caracterização dessa população a partir da extração de dados do Censo Demográfico de 2010, aplicando as recomendações do Grupo de Washington para a definição do quantitativo de pessoas com deficiência no país. Da análise de perspectiva interseccional, conclui-se que, em comparação com as demais categorias de deficiência, DI é a que mais sofre desvantagens nos indicadores de acesso ao trabalho (ocupação), rendimento nominal mensal e alfabetização. Além disso, os	Deficiência intelectual – Indicadores sociais – Interseccionalidade.

						resultados quanto à categoria sexo mostram este como um eixo de subordinação, uma vez que o feminino apresenta menos acesso aos direitos sociais abordados neste estudo. Contudo os dados não nos permitiram articular o eixo raça com os demais, indicando a emergente necessidade de produzir e divulgar informações que permitam análise e apreensão de como diferentes eixos de subordinação afetam a vida das pessoas com DI no Brasil e o que indicam para a implementação das políticas educacionais, como um vetor no enfrentamento de desigualdades que marcam singularmente a situação das pessoas com DI quando comparadas à população geral e, também, a outras categorias de deficiência.	
11	Google Acadêmico	Artigo	2019	Francisco de Assis Xavier; Ione Aparecida Duarte Santos Dias	A Inclusão Escolar do Aluno Afrodescendente Público alvo da Educação Especial	O texto traz reflexões incipientes de pesquisa objetivando discutir a inclusão do aluno afrodescendente e público alvo da Educação Especial nos espaços escolares, e colaborar com o enfrentamento às práticas discriminatórias e ao racismo nesses ambientes. Pauta-se em pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. A cultura hegemônica eurocentrada direcionou e direciona por muito tempo qual é a proposta de construção social e isso chega a todas as formas de construção, principalmente a educacional, por onde grande parte dos sujeitos passa em determinada época	:Negro; Deficiência; Resistência; Inclusão

						<p>da vida e aqueles com deficiência são marginalizados nos processos pedagógicos. Viver sob o jugo do preconceito é experiência rotineira dos negros no Brasil e o racismo, invisibilizado pela corrente de pensamento eurocêntrica é reforçado pela utópica Democracia Racial. Nesse sentido, ser afrodescendente e deficiente é trazer a marca no corpo e na pele, e atrair para si os olhares da discriminação a todo o momento e não raramente camuflados sob a fantasia de proteção, muitas vezes no discurso da defesa por espaços ideais em escolas especiais para melhor assistência, de estarem com seus pares e onde não sofrerão discriminação. Os resultados iniciais sugerem que o racismo influencia negativamente no processo de inclusão do estudante com deficiência, e a resistência, um ingrediente fundamental ao alicerçamento de práticas que privilegiam a equidade.</p>	
	Google Acadêmico		2020	Márcia Denise Pletsch	O que há de especial na educação especial brasileira?	<p>Este artigo discute as mudanças conceituais na área de Educação Especial tomando como referência as políticas de educação inclusiva. Para tal, usa dados de pesquisas realizadas pelo xxxx em diferentes redes de ensino ao longo dos últimos dez anos. Os resultados indicam que o campo da Educação Especial brasileira vive um momento de transformações epistemológicas. Argumenta-se que tais mudanças são fruto da compreensão por parte dos</p>	Educação Especial; políticas de educação inclusiva; deficiência

12		Artigo				pesquisadores de que as investigações na área de Educação Especial devem focar a perspectiva inclusiva e de direitos humanos. Isto é, as mudanças em curso sugerem uma agenda de pesquisas em que o fenômeno da deficiência não seja mais analisado de forma isolada do conjunto das relações sociais, mas compreendido a partir de conceitos como de classe, gênero e raça, por exemplo.	
13	EDUC@	Artigo	2021	Fátima Elisabeth Denari; Isabella Mota Colombo	Revisão de literatura: Surdez e identidades interseccionais	A surdez é mais investigada do que outras marcas identitárias, como gênero e raça, gerando a simplificação das identidades surdas e diminuindo a visibilidade das especificidades das outras pessoas também inseridas nesse grupo. O objetivo desta pesquisa é comparar o que tem sido produzido academicamente quanto à intersecção entre surdez, gênero e raça, quando as publicações mencionam os três marcadores sociais conjuntamente e quando mencionam apenas os dois primeiros. As buscas foram feitas nas bases de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A busca com foco na surdez e gênero foi denominada de Eixo 1 e a busca com foco na surdez, gênero e raça foi denominada de Eixo 2. O Eixo 1 resultou em seis publicações selecionadas e o Eixo 2 em três publicações. Percebeu-se que os estudos do Eixo 1 não realizaram o entrelace entre gênero e outros marcadores	Gênero. Identidades interseccionais. Raça. Surdez.

						<p>sociais de opressão, compreendendo o gênero como uma categoria autônoma. Os estudos do Eixo 2 mostraram que, além da raça, outros marcadores sociais atrelados à surdez não se sobrepõem, mas se interseccionam uns com os outros, e que a cada combinação há uma forma diferente de opressão sofrida pela mulher surda. Concluiu-se o quão importante é utilizar instrumentos conceituais que buscam analisar como as estruturas de opressão e de privilégio se entrelaçam e como exercem influência na vida e na construção das identidades das mulheres surdas</p>	
14	EDUC@	Artigo	2021	Rhaul de Lemos Santos; Sueli de Fátima Fernandes	Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras	<p>Este trabalho insere-se no campo dos Estudos Surdos e das Relação-Étnicos Raciais, realizando uma discussão interseccional entre surdez e raça e tendo por objetivo analisar a ocupação de vagas por estudantes negros/as surdos/as nos cursos de graduação em instituições federais de ensino superior. O percurso metodológico de abordagem quantitativa contemplou uma análise de microdados do Censo do Ensino Superior relativos às matrículas de negros/as surdos/as em cursos de Letras Libras e em outros cursos de graduação em instituições federais de ensino superior, com recorte temporal entre 2009 e 2016. Os dados foram sistematizados através do Statistical Package for the Social Sciences. A criação do curso de graduação em Letras Libras, na modalidade a distância, em 2006, apresenta-se como principal fator da</p>	<p>Ensino superior. Interseccionalidade. Relações étnico-raciais.</p>

						significativa ampliação no número de matrículas de estudantes surdos/as no ensino superior no período. A situação de negros/as surdos/as, contudo, não acompanha essa curva ascendente. Entre 2009 e 2013, houve um decréscimo significativo de matrículas desse grupo, apesar de os negros constituírem 50,06% da população surda. A partir daí, com a aprovação da Lei de Cotas no ensino superior em 2012, ano após ano tem-se observado um aumento significativo na ocupação de vagas pela comunidade negra surda em diferentes cursos de graduação, sinalizando a importância de ações afirmativas que contemplem a interseccionalidade entre a questão racial e a diferença linguística que singulariza as identidades de pessoas negras surdas.	
15	EDUC@	Artigo	V. 51 2021	Marcos Cezar de Freitas; Larissa Xavier dos Santos	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva	O objetivo deste artigo é evidenciar que, nas pesquisas sobre a escolarização de crianças com deficiência ou cronicamente enfermas, as interseccionalidades com questões de gênero, raça, classe social e etnia são fundamentais. A análise foi conduzida com base nesse pressuposto, considerado aqui estruturante da educação inclusiva. Para levar a efeito uma narrativa que validasse esse pressuposto, metodologicamente foram utilizadas informações obtidas em longos esforços etnográficos com adultos que acompanham crianças registradas como público-alvo da educação especial em suas respectivas escolas. A conclusão a que	EDUCAÇÃO INCLUSIVA • EDUCAÇÃO ESPECIAL • ETNOGRAFIA • RELAÇÕES RACIAIS

						chegamos foi a de que, sem criticar os enquadramentos de gênero, raça e classe que presenciamos, as corporalidades em questão não teriam sido analisadas em perspectiva inclusiva.	
							TOTAL: 15

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

